mosaico

ISSN: 2176-8943
Vol. 2 | nº. 3 | 2010

3

Revista Discente
Programa de Pós-Graduação em História,
Política e Bens Culturais (PPHPBC)
CPDOC | FGV

Sumário

Apresentação 02

Artigos

Do estrangeiro antipático e avarento, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu 03
Luciana Pessanha Fagundes

A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação 21
Sérgio Montalvão

Espaços de sociabilidade e ações anti-racismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940) 40
Maria Cláudia Cardoso Ferreira

Viagens ao Passado: Os Intelectuais e a Sacralização de Ouro Preto 58
Vanuza Moreira Braga

Isaías Alves através de seu arquivo pessoal: possibilidades de leitura 76
Ana Cristina Santos Matos Rocha

Entrevista 94

Andrea Ribeiro e Mauro Amoroso entrevistam Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

Resenha

A imaginação museal: apresentação 101
Myrian Sepúlveda dos Santos

Apresentação

A Revista Mosaico completa aqui seu primeiro aniversário. Em sua segunda edição, em novo formato visual, a publicação aponta para suas raízes interdisciplinares e discentes, trazendo à tona a mais recente produção científica do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (CPDOC / FGV), resultado da experiência em dezembro último da *I Jornada Discente do PPHPBC*. Os textos apresentados nesta edição correspondem ao que de melhor circulou em cada uma das mesas do evento, coordenadas sempre por professores e pesquisadores da casa.

Do estrangeiro antipático e avarento, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu

Luciana Pessanha Fagundes[1]

Resumo:
O artigo apresenta um capítulo decisivo na história política da educação brasileira do século vinte: a tramitação da primeira Lei de Esta apresentação tem como objetivo analisar as construções memoriais realizadas em torno da figura do Conde d'Eu, a partir de três momentos específicos. O primeiro deles acompanha a trajetória desse personagem no Brasil Imperial ressaltando as características negativas que lhe eram atribuídas. Já o segundo, analisa o retorno do Conde ao Brasil, em janeiro de 1921, quando é recebido com muitas simpatias e glórias. Enfim, o terceiro momento tem como alvo as biografias publicadas sobre o Conde na década de 1930, onde é perceptível uma construção memorial bem diferente daquela apresentada apenas uma década atrás.

Palavras-chave: Conde d'Eu, Construções memoriais, representações

Abstract:
This presentation aims to analyze the memorial constructions held around the figure of the Count d'Eu, from three specific times. The first one follows the trajectory of this character in Imperial Brazil, highlighting the negative characteristics ascribed to it. The second examines the return of the Count to Brazil in January 1921, when he is received with much sympathy and glories. Finally, the third phase targets the biographies published about the Count in the 1930s, where we can see a memorial construction quite different from that presented only a decade ago.

[1] Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); aluna do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail para contato: lucianapessanha@fgvmail.com).

Do estrangeiro antipático e avarento, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu

O presente artigo tem como foco a figura do Conde d'Eu, analisada em alguns momentos específicos. O primeiro deles remete à sua experiência no Brasil do Segundo Reinado, onde viveu por mais de 20 anos, após o seu casamento com a princesa Isabel em 1864, e durante o qual o Conde não angariou muitas simpatias, sendo representado como o príncipe estrangeiro e antipático, além de avarento, deselegante e descortês. O fato é que, até final do século XIX, o Conde não era bem quisto no Brasil. Como seria então recebido, ao retornar ao país onde viveu por longo tempo, já com 78 anos?

A chegada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1921, marca um segundo momento na biografia do Conde, que é bem diferente do primeiro. Longe de ser representado como um "estrangeiro", entraria em cena o velhinho simpático e veterano de guerra, cuja imagem, mais amigável e positiva, é construída através de inúmeros esquecimentos, onde o passado de ojeriza a este personagem não é relembrado.

Já na década de 1930, quando são publicadas suas duas principais biografias, verificamos outro tipo de construção memorial, voltada para o combate às injustas acusações e críticas das quais o Conde foi alvo durante o Segundo Reinado, procurando assim recuperar e reparar sua memória.

Como explicar tais alterações no discurso memorial em relação a tal figura? Essa é a principal questão deste artigo, e veremos que a resposta para tal não é, de forma alguma, simples. Implica uma análise apurada da perspectiva daqueles que elaboraram essa narrativa memorial sobre o Conde, compreendida nas relações existentes entre memória coletiva e usos do passado. Assim, antes de analisarmos como o passado do Conde é mobilizado e de que forma é apresentado, cabe discutir a questão de Ricoeur: "De quem é a memória?" (RICOEUR, 2007: 23).

Perguntar "De quem é a memória?" remete imediatamente à inflexão feita por Maurice Halbwachs, quando este formulou o conceito de memória coletiva, que teria colocado em campos distintos a tradição do olhar interior, da subjetividade e a tradição do "olhar exterior" do social, representada pela escola durkheimiana na qual encontramos Halbwachs. Na intenção de construir pontes entre essas duas tradições, Ricoeur pontua uma característica ressaltada pelo próprio Halbwachs: são os indivíduos que se lembram, porém, cada memória individual é um ponto de vista que integra a memória coletiva, e este ponto de vista muda segundo o lugar que se ocupa, lugar que também muda segundo as relações que se mantêm com os outros ambientes. (HALBWACHS, 2006: 69).

A intenção de lançar pontes entre olhares também pode ser percebida em trabalhos como o de Pomiam, quando este ressalta que a memória é resultado de uma interação do aparelho sensorial exclusivo ao indivíduo, com um filtro conceitual e afetivo que funciona no interior de um quadro social dado. É uma memória individual que seleciona e filtra, compreendida em quadros sociais (POMIAN,1998: 68-69). Filtros e seleções remetem justamente às formas de apropriação da memória, expressas tanto na multiplicidade de experiências e lembranças, como na capacidade da memória coletiva de construir uma visão comum do passado (LAVRABRE, 2001).

Não apenas as políticas memoriais, mas também os chamados usos políticos do passado são, desta forma, expressões da memória coletiva. A vontade política que se exprime nos usos políticos do passado tem como objetivo a produção de representações compartilhadas, ou seja, a produção de uma identidade comum. Nesse sentido, a narrativa construída sobre o passado comporta necessariamente uma dimensão seletiva, relegando ao esquecimento certos aspectos e destacando outros. As estratégias do esquecimento atuam diretamente nessa reconfiguração, pois, "pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela" (RICOEUR, 2007: 455). Tal "refiguração", no dizer de Ricouer, depende da perspectiva do narrador, constituída por uma série de referências que devem ser 'destrinchadas' se quisermos ter uma noção de como tal ator ou atores construíram seu olhar sobre o passado. Referências essas, que são essenciais para entendermos as diferentes configurações que assume o discurso memorial sobre o Conde ao longo dos anos, especialmente nas décadas de 20 e 30.

Nesse sentido, o exercício aqui proposto inspira-se fortemente não apenas nas proposições de Ricouer, mas também toma como referência o trabalho de David Lowenthal, sintetizadas na seguinte frase: "Assim, como somos produtos do passado, também o passado conhecido é um artefato nosso" (LOWENTHAL, 1985:113). Ou seja, a dimensão seletiva presente na narrativa memorial produzida nas décadas de 20 e 30 só pode ser compreendida como artefato desses respectivos momentos históricos, que lhe imprimem uma marca, um ponto de visto único e singular.

Todavia, devem-se considerar ainda mais alguns pontos singulares em relação à experiência do Conde, especialmente sobre retorno em 1921, em contraposição à sua vivência no Brasil do Segundo Reinado. Para tal, tomamos como base os trabalhos de Alfred Schutz sobre o estrangeiro e a experiência de retornar ao lar, seus significados e possíveis abordagens (SCHUTZ, A.1944; 1979). De fato, um dos primeiros pontos colocados por Schutz é a diferença entre a atitude daquele que retorna ao lar e do estranho, ou estrangeiro. Este último irá ligar-se a um grupo que não é e nunca foi seu, e sabe que entrará em contato com um mundo não-familiar.[2] Já aquele que retorna ao lar conhece, ou melhor, pensa que conhece o ambiente para o qual está voltando. Assim, enquanto o estranho precisa antecipar o que ocorrerá durante sua experiência, aquele que volta ao lar possui uma série de referências, compostas basicamente por suas memórias, e que serão utilizadas por ele para

[2] Para Schutz, estrangeiro é aquele indivíduo que tenta ser permanentemente aceito, ou pelo menos tolerado, pelo grupo do qual se aproxima. Nesse sentido, para se integrar, o estrangeiro procura interpretar o padrão cultural do grupo do qual se aproxima e passa a se orientar através dele. Isto porque, acrescentando aqui a digressão de Gerog Simmel sobre o estrangeiro, além deste indivíduo não possuir uma série de características inerente ao grupo, ele traz consigo certas singularidades (que não procedem do grupo) e que irão delimitar sua posição neste novo grupo. SCHUTZ, A. The Stranger: An Essay on Social Psychology. The Stranger: An Essay on Social Psychology. Chicago Journals. Vol. 49, No. 6 (May, 1944), pp. 499-507. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2771547 Acesso em 4 de setembro de 2009; SIMMEL, G. El Espacio y la sociedad. In: Sociologia. Buenos Aires, Espasa – Calpe, 1939, Volume 2, p.207-296.

se reintegrar ao lar.

No entanto, essa reintegração não será tão fácil, pois, ao partir, esse indivíduo deixou de fazer parte da estrutura social do mundo lar, compreendida em um tempo e espaço comuns, tanto para ele, como para os que ficaram, sendo esses momentos em comum substituídos por suas memórias. Considerando que cada memória individual é um ponto de vista que integra a memória coletiva (HALBWACHS, 2006: 69), a possibilidade das representações sobre aquele que retorna, e dele sobre o lar, se alterarem ao longo do tempo são enormes. Na compreensão de Schutz, elas se alteram porque são tipificadas. A partir do momento em que há o corte no tempo e espaço comuns, inicia-se um processo de tipificação em relação àquele que está longe, e também deste com aqueles que ficaram para trás. Essas considerações de Schutz são relevantes para se pensar em que categoria o Conde será enquadrado quando retornar, que imagem tipificada será construída sobre o mesmo.

Esse processo de tipificação ocorre juntamente por alterações nos interesses e relevâncias dos indivíduos que estão separados, pois, a mudança de ambiente faz com que outras coisas se tornem importantes para ambos, e as velhas experiências são reavaliadas. Trazendo isso para a experiência do Conde, vemos que ele lembra o que lhe é relevante, e muitas vezes, é uma lembrança que perdeu relevância, ou nunca foi relevante, para aqueles que estão ao seu redor nesse momento de retorno, e isso causa certo estranhamento, mas que é significado positivamente. Fazendo uma conexão com as considerações de Halbwachs, percebemos que é no tempo de determinado grupo ou grupos que o Conde procura encontrar ou reconstituir suas lembranças. Todavia, as partes de um grupo podem organizar esta lembrança em volta de centros de interesse, que já não são exatamente os mesmos, possibilitando que a memória atinja regiões do passado em distâncias desiguais (HALBWACHS, 2006: 146-149).

Tal fato fica claro quando observamos que o passado evocado nesse tempo de comemoração, que marca o retorno do Conde e seu filho, é um passado monárquico grandioso, focado principalmente na figura exemplar de D.Pedro II, e que há certa distância entre o que o Conde lembra e esta memória que é "enquadrada" (POLLAK, M. 1989) e comemorada.

Nesse sentido, percebemos que a memória "enquadrada" nesses momentos, muitas vezes não inclui lembranças pertencentes a certos grupos ou indivíduos que não sejam de seu interesse, e esses aspectos podem ser minimizados ou até esquecidos. Está em jogo a construção ou reconstrução de uma identidade, tanto por parte dos organizadores dessa memória "enquadrada", como por parte do indivíduo ou grupo deixado de fora. No caso, para esses, a construção dessa identidade irá auxiliá-los na definição de seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, M. 1989). Retomando Schutz, observamos também como, no trabalho de reintegração social daquele que retorna ao lar, as memórias têm um papel essencial, orientando seu relacionamento com as pessoas e com o ambiente ao seu redor.

Enfim, é a partir desta perspectiva que iremos analisar a biografia do Conde, visitada

na década de 1920, e posteriormente na década de 1930, procurando 'destrinchar' as referências que orientaram a elaboração dessas diferentes narrativas memoriais, procurando assim, pensar como determinado ator ou atores de um presente histórico construíram seu olhar sobre esse personagem do passado.

O Conde em vários tempos

Luis Felipe Maria Fernando Gastão d'Orleans, o Conde d'Eu (1842-1922), era filho do Duque de Nemours com a princesa Vitoria Augusta Antonieta. Primogênito de quatro filhos, nasceu em 28 de abril de 1842, no castelo de Neuilly, na França. Aos seis anos, as convulsões de 1848 na França implicaram no banimento de sua família que buscou asilo na Inglaterra. Em 1855 iniciou seus estudos na academia militar de Segovia, onde obteve a patente de capitão. Em 1864 veio para o Brasil, junto com seu primo germano Augusto de Saxe Coburgo Gotha, para casar com a filha de D. Pedro II, Isabel Cristina. Desse casamento nasceram: Dom Pedro de Orleans e Bragança (1875-1940), Dom Luis de Orleans e Bragança (1878-1920) e Dom Antonio de Orleans e Bragança (1881-1918).

Segundo Câmara Cascudo, um de seus biógrafos, a "feição alienígena do príncipe francês" pesou profundamente, sendo ele alvo de certas "lendas impopularizadoras" que o caracterizavam como avarento, deselegante e descortês; e que tinha como meio de renda a exploração de vários "cortiços" pela cidade. Outro ponto criticado foi a concessão do título de marechal, após seu casamento com a princesa, por ser ele muito novo, tratando-se ainda de um "mancebo" (CASCUDO, 1933: 222).

Outras impressões sobre o Conde durante o Império podem ser encontradas nas memórias do Visconde de Taunay. Segundo ele, seu amigo e companheiro de guerra, o Conde possuía qualidades admiráveis como o gosto pelo trabalho, pela ordem econômica (daí o apelido de "avarento"), tinha absoluta simplicidade nos modos, e era pouco propenso a ouvir e aceitar bajulações. Já como defeitos, Taunay cita seus modos desajeitados, sua surdez, os hábitos de apertada economia, o caráter propenso à melancolia e o carolismo acentuado. Além da surdez, outro fator que concorria contra ele, era o sotaque do seu português, cheio de rrr, denunciando sempre seu caráter estrangeiro (TAUNAY, 1948. Apud LYRA, 1977: 38-39).

Tal imagem negativa do Conde pesou muito no final do Império, causando receios em relação a um Terceiro Reinado, caracterizado como o governo da princesa carola, incompetente e tutelada pelo marido estrangeiro, personagem pouco amado pelos brasileiros. Assim, no momento em que a família imperial gozava da mais desastrosa impopularidade, esta se concentrava intensamente sobre o Conde (MELLO, 2007: 167-168). Nas palavras Rui Barbosa: "Circunstancias, que toda gente sabe entre nós, envolvem hoje a família imperial na mais desastrosa impopularidade; e esta concentra-se sobre o nome do sr. Conde d'Eu" (BARBOSA, 1947: 323. Apud MELLO, 2007: 189).

Mesmo após a proclamação da República, o Conde continuaria sendo representado com extremo desprezo. O Diário de Notícias, por exemplo, ao publicar uma crônica política, quando da morte de D.Pedro II, em dezembro de 1891, aponta que muitos eram os fatos que depunham contra o príncipe, como por exemplo, "a posse dos cortiços e pedreira com os quais negociava, como sabe todo mundo" (Diário de Notícias, 7 de dez. de 1891). Também o Jornal do Brasil, ao publicar seu necrológio sobre Pedro II, descreveu os principais eventos que ocorreram no Segundo Reinado, e ao fazer referência à Guerra Paraguai, faz uma ressalva: "Em outras condições não mencionaríamos o seu nome (Conde d'Eu), senão na grande lista dos que honrarão a farda" (Jornal do Brasil, 6 de dez. de 1891). Ou seja, somente por sua contribuição na Guerra do Paraguai, era possível se referir ao Conde. A questão é que uma representação positiva desse personagem será construída ao longo das primeiras décadas do século XX, assim, ainda nos primórdios da República, de onde retiramos essa última citação do Jornal do Brasil, sobressaem as referências construídas durante a segunda metade do século do XIX, extremamente negativas.

Enfim, o Conde permaneceu até 1889 no Brasil. Com a proclamação da República, a família imperial foi exilada e banida, sendo permitido seu retorno somente em 1920, após a revogação do decreto do banimento.[3] O Conde d'Eu, junto com seu filho mais velho, o príncipe Pedro Augusto, retorna então ao Brasil em 1921, acompanhando os esquifes dos ex-imperadores, permanecendo no país de 8 de janeiro até 15 de fevereiro de 1921.

Em maio de 1920, o recém eleito presidente da República Epitácio Pessoa ressalta em sua mensagem ao Congresso Nacional a importância de que, junto às comemorações do centenário de Independência, fossem transladados para o Brasil os despojos mortais de D.Pedro II e de Thereza Cristina, que repousavam no Panteão Real dos Bragança em Portugal.

Caracterizado como um "ato de elevação moral", o pedido para o translado dos despojos é acompanhado de referências não apenas à figura de D.Pedro II, mas também de D.Pedro I, apresentado por Epitácio como elemento fundamental para o êxito da independência brasileira, evitando que o país "como nas antigas colônias espanholas" experimentasse "perturbações políticas prolongadas". Tais referências presentes no discurso de Epitácio demonstram a importância de incorporar esses personagens novamente à história nacional, pois o progresso representado pela República não poderia obscurecê-los.

[3] Foram apresentados quatro projetos no Congresso Nacional relativos à revogação do banimento da família imperial e à vinda dos despojos imperais para o Brasil. O primeiro projeto foi apresentado pelo deputado do Mato Grosso, Caetano de Albuquerque em 1891 e previa a revogação do decreto do banimento da família imperial; o segundo projeto foi apresentado em 1906 pelo senador Coelho Lisboa e não requeria a revogação do banimento, mas a transladação dos despojos imperiais para o Brasil e a construção de um Pantheon para alocá-los; o terceiro projeto foi apresentado pelo deputado Mauricio de Lacerda e incorporava novamente a demanda pela revogação do banimento, sem a requisição, contudo, para a construção do Pantheon; o quarto e último projeto requerendo a revogação do banimento foi apresentado em 1919 pelo deputado mineiro Francisco Valladares e foi alvo de poucas atenções na Câmara, retornando ao pleito após a mensagem do presidente Epitácio Pessoa na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em maio de 1920.Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB. V.152, Tomo 98, 1925.

D. Pedro II, um personagem que "ninguém deixa de reconhecer", ressalta Epitácio, merecia, por seus serviços notáveis prestados à nação, "lugar de destaque nos cem anos de independência que agora serão lembrados". O translado dos restos mortais do imperador e também da imperatriz serviriam então, aponta o presidente, como prova de que as instituições republicanas estavam já radicadas no país (Diário do Congresso Nacional; 4 de maio de 1920).

Enfim, no dia 3 de setembro de 1920, realizava-se no Salão de Despachos do Palácio do Catete a assinatura do decreto que revogava o banimento da família imperial. Para tal ato foi oferecida ao presidente uma caneta de ouro obtida especialmente para a ocasião com dinheiro arrecadado mediante subscrição pública promovida pelo jornal A Rua (GUIMARÃES, 2005: 150). A cerimônia foi realizada com a presença de comissões de várias instituições importantes como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras e a Associação Brasileira de Imprensa.

Revogado o banimento, duas questões vêm à tona: onde iriam repousar os despojos dos ex-imperadores e como seriam recebidos os despojos de D. Pedro II. A primeira questão resolveu-se rapidamente, sendo escolhida a cidade de Petrópolis e sua Catedral. Todavia, como a Catedral ainda estava em construção, ficou resolvido que os restos mortais ficariam provisoriamente na capela de Nossa Senhora dos Passos na Catedral do Rio de Janeiro (Jornal do Brasil, 18 de nov. de 1920. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 40- 44). Já a segunda questão - sobre a participação do governo na cerimônia – seria um pouco mais complicada, pois, o decreto que revogava o banimento da família imperial apenas autorizava o Poder Executivo a trasladar os despojos, não fornecendo detalhes sobre como seria realizada a recepção no Brasil, ou seja, se seriam concedidas honras de chefe de Estado a D.Pedro II.

A organização da recepção ficaria, então, a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, que formou uma comissão executiva com esse objetivo, composta pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio; monsenhor Pio dos Santos, representante do cardeal Arcoverde; Rodrigo Otávio, subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, e o presidente do IHGB, Afonso Celso.

A decisão de conferir caráter oficial às cerimônias é noticiada quase às vésperas da chegada, em 4 de janeiro, quando finalmente é publicado o programa do cerimonial, confirmando a participação oficial do governo na recepção, concedendo ao imperador as honras de chefe de Estado em seu funeral (A Notícia, 04 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 75-78). As honras de chefe de Estado aplicadas ao ritual do funeral referem-se à atuação do Exército e da Armada, e à participação de representantes do governo na cerimônia. A atuação das Forças Armadas reservava-se principalmente à formação de alas, desde o cais da Praça Mauá até a entrada principal da Catedral, sendo estendidas pela Avenida Rio Branco e Rua da Assembléia, a fim de prestar as continências militares (Jornal do Commercio, 8 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,1925: 90-99).

Rapidamente a cerimônia ganha um aspecto grandioso, com a publicação, desde final de dezembro a início de janeiro, de listagens com várias adesões às comissões de senhoras e cavalheiros, criadas pela comissão executiva, com objetivo de incorporar todos que quisessem se associar às homenagens (Jornal do Commercio, 4 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 48-53; 73-74). As duas comissões eram chefiadas respectivamente pela baronesa de Loreto e pelo conselheiro José da Silva Costa, um detalhe interessante sobre a comissão de senhoras, é que nesta, o cargo de presidente de honra era ocupado pela senhora Mary Pessoa, esposa do presidente Epitácio Pessoa. Além dos trabalhos das comissões, e da expectativa da chegada, completava o cenário a inauguração da Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil no Club dos Diários (A Noite, 04 de janeiro de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 83-84).

Assim, na manhã do dia 8 de janeiro o couraçado S. Paulo é recebido, à entrada da Baía de Guanabara, com uma salva de tiros feita pelas fortalezas de Santa Cruz e São João. A bordo do S. Paulo, acompanhava os despojos mortais, o Conde d'Eu, o príncipe D.Pedro Augusto e Manuel Viera Tosta Filho (Barão de Muritiba), que foram recebidos pelo prefeito Carlos Sampaio, pelo presidente do IHGB, Affonso Celso, barão Ramiz Galvão, Agenor Roure, secretário do presidente da República, almirante José Carlos de Carvalho, Max Fleiuss, Jonathas Serrano e o comendador Arthur Guimarães.

Feitas as devidas apresentações, iniciou-se o procedimento para o desembarque dos ataúdes, contudo, este teve que ser retardado devido à chuva que começou a cair na cidade, somente quando esta cedeu é que, finalmente, o caixão do imperador tocou terra brasileira. Momento solene, marcado por salvas de tiros partidas do couraçado S. Paulo, execução do Hino Nacional e mais salvas de tiros efetuados pelo Batalhão Naval. Em seguida, salvaram a um só tempo todas as unidades da Armada, fundeadas na Guanabara e todas as fortalezas do porto.

À saída da Praça Mauá, Conde e príncipe encontraram-se com a sra. Mary Pessoa e sua filha Laurita Pessoa, sendo devidamente apresentados pelo conde Afonso, seguiram todos juntos no automóvel, à convite da primeira dama. Formou-se então o préstito tendo à frente a escolta da Polícia Militar e outra do Exército, a carreta com ataúde D.Pedro II era conduzida por representantes das irmandades de S. Elesbão, Santa Efigênia, do Rosário e de S. Benedito; já a carreta da imperatriz era conduzida por senhoras representantes de várias instituições, como do Instituto Histórico e Geográfico, Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, e da Sociedade Católica. A seguir, vinha o automóvel das senhoras Mary Pessoa e Laurita Pessoa, acompanhadas do Conde d'Eu e o príncipe Pedro Augusto. À medida que o cortejo passava pela Avenida Rio Branco, as forças apresentavam armas ao som do hino nacional.

Na decoração, tanto da Avenida, quanto das ruas adjacentes, tremulavam bandeiras negras, nas fachadas dos estabelecimentos públicos, casas comerciais e residências particulares, bandeiras nacionais e estrangeiras foram hasteadas a meio pau. Na decoração da Catedral, destino último do cortejo, faixas de veludo preto com lágrimas de prata, lustres

envoltos em crepe preto, altar e laterais cobertos com mantos negros davam o tom maior ao ritual fúnebre.

Na chegada à Catedral, o Conde d'Eu e o príncipe entraram acompanhados de Mary e Laurita Pessoa, iniciou-se a cerimônia religiosa, oficiada pelo monsenhor Ferreira Alves. Terminado o ofício, Mary Pessoa e os dois príncipes aproximaram-se dos ataúdes, depositados no centro da igreja; após esse momento dirigiram-se para a sacristia onde receberam a imprensa.

Sobre a recepção dos despojos imperais, cabe ressaltar a ausência do presidente Epitácio Pessoa na cerimônia, o que já estava previsto no programa. Receberam a tarefa de representar o presidente, o seu secretário, Agnor Rouge e o Chefe da Casa Militar, Hastimphilo de Moura. Pode-se também interpretar a presença de Mary Pessoa como mais um representante significativo do governo na cerimônia. No caso, a atitude da primeira dama, de convidar para acompanhá-la no automóvel os membros da família imperial no momento em que se compôs o féretro - algo que não estava previsto no programa - pode ser interpretada como um momento emblemático do congraçamento entre a República e o Império (GUIMARÃES, 2005:154).

Considerando as impressões da imprensa sobre o evento, observamos que tal "congraçamento" é identificado várias vezes através de formas diferenciadas. A primeira delas, presente no Jornal do Commercio, caracteriza a recepção como um momento onde o povo brasileiro demonstrou sua veneração por suas tradições, em que a nação "rendeu culto patriótico ao passado". Assim, as palmas vibrantes, quando da passagem do conde e do príncipe no cortejo, dirigiam-se aos representantes daquela fase histórica, "estágio essencial na evolução da vida política independente", ou seja, não eram manifestações de "fé monárquica", da mesma forma que as homenagens feitas ao monarca e a imperatriz, vistos como símbolos da era imperial. Homenagens essas que contaram com a participação de "representantes de todas as nossas classes sociais, sem distinção de credos políticos e religiosos" (Jornal do Commercio, 9 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 121-146).

No culto às tradições, à história, ao passado, perceptível nas descrições da cerimônia, é clara a preocupação de fundir em uma só, a tradição imperial e a tradição republicana, caracterizando-a essencialmente como liberal, construindo uma continuidade entre o passado imperial e o presente de 1921. O que pode ser observado, na apreciação feita pelo jornal Gazeta de Notícias, sobre a República "forte e inabalável", que entrava em um período de maturidade, marcado pelo "liberalismo tradicional do povo brasileiro" e pelo "desejo de paz e de moralidade administrativa, benefícios a que nos acostumou o extinto monarca e que constituem o ideal de toda a gente" (Gazeta de Noticias, 9 de jan. de 1921.ApudRevista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 147-173).

Após mais de 30 anos de exílio e banimento, integrantes da família imperial retornavam ao Brasil, junto aos restos mortais dos ex-imperadores brasileiros, que finalmente descasariam na terra pátria. Considerando que a sociedade é dividida em tempos,

como, por exemplo, o tempo da política (PALMEIRA, 2002: 171-177), o retorno dos despojos é construído como um tempo de comemoração, um momento especial de júbilo da república com o passado monárquico, onde passado, presente e futuro são articulados, com objetivo de criar sentimentos de pertença e continuidade (CATROGA, 1998). Nesse sentido, o passado monárquico é celebrado em exposições e nas páginas de jornais e revistas, e especialmente, através de uma pomposa recepção aos restos mortais do imperador e da imperatriz, e aos representantes da família imperial, o Conde d'Eu e seu filho, D. Pedro; que são aclamados pela população, tanto na recepção realizada no Rio de Janeiro, como nas outras cidades e capitais que visitaram enquanto por aqui estiveram.[4]

Não apenas na recepção extremamente amigável de janeiro de 1921, mas já no início de 1920, era possível perceber claramente essa reorientação em relação à imagem do Conde. Ao noticiar o falecimento de D. Luiz, filho da princesa Isabel com o Conde d'Eu,[5] o Jornal do Brasil assim se refere ao Conde e sua atuação no Paraguai: "Foi ele quem concluiu esta sangrenta luta, portando-se como um bravo e um chefe a altura das delicadas operações que lhe foram confiadas" (Jornal do Brasil, 1 abr. de 1920). O falecimento do neto de D.Pedro II reascende as críticas ao decreto que impõem o banimento da família imperial, afinal, "ninguém de bom senso achará crível que duas criaturas, quase octogenárias como os Condes d'Eu, alimentem quaisquer veleidades restauradoras aqui", observa o Jornal do Brasil,

> O Brasil encontra-se em dívida de gratidão para com ambos, e nenhuma hora é mais bela do que esta para saldá-la, com um rasgo de generosidade, que seria ao mesmo tempo um ato de fé, de confiança, na estabilidade do regime. Não devemos consentir que o Conde e a Condessa d'Eu fechem para sempre os olhos em terras do exílio, sem que lhes seja dado, num derradeiro lance, reverem o Brasil amado, para cuja grandeza, ambos contribuíram com os sacrifícios, a sua dedicação e o seu patriotismo (Jornal do Brasil, 1 abr. de 1920).

A dedicação e o patriotismo do Conde seriam temas constantes dos artigos publicados sobre ele, resultado de sua atuação na Guerra do Paraguai. Nesse sentido, o jornal A Notícia ressaltava que ele não seria recebido, nem como príncipe, nem como senador do Império, mas sim como Marechal do Exército brasileiro, pois, a "(...) revolução de 15 de Novembro não supriu o marechalato nem o oficialato do Exército e s.a.r. o conde d'Eu, marechal do Exército Nacional, revogado o seu banimento, recupera, cremos nós, o seu posto nas fileiras do nosso glorioso Exército". Assim, a atuação na Guerra do Paraguai será o ponto a ser destacado, durante o tempo em que o Conde aqui viveu, e será como oficial do Exército brasileiro que ele será recebido. Como aponta o jornal, os serviços militares prestados pelo Conde não se dirigiram à Monarquia, mas à "honra, à integridade, e às glorias militares da nossa e dele estremecida Pátria" (Jornal A Noticia, 04 de jan. de 1921. Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925:77).

---

[4] O Conde e príncipe visitam as seguintes cidades: Petrópolis, Barra do Pirai, Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo e Sorocaba.

[5] D. Luiz faleceu no início de 1920 antes de voltar a pisar no solo brasileiro, como havia desejado em sua viagem à América do Sul em 1907. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro 30 de mar. de 1920.

Mais singulares são as palavras do jornal O Imparcial, ao se referir ao Conde, quando de sua chegada, ainda no Brasil monárquico, para casar com a princesa Isabel, como aquele jovem, "que logo conosco se identificou e irmanou, compartindo os riscos da guerra cruenta". Momento em que se formou no Conde "uma alma brasileira", que continuou viva, afirma o jornal, mesmo durante o exílio, enquanto ele acompanhava "com a maior solicitude, quanto dizia respeito à nossa terra, e por tudo que podia beneficiar o Brasil vivamente se interessava" (Jornal O Imparcial, 08 de jan. de 1921. Apud, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 104). Assim como o A Notícia, o jornal reforça a validade de sua patente de marechal efetivo do Exército.

As construções continuam após sua chegada, sendo interessante ressaltar, ainda, algumas referências específicas, como por exemplo, a do Jornal do Commercio, quando este coloca que as aclamações que se dirigiam ao Conde, não eram feitas ao representante do regime extinto, mas, ao "velho soldado do Exército brasileiro, que aceitou num momento difícil para a Pátria, a tarefa pesada e dura de liquidar a fase mais ingrata da campanha do Paraguai". Quanto ao príncipe, "a população da Capital saudou, após trinta anos de exílio, o descendente da dinastia ilustre, que tanto honrou e tanto amou o Brasil" (Jornal do Commercio, 9 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 121-146).

O jornal Gazeta de Notícias publica, também, uma entrevista com os reais visitantes, ainda a bordo do S. Paulo, onde o Conde manifesta seus sentimentos e expectativas quanto ao retorno:

> - Não sei como dizer a emoção que senti, quando me foi dado enfim, rever as terras do Brasil, avistando ao longe, no horizonte, a ilha de Fernando de Noronha! Se em minha casa, em França, noutra coisa se não falava se não no Brasil, durante trinta anos! Imagine como não hei de rever com emoção essa terra, a que estou tão profundamente ligado por tantos motivos! (Gazeta de Noticias, 9 de jan. de 1921.ApudRevista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.1925: 166-167).

Já o príncipe, manifesta suas impressões em relação à cidade do Rio de Janeiro, maravilhado com seu progresso:

> Quando daqui parti, tudo era diferente: não havia as avenidas, de que tanto tenho ouvido falar e de cuja beleza tanto se orgulha o povo brasileiro. Esse soberbo cais nem sequer havia sido esboçado. Sinto-me bem ao pisar o solo pátrio e é com pronunciada comoção que observo essa manifestação de apreço do povo carioca aos seus ex-imperadores. Outra coisa não poderia esperar. Desde que cheguei a Lisboa, fui cercado de tantas distinções e de tantos carinhos que, na verdade, me sinto confortado e orgulhoso por encontrar-me no meio dos meus concidadãos (Gazeta de Noticias, 9 de jan. de 1921.Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.1925: 166-167).

Um desses concidadãos seria sua ama de leite, Anna Grunewald. A velhinha de 72 anos veio de Petrópolis especialmente para receber e cumprimentar o príncipe. O reencontro dos dois deu-se ainda no S. Paulo, levando a velha ama de leite às lágrimas. Segundo a Gazeta de Notícias, o príncipe teria conversado longamente com a ama, "relembrando vários fatos ocorridos em sua mocidade" (Gazeta de Noticias, 9 de jan. de 1921.Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 169-170).

Nas representações do Conde e nas narrativas construídas sobre o seu passado, percebe-se o esforço para incorporar esse personagem ao passado nacional, sem menções às discórdias e desafetos que tanto permearam os mais de 20 anos? em que viveu no Brasil, ao lado da princesa Isabel. Afinal, esse é um momento de congraçamento, de fusão de tradições e passados. Assim, ao retornar, o Conde não seria mais o "estrangeiro", foi inserido em uma nova categoria (SCHUTZ, A. 1979), a de veterano de guerra, mesmo sendo essa uma guerra terminada a mais de meio século atrás, é clara a reconstrução da imagem desse príncipe francês, que em 1921, é realizada por sobre alguns esquecimentos.

Sobre a experiência do Conde em 1921, vale ressaltar as referências a sua memória, relembrando de fatos "insignificantes", ocorridos a 40 ou 50 anos, observou o jornal O Imparcial, ao descrever o encontro do Conde com alguns veteranos que com ele participaram da Guerra Paraguai. Na descrição do jornal, ao ser apresentado ao Sr. Jorge Maria, o conde teria respondido imediatamente: "Ah! Jorge Maia, o que se casou no Paraguai?", admirando, segundo jornal, as pessoas que o cercavam com esse "prodígio de memória em um octogenário" e "sorriam a cada uma dessas provas de lucidez de espírito do velho conde" (O Imparcial, 09 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 211-213).

No dia seguinte à chegada, o Conde e o príncipe visitaram a Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil no Club dos Diários. Composta por objetos e retratos da Monarquia, a exposição foi vista demoradamente pelo Conde e pelo príncipe, sendo objeto de um detalhado artigo do jornal A Noite, relatando suas impressões. Sobre as impressões do Conde, observa o jornal: "tinha palavras de recordação, citando episódios e inquirindo de pessoas contemporâneas dos períodos recapitulados", examinou todos os objetos, reconhecendo todos os personagens retratados: "- O Nabuco, o Patrocínio, o Taunay, o Ferreira Vianna". Ao entrar no salão de baile do Clube, teria comentado: "(...) Aqui vi reunidos vivos todos esses políticos que ora vejo em retratos. (...) O Zacarias, o João Alfredo, o Dantas...o general Osório...". Sobre as impressões do príncipe, vale destacar seu comentário sobre um foto da família imperial: "Foi tirada em Petrópolis pouco tempo antes da revolução republicana. Cá estou eu. Tinha pouco mais de quatorze anos." (A Noite, 09 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.1925: 218-220).

Mas as lembranças do Conde não ficaram restritas ao seu grupo de velhos companheiros de batalha, também aflorariam durante os seus passeios pela cidade do Rio, descritos detalhadamente em dois belos artigos de Viriato Correa.

No primeiro artigo, sobre um passeio de automóvel pela orla, Viriato descreve a

surpresa do Conde ao verificar as mudanças pelas quais a cidade havia passado, presentes inclusive no Palácio Guanabara, onde residiu com sua esposa. Ao vislumbrar o Palácio, o conde teve uma exclamação maravilhada: "Como está mudado!", depois rodeou as palmeiras defronte do mesmo, identificando as que foram plantadas por ele e as que foram plantadas pela princesa (Correio da Manhã, 21 de jan. de 1921. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 230-233).

A memória prodigiosa do Conde iria manifestar-se novamente quando da visita ao convento de Santo de Antônio para visitar os restos mortais de algumas figuras da família imperial que ali repousavam. Todavia, o aspecto dos caixões não teria agradado aos visitantes, encontravam-se estes amontoados, descreve Viriato, num vão de parede. Caixões que pertenciam à imperatriz Leopoldina, e aos seus filhos com D.Pedro I, princesa Paula Mariana e o príncipe Carlos Borromeu. Ao observar a cena, o Conde perguntou ao frei que os acompanhava, onde estava a placa e a coroa de madeira que ornamentavam respectivamente o caixão da imperatriz e da princesa Paula Mariana. Depois de muito insistir que tais adereços realmente existiam, o conde finalmente encontra um deles: "E veio saindo com a coroa dourada nas mãos, muito contente, como se tivesse encontrado um tesouro. Ao chegar ao caixão da princesa, depositou-a cuidadosamente bem no centro" (Correio da Manhã, 28 de jan. de 1921. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925: 233-237).

Algumas referências a tais passeios também aparecem na imprensa, uma delas está numa entrevista com o secretário do IHGB, Max Fleuiss, que acompanhou os reais visitantes em muitos de seus passeios e visitas pela capital. Na entrevista, fornecida ao jornal A Notícia, Fleuiss faz referência aos passeios pela cidade citados por Viriato Correa: "Dotado de excelente memória, o conde d'Eu lembrava-se de tudo e referia episódios. Na Rua Paysandu recordou-se que as palmeiras dali foram plantadas pela princesa Isabel e por ele". O secretário do IHGB adiciona ainda alguns outros exemplos da extraordinária memória do Conde, ao se referir às visitas de personagens da realeza ao Palace Hotel, onde estava hospedado. Sobre a visita de uma senhora "descendente de família que foi íntima do Paço", Fleuiss descreve: "O conde d'Eu, informando de sua origem, manifestou-se gratíssimo pela visita e fez perguntas relativas aos membros da família, denunciando, pelos pormenores, que tinha nítida idéia de todos e desejando saber da situação atual de cada um" (A Notícia, 10 de janeiro de 1921.ApudRevista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; 1925:225).

Já sobre o segundo passeio citado por Viriato Correia, ao Convento Santo Antonio, encontramos referências no Jornal do Brasil, que cita tal passeio, ressaltando novamente a "prodigiosa memória" (Jornal do Brasil, 15 de jan. de 1921) do Conde, ao notar o adereço que faltava no esquife da Imperatriz.

Ao final do mês de janeiro, Conde e príncipe deixariam a capital para visitar o estado de Minas Gerais, seguindo depois para São Paulo. Do regresso à capital, em 6 de fevereiro, até a partida para a Europa no dia 16 do mesmo mês, ainda seriam realizadas importantes

homenagens aos reais visitantes,[6] dentre elas destacaremos aqui a visita à Vila Militar.

Em companhia do marechal Bento Ribeiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e do general Andrade Neves, o Conde e príncipe embarcaram, na manhã do dia 13, em um trem na Central do Brasil que os conduziu à Vila Militar, onde foram recebidos pelos generais Chrispim Ferreira e Cypriano Ferreira. Já na Vila, foram visitadas as seguintes dependências: 1o batalhão de engenharia, 1o corpo de trem, Escola de Aperfeiçoamento de Oficias, 1o regimento de artilharia e 2a de infantaria. Após a excursão foi servido o almoço, que contou com os discursos do Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, do marechal Bento Ribeiro e do Conde d'Eu. Infelizmente o jornal não faz referência ao conteúdo dos discursos, apontando apenas que foram todos vivamente aplaudidos (Jornal do Brasil, 13 de jan. de 1921).

As descrições sobre os passeios e visitas do Conde são boas para se pensar que outros passados e outras memórias estavam em jogo naquele momento, e que não seriam esquecidos, porque lembrados por determinados grupos. No caso, faço referência aos encontros do Conde com os veteranos do Paraguai e também com descendentes da nobreza imperial que o procuraram em seu hotel. Momentos propensos a recordações de eventos ou personagens que não necessariamente foram incluídos no leque organizado das memórias que eram celebradas naquele momento. Um dos episódios que expressa com maior clareza essa distância, entre o que era celebrado e o que era lembrado pelo Conde, é sua visita ao Convento de Santo Antonio, onde uma parte desse passado residia praticamente esquecido.

Sobre a atenção de que foi alvo, podemos perceber, através das notícias publicadas no Jornal do Brasil, que esta vai decaindo ao longo da visita, e em alguns momentos, especialmente durante as viagens para os outros estados, poucas são as referências à viagem dos reais visitantes. Apenas quando retornam à capital, é que se tornam novamente alvo de matérias diárias, relatando o seu dia a dia e as homenagens prestadas. Quanto à despedida, não teve a grandiosidade da recepção, sendo um evento bem simples e curto, sobre o qual o jornal não fornece muitos detalhes.

> À passagem do automóvel de Suas Altezas, que era seguido de outros conduzindo vultos proeminentes, tanto do tempo do Império como do atual regime, o povo descobria-se em atitude respeitosa, rendendo homenagens ao velho soldado das campanhas do Paraguai e ao seu ilustre filho, neto do ex-Imperador D.Pedro II (Jornal do Brasil, 16 de fev. de 1921).

Encerrada a visita em fevereiro de 1921, uma nova viagem foi planejada para o ano seguinte, com o intuito de participar das comemorações do Centenário da Independência, no entanto, com a saúde já fragilizada, o Conde faleceu, a bordo do navio Massília, quando retornava pela segunda vez ao Brasil, em 28 de agosto de 1922.

Por fim, na visita à exposição no Clube dos Diários, ou nos passeios pela cidade, percebemos como o Conde utiliza suas memórias para se reintegrar a essa sociedade. Nesse

[6] Faço referência à cerimônia de inauguração do busto de D. Pedro II no Club de Engenharia e à sessão especial em homenagem ao Conde d'Eu realizada no IHGB.

sentido, o tempo em que recorda não é dado apenas pelos grupos com os quais se reencontra, mas também pelo ambiente ao seu redor, um espaço que pode ser definido como uma grande "loja de antiguidades" (HALBWACHS, 2006: 158), onde as palmeiras do Palácio Guanabara, bem como o salão de bailes do Clube dos Diários, adquirem outro significado, utilizados na reconstrução de uma identidade: a do velhinho simpático, de memória excepcional, recebido como marechal e veterano de guerra.

Uma década após seu falecimento, é publicada sua primeira biografia (1933), de autoria do folclorista Luis Câmara Cascudo. Dois anos depois, é a vez do literato Alberto Rangel escrever sobre o Conde (1935). Ambas as obras são apologéticas, voltadas para ressaltar as qualidades do Conde e os serviços que prestou ao Brasil, especialmente sua atuação na Guerra do Paraguai.

O que podemos observar, já no prefácio de Rangel, onde ele deixa claro que a obra tinha como objetivo "elucidar alguns pontos da história pátria", instaurando "um processo de revisão na descarga de reparações necessárias". O livro, "selado na verdade dos arquivos", tratava-se justamente de um tributo "à memória de quem até então fora apenas o estrangeiro malquisto, mal julgado, mal despedido e mal recompensado" (RANGEL, 1935: 11). Os arquivos, a que Rangel se refere, são os documentos pertencentes ao imperador e sua família, remetidos à Europa, após sua partida para o exílio, e que foram alocados no Château d'Eu. Após a morte do casal d'Eu, os documentos ficaram sob a guarda de seu filho mais velho, o príncipe D. Pedro, que iniciou sua organização e catalogação com a ajuda de Alberto Rangel e Miguel Calógeras. Foi a partir dessa documentação que Rangel escreveu a biografia do Conde (BARMAN, 1999: 416-417).

A reabilitação da figura do Conde também é apontada no trabalho Cascudo, em suas últimas páginas, onde coloca:

> Sobre a nobre figura do conde d'Eu desabaram todas as tempestades do ódio, da acusação e da mentira. Só o Tempo teve o dom de limpar tantas nevoas densas acumuladas sobre fatos ilustres e feitos valorosos. (CASCUDO, 1933: 155)

No caso, não apenas o tempo, mas também a História brasileira faria justiça "definitiva, completa e clara" ao Conde, "príncipe de França e Marechal do Brasil..." (CASCUDO,1933: 156). O intuito de produzir uma obra baseada na "verdade dos arquivos" ficaria apenas com Rangel, pois, não há, na obra de Cascudo, preocupação com fontes ou referências.

A visita de 1921 ao Brasil é descrita, em ambas as biografias, sem muitos detalhes. Com exceção do destaque dado por Rangel à visita do Conde à Vila Militar (Jornal do Brasil, 13 de fev. de 1921). Segundo Rangel, este teria sido o mais importante dos eventos realizados durante a estadia do Conde no Brasil. Isto porque, tal visita teve o caráter de uma "reunião expiatória", ao fazer a "reparação devida à honra e ao prestígio de um grande chefe, profanadas pelas exacerbações da política" (RANGEL, 1935: 424). Já Câmara Cascudo nada

menciona sobre o evento militar, limitando-se a escrever poucas palavras sobre o retorno em 1921, caracterizado como um momento especial, onde o Conde foi envolvido por uma atmosfera de "carinho, de admiração e de simpatia", e que centralizou "a vida social do Brasil", pois, "Só nele se falou e sua presença era o tema emotivo de todas as palestras" (CASCUDO, 1933: 149).

Publicadas na década de 30, as biografias diferem consideravelmente do que foi escrito sobre o Conde na década de 20, e durante sua visita em 1921. Especialmente o livro de Rangel, culpa o regime instituído em 1889 por "ter desconhecido o valor" do Conde, "prestante servidor de tantos anos nos campos de batalha e nos conselhos supremos do governo" (RANGEL, 1935: 11). A escrita da memória do Conde encontrava-se em seu terceiro momento, pós Revolução de 1930, onde as críticas a Primeira República, formuladas pelos movimentos intelectuais dos anos 20, apresentavam o Império como período áureo em oposição à República decadente.[7] Tais interpretações contidas nos ensaios de Alberto Torres e Oliveira Viana ganharam relevo nas análises de Almir de Andrade, nas quais o período imperial passava a ser analisado positivamente e a vida política brasileira do século XIX encontrava grande ressonância nos anos 30 (OLIVEIRA;VELLOSO; GOMES, 1982: 41).

Dentro desse quadro, o resgate da memória do Conde serve de mote para se criticar a República de 89, período histórico que, aos poucos, seria reconstruído como velho, como a "República Velha", em oposição, ao novo, materializado pelo Estado de Vargas (BORGES, 2005). E, especialmente, o Estado Novo procurou cultivar uma relação intensa com a memória e o passado brasileiro através de uma rede em expansão de instituições federais que cuidavam do patrimônio histórico nacional (WILLIAMS, 1995), localizando-se dentro deste projeto o Museu Imperial (SANTOS, 2006). E, seria nesse museu, onde seriam depositados, em 1948, os arquivos consultados por Alberto Rangel, quando finalmente essas memórias são "institucionalizadas" dentro de um amplo projeto político cultural.

Fontes

Periódicos:

Diário do Congresso Nacional. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp. Acesso em: 24 de julho de 2006.

[7] Exemplos de obras publicadas neste período são: CARDOSO, Vicente Licínio. À Margem da História da República. 1924; VIANNA, Oliveira. O ocaso do Império. São Paulo: Melhoramentos, 1925. Para uma análise mais detalhada do cenário intelectual do período ver: OLIVEIRA, L. L.A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990; MALATIAN, T. O Retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, M. Stella (org.). Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas. São Paulo ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992.

Diário de Notícias.

Jornal do Brasil.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO ESPECIAL. Trasladação dos restos mortais de D.Pedro II e de D. Tereza Christina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

Livros:

CASCUDO, L.C. *CONDE D'EU.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasiliana. Vol. XI.

RANGEL, A. *Gastão de Orleans (O último Conde d'Eu).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Bibliografia:

BARMAN, R.J. *Citizen Emperor. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91.* Stanford, California: Standford University Press, 1999.

BORGES, V.P. Anos trinta: História e Historiografia. In: FREITAS, M.C. (org). *Historiografia brasileira em perspectiva.São Paulo: Contexto, 2005.*

GUIMARÃES, L.M.P. A primeira república e as representações de D.Pedro II. *In:* MACHADO, M. C. T. (Org.); PACHECO, Cardoso Heloisa Helena (Org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens.* 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LAVRABRE, M.C. De la notion de mémoire à la production des mémoires colletives. In: CEFAI, D. (dir.). *Cultures Politiques.* Paris:PUF, 2001, pp.233-252.

LYRA, H. *História de Dom Pedro II, 1825-1891.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.v.3. Declínio: 1880-1889.

LOWENTHAL, D. *The Past is a Foreign Country.* Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MELLO, M.T.C. *A república consentida: cultura democrática e cientifica do final do Império.* Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

OLIVEIRA, L.L.; VELLOSO, M.P; GOMES, A.M.C. *Estado Novo: ideologia e poder.* Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PALMEIRA, M. "Política e tempo: nota exploratória". In: PEIRANO, M (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP-UFRJ,2002.

POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15,1989. Disponível para download em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf.

POMIAN, K. De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire. *Revue de Méthaphysique et Morale,*nh.1, jan. – mars, 1998, p.63-110.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, M.S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, IPHAN, DEMU, 2006.

SCHUTZ, A. The Stranger: An Essay on Social Psychology. The Stranger: An Essay on Social Psychology. *Chicago Journals.* Vol. 49, No. 6 (May, 1944), pp. 499-507. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2771547Acesso em 4 de setembro de 2009.

_____Investigações sociológicas. Aquele que retorna ao lar. In: WAGNER, H. *Textos escolhidos de Alfred Schutz. Fenomenologia e Relações Sociais.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SIMMEL, G. "El espacio y la sociedad". [1908] In: *Sociología.* Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1939, vol. 2

WILLIAMS, D. *Making Brazil Modern: Political culture and cultural politics under Getúlio Vargas, 1930-1945.* Stanford University: 1995 (Tese de Doutorado).

A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação

Sérgio Montalvão[1]

Resumo:
O artigo apresenta um capítulo decisivo na história política da educação brasileira do século vinte: a tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Congresso Nacional. Contemplando dez anos de debates parlamentares, localizados entre a apresentação do Anteprojeto da Comissão Mariani (1948) e o primeiro substitutivo do deputado Carlos Lacerda (1958), o texto discute as mudanças no jogo político que levaram a legislação citada a passar da completa paralisia institucional à situação de maior vivacidade, na legislatura de 1959 a 1963, quando foi finalmente aprovada.

Palavras-chave: Congresso Nacional, Educação, Lei de Diretrizes e Bases

Abstract:
The article presents a decisive chapter in the twenty century brazilian education history: the process of the first Directive and Base Act (LDB) in the National Congress. Looking back ten years of parliamentary debates, between the preliminary draft of the Mariani´s Commission (1948) and the first replacement by Carlos Lacerda (1958), this paper discusses the changes in the political game that led to the referred legislation which evolued from complete paralysis to the institutional situation to a more vivid stage, in the legislature from 1959 to 1963, when it was finally approved.

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Instrumento normativo considerado fundamental na definição de um sistema nacional de educação, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aparece no texto constitucional de 1946 entre as competências legislativas da União — de acordo com o artigo 5º, item XV, letra d — constituindo-se em matéria de apreciação do Congresso Nacional[2]. Essa e outras matérias foram assim encaminhadas, inserindo-se em um novo arranjo institucional, que rompia com o presidencialismo autocrático da Constituição de 1937 e, embora mantivesse a iniciativa legislativa do presidente da República, obrigava-o, na maioria das questões, a consultar os parlamentares (LESSA, 2001).

A tramitação da LDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durou treze anos, se contada a partir da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948, que apresentou ao Poder Legislativo o seu anteprojeto, elaborado por uma comissão de educadores presidida por Manoel Lourenço Filho, então Diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde, tendo como relator geral o professor Antônio de Almeida Júnior, da Universidade de São Paulo (USP). No Curso de Direito Constitucional, publicado em 1951, o jurista Pedro Calmon entendeu que a política educacional da quarta Constituição republicana retomava, em muitos aspectos, a de 1934. A principal semelhança, segundo este constitucionalista, estava na ampliação das atribuições do governo federal, que deveria ocorrer, contudo, sem o sacrifício da iniciativa particular[3] e da competência sistematizadora dos Estados e do Distrito Federal. [4]

Não foi outro, aliás, o sentido interpretativo conferido pelo ministro Clemente Mariani à sua Exposição de Motivos, que considerou a nova lei uma vitória da "unidade na variedade", única fórmula "compatível com a federação e a vida nacional".[5] Desta feita, afirmou o ministro da Educação e Saúde, os equívocos provocados pela centralização dos procedimentos administrativos, que atingiu níveis máximos durante o Estado Novo, seriam superados, prosseguindo-se pelo caminho da descentralização do ensino, de acordo com a determinação constitucional.

A demora na aprovação da lei expõe a lentidão das duas casas legislativas em decidirem sobre temas de maior importância e complexidade, como no caso das leis complementares, que se destinam a regulamentar matéria a elas reservada pela Constituição. Relatos contemporâneos, como o de Hermes Lima, indicam a raiz deste

---

[2] O artigo 6º da Constituição de 1946 afirma que em diversas situações, incluída a legislação de diretrizes e bases da educação, a competência legislativa da União não exclui a elaboração de legislação estadual supletiva ou complementar.

[3] O artigo 167 proclama: "O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem".

[4] O artigo 171 diz: "Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino".

[5] MARIANI, Clemente. Exposição de motivos da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948. Diário do Congresso Nacional (13/11/1948), p. 11.616.
In. http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=13/11/1948
[acesso em 06/11/2009].

problema nos acordos feitos para sustentar o Executivo. O primeiro deles, lembra o ex-deputado socialista, foi o "acordo interpartidário" que aproximou o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) na sustentação do governo Dutra e, como consequência, veio criar uma prática de "medíocre rendimento do trabalho legislativo", fazendo com que os parlamentares atuassem "como se o essencial fosse adiar as tomadas de posição para não irritar ou desgostar o presidente" (LIMA, 1974, pp. 172-173).

Percebe-se claramente na exposição de Hermes Lima a existência de um Legislativo sempre a reboque do Executivo, algo que teria se reproduzido em pelo menos quatro das cinco legislaturas da democracia encerrada em 1964, fortalecendo a impressão de que a estabilidade política devia-se principalmente à passividade do parlamento.[6] Essa imagem, no entanto, tem sido desconstruída pela ciência política desde a década de 1970, principalmente em dissertações e teses defendidas no programa de pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Em 2003, um dos fundadores desta instituição, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, publicou *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*, livro que contém uma extensa revisão das "complexas relações entre federalismo, União, Executivo, Legislativo e bicameralismo" no período entre 1946 e 1964, contestando o "axioma que o Legislativo brasileiro sempre foi inteiramente dependente do Executivo e, consequentemente, dócil a ele" (2003, p. 54); bem como da fragilidade e da inconsistência ideológica dos partidos numa suposta república populista.

Em busca de compreender a democracia política pós-1945, e o seu sistema partidário-eleitoral, Wanderley Guilherme dos Santos recorre a dois requisitos: "autenticidade" e "representatividade". Considera o primeiro a partir da legalidade que sustenta os mandatos, o que inclui: 1) regras claras de organização partidária e participação eleitoral (incluindo votantes e votados), 2) procedimentos que garantam a exatidão das escolhas feitas pelos eleitores e 3) densidade deste universo participativo. E o último, a partir da adequada representação dada aos partidos nas diferentes instâncias do Legislativo bicameral, de acordo com as respectivas quantidades de sufrágios recebidos (Idem, pp. 61-62).

[6] A quebra da obediência do Legislativo em relação ao Executivo ocorreu durante o governo de João Goulart, cujo nascimento se fez já em meio à crise provocada pela renúncia de seu antecessor, em setembro de 1961, e o voto de impedimento da cúpula militar. O máximo de isolamento político vivido por Goulart, segundo a cientista política Argelina Figueiredo, seria atingido em outubro de 1963, quando, após uma onda de greves e uma série de ataques à autoridade presidencial, da parte do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, foi pedido ao Congresso Nacional a permissão para instalar o Estado de Sítio. A negativa dos parlamentares à mensagem presidencial enviada em 4 de outubro de 1963 provocou, poucos dias depois, a retirada da pauta pelo Executivo. Passado este acontecimento, a tentativa de reconstrução do centro político, ainda dominado pelo PSD, não foi mais possível, pois o governo moveu-se a partir de então pelo caminho das reformas, especialmente a reforma agrária, amplamente rejeitada pelo maior partido do parlamento (FIGUEIREDO, 1993, pp. 131-141).

Cabe então indagar, que níveis de "autencidade" e "representatividade" existiam em relação ao Congresso Nacional?

Quanto à autenticidade, Wanderley Guilherme afirma que as regras eleitorais tiveram continuidade e, apesar da inevitabilidade da fraude, os resultados "não discrepavam dramaticamente do que o sistema pretendia representar" (Ibidem, p. 85). Além disso, apesar da barreira educacional imposta pela ausência dos analfabetos no exercício do voto, "a mobilização eleitoral foi consideravelmente superior à explosão populacional" (Ibidem, p. 66). Quanto à representatividade, o autor de *O cálculo do conflito* assinala que o regime estabelecido pela Constituição de 1946 era dotado de um conteúdo multipartidário e incluía um estatuto de proporcionalidade para compor a representação legislativa, patente na redação dada ao parágrafo único do artigo 40, que diz: "Na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara".

Regulamentado pela "Lei Agamenon" (28/05/1945), o pleito que definiu a transição do autoritarismo para a democracia, começou a tecer o quadro competitivo que iria controlar o Poder Legislativo durante os vinte anos do regime pluripartidário que sucedeu o Estado Novo. Esse quadro comportava apenas partidos nacionais, registrados em cinco ou mais estados da federação, entre os quais a UDN, o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) eram os que reuniam o maior número de representantes. Nas cinco legislaturas da Quarta República, esses partidos mantiveram juntos mais de 70% da Câmara Federal. Formaram, na apreciação da cientista política Lucília Neves Delgado: "uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder" que tinha na posição frente à "herança getulista" o principal "catalisador de conflitos" (DELGADO, 2003, p. 135).

Partido majoritário em termos de "recursos primários" — ou seja, quantidade de votos —, o PSD conquistou, conforme a interpretação de Lúcia Hippolito (1985), a posição de principal sustentáculo político do Poder Executivo em todo período democrático encontrado entre 1946 e 1964, ao transformar esses recursos em controle efetivo sobre a maior parte das comissões, e também, das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), formada pela eleição conjugada à escolha do presidente da República, em 2 de dezembro de 1945, devido à sua imediata projeção nacional, visto o PSD ter se constituído a partir de antigos interventores do Estado Novo, que lhe garantiram um incomparável universo eleitoral, além de ter indicado o presidente geral dos trabalhos, senador Fernando de Melo Viana, o partido não teve em suas mãos apenas uma das dez subcomissões redatoras, a da declaração de direitos, presidida pelo deputado Arthur Bernardes (PR-MG) (NOGUEIRA, 2005, 139-140).

Com grande influência no partido, do qual era o líder na Câmara dos Deputados, não seria estranho o sucesso da intervenção de Gustavo Capanema. Especialista na política educacional da ANC de 1946, Romualdo Portela de Oliveira (1996, p.169) afirma que o ex-ministro da Educação e Saúde de Vargas (1934-1945) foi "praticamente, o redator do capítulo de educação". Reforçando este ponto de vista, Octaciano Nogueira (Idem, pp.515-516)

apresenta os meandros da ação promovida por Capanema para alterar o encaminhamento da discussão decorrente da comissão de Educação e Cultura, presidida por Flávio Guimarães (PSD/PR), ao enviar um substitutivo abrangendo oito dos nove artigos do projeto da comissão constitucional. Após a iniciativa de Capanema, o deputado Costa Neto (PSD/SP) requereu que a matéria fosse votada item a item. Como resultado, o artigo 168 do substitutivo Capanema – "a União, os Estados e o Distrito Federal adotarão, na administração do ensino, o princípio da unidade de direção" – foi o único rejeitado. É interessante notar, no entanto, que a derrota sofrida por Capanema se deu em uma questão substantiva, relacionada à montagem efetiva do sistema nacional de ensino, o que iria causar suficiente polêmica nos anos posteriores, quando o assunto passou a fazer parte dos debates da LDB.

A regulamentação deste item teve que enfrentar, durante dez anos, o poder de veto representado pelo deputado Capanema. Em julho de 1949, na leitura de seu parecer à Comissão Mista de Leis Complementares, a tese da descentralização foi fulminada. Por outro lado, não encontramos no mesmo Capanema o poder político afirmativo para objetivar em lei a sua interpretação do artigo 171 da Constituição de 1946, que previa aos estados e ao Distrito Federal o direito de organizar seus sistemas de ensino, prevalecendo de sua parte a estratégia de derrotá-la pelo expediente legislativo do decurso de prazo.

Quanto aos sistemas de ensino, a LDB aprovada acabou instruída pela orientação doutrinária predominante no texto constitucional de 1946, sem maiores oposições, e contrariando o pensamento de Gustavo Capanema. A relação entre educação e democracia que se pretendeu estabelecer a partir dela, partiu da necessidade de adaptá-la a existência de um regime federativo, portanto pluralista quanto às diferenciações regionais. A partir do declínio do poder de veto de Capanema, a relação entre a iniciativa pública e privada na educação passou a ocupar o protagonismo nas definições centrais da nova lei, e ainda mais, de suas discussões públicas, depois da apresentação do substitutivo do deputado Carlos Lacerda (UDN/DF), em finais de 1958, que trouxe no seu bojo o ponto de vista considerado favorável às instituições católicas, que dominavam o segmento do ensino secundário, e aos empresários da educação, ainda existentes em menor número naquele momento.

Essas mudanças colocam-nos não apenas frente a interpolações de ordem política, mas também, de questões da ordem dos conceitos, ou seja, da forma como as palavras centralização/descentralização, público/privado, educação totalitária/educação democrática foram pensadas no quadro histórico-temporal em que os atores políticos travaram a batalha semântica pela legitimidade das mesmas.[7]

[7] Penso nessas questões na perspectiva da história dos conceitos, assim definida por Reinhardt Koselleck (2006, p. 103): "(...) a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular emprenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da histórica social, pois toda a semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão lingüística".

Morte e vida de uma legislação do ensino

A primeira LDB brasileira foi aprovada pela Câmara dos Deputados durante a legislatura 1959-1963. Para melhor situarmos essa história, cabe lembrar que, nesse momento, o predomínio absoluto do PSD na Câmara dos Deputados começava a ser substituído por uma maior divisão das instâncias de representação e afirmação do poder político. Seguindo as indicações de autores como Wanderley Guilherme dos Santos e Lúcia Hippolito, podemos observar esse movimento pelo número de comissões técnicas detidas por cada partido. Em 1958, das doze existentes, o PSD presidia sete. No ano seguinte, o primeiro da legislatura em foco, este número baixou para três. Estiveram entre as comissões perdidas, as de Educação e Cultura, Legislação Social, Redação, Relações Exteriores. Em claro contraponto à relativa decadência do PSD, a UDN, maior partido de oposição, passava, entre 1958 e 1959, de zero para duas comissões. Por outro lado, as duas mais importantes comissões técnicas da Câmara (Constituição e Justiça; Orçamento e fiscalização financeira) permaneceram nas mãos do PSD. Nos dois anos seguintes, que coincidiram com o maior andamento da LDB nos espaços institucionais do Poder Legislativo, essa divisão foi preservada, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro I
Presidência das comissões técnicas da Câmara dos Deputados, por partidos políticos (1958-1961)

Partidos/Anos	1958	1959	1960	1961
PSD	7	3	3	3
PTB	2	4	4	4
UDN	0	2	1	2
PSP	1	1	1	1
PL	0	1	1	1
PR	1	1	0	1

Fonte: HIPPOLITO (1985).

Esses dados nos auxiliam a compreender as possibilidades de tramitação da LDB em um território que começava a se ver livre da intervenção de seu maior algoz: o deputado Capanema. A hipótese aqui levantada é a de que a força de Gustavo Capanema coincidiu com a do PSD, partido que presidiu a comissão de Educação e Cultura nos seguintes períodos: 1947 – Altamirando Requião, 1948-1952 – Eurico Sales, 1954 – Eurico Sales, 1956-1958 – Menezes Pimentel. Pela relação citada, o PSD deixou de presidir a referida comissão em apenas dois dos onze anos considerados. Em 1959, a mesma passou para presidência de

Coelho de Souza, deputado eleito pelo Partido Libertador (PL), pequena agremiação partidária, com apenas três representantes eleitos nesta legislatura, cuja trajetória de alianças políticas pautava-se pela proximidade com a UDN.

A consulta aos *Diários do Congresso Nacional* revela a simpatia dos parlamentares udenistas pela aprovação da LDB. Em agosto de 1956, o pedido de urgência para o encaminhamento da votação em plenário do projeto relativo a esta pauta foi feito pelo deputado José Eduardo Prado Kelly, da UDN do Estado do Rio de Janeiro. Ao usar a palavra, o parlamentar afirmou que, próximo de completarem-se dez anos da Constituição que pôs fim ao Estado Novo, a discussão sobre a LDB encontrava-se emperrada devido às "parcialidades" de alguns membros do parlamento, ainda apegados à "competência da União para legislar sobre o ensino, esquecidos de que o estatuto de 1946 só estabeleceu que a União fixasse as bases e diretrizes dentro das quais se moveriam os sistemas educativos estaduais".[8] A resposta de Gustavo Capanema viria em seguida:

> Esse projeto é realmente velho na Casa como lembra o nosso ilustre companheiro sr. Prado Kelly. E por outro lado, infeliz a proposição que começou com tremenda infelicidade. Não se iniciou ela com intenções pedagógicas, como era tão natural que a Nação desejasse e esperasse. É infeliz o projeto porque nele não se contém apenas matéria de educação, mas uma atitude política.[9]

O aparte do deputado Capanema ressaltava os aspectos políticos da LDB. Na sua visão, a matéria servia apenas para fustigar a herança getulista, que assegurou à educação o *status* de questão privilegiada pelo Estado Nacional. A possibilidade de cada estado formular um sistema singular de ensino, que, na soma das vinte uma unidades da federação, iria formar o sistema nacional de educação, significava um retrocesso: a dispersão pedagógica facilitaria a imposição dos apetites das oligarquias locais. Foi esta a lógica que presidiu o esforço do ex-ministro da Educação em vetar o anteprojeto elaborado pela comissão de educadores em 1948, que teve como consequência a paralisação total da LDB até 1951, e a sua tramitação bastante irregular até 1957. Rememorando a história da passagem dessa lei pela Câmara dos Deputados, o deputado Coelho de Souza afirmou:

> No ano de 1953 iniciou-se, então, na Comissão, a grande ofensiva nos sentido de se alcançar a remessa do projeto de diretrizes e bases a este plenário. Os deputados apresentaram emendas aos vários capítulos e os relatores destes emitiram seu parecer. Ao mesmo tempo, porém, em que se intensificava na Comissão a ofensiva, reforçava-se no plenário e fora mesmo dele a contra ofensiva do nobre deputado Gustavo Capanema".[10]

---

[8] Aparte de Gustavo Capanema ao discurso do deputado José Eduardo Prado Kelly. In. Diário do Congresso Nacional (12/02/1957).
http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=12/7/1957
[acesso em 06/11/2009].

[9] Idem.

[10] Discurso do deputado Coelho de Souza na sessão de 04/06/1957.In. Diário do Congresso Nacional

O conceito de nação empregado por Gustavo Capanema pertencia à cultura política do Estado Novo e representava da ideia de unidade nacional assegurada pelo Estado, em voga nos anos de predomínio do "pensamento autoritário".[11] O contraponto a esse discurso pode ser encontrado numa conferência de Anísio Teixeira, proferida na Associação Brasileira de Educação (ABE), em 11 de agosto de 1952. Nela, o educador afirmava que os "excessos centralizadores e antifederalistas", pela sua capacidade de "enfraquecer o sentido dinâmico da unidade nacional, criando antes uma situação de submissão e apatia, de indiferença e letargia, do que de aceitação ativa, de participação, e de cooperação no progresso nacional", eram os únicos perigos contra a unidade nacional (TEIXEIRA, 2005, p. 75).

É possível estabelecer uma relação programática entre os pontos defendidos pelo grupo de educadores escolanovistas e a UDN? Os escolanovistas tinham a aprovação da LDB em seu "horizonte de expectativas", observando-a como possibilidade de regulamentar amplamente a ação da iniciativa privada e das três esferas de governo (União, estados e municípios), auxiliando assim na construção de uma política orgânica, imaginada como capaz de superar o movimento pendular descrito por Fernando de Azevedo, que desde a década de 1920 alternava políticas progressistas e reacionárias, sem o acúmulo de forças necessário para romper com o personalismo das reformas e instituir políticas públicas de educação. Uma intervenção do deputado Carlos Lacerda no plenário da Câmara dos Deputados, datada de 6 de junho de 1957, definia desta forma as aspirações udenistas em relação ao assunto:

> Nós consideramos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não deve, de modo algum confundir-se com uma reforma do ensino. Achamos que esta lei visa, em primeiro lugar, o arcabouço, a estrutura do sistema educacional brasileiro; em segundo lugar; a definição de uma filosofia educacional no Brasil. E, em matéria de filosofia educacional, pugnamos pelo planejamento centralizado, e pela descentralização na execução. É por isso que apoiamos a ideia de que se faça do Conselho Nacional de Educação, o órgão colegiado de orientação suprema da política educacional brasileira (...)".[12]

Na sequência dos debates, o deputado Alfredo Palermo, do Partido Democrata Cristão (PDC), resumiu o momento pelo qual passava a discussão da LDB:

(06/06/1957)
http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=6/6/1957
[acesso em 26/11/2009].

[11] Carlos Roberto Jamil Cury discutiu essa questão em sua tese de doutorado, defendendo a hipótese da tutela estatal na educação nas décadas de 1930 e 1940, ou seja, do Estado mediador (ou moderador) das propostas emergentes no campo político-pedagógico.

[12] Aparte do deputado Carlos Lacerda ao discurso proferido pelo deputado Coelho de Souza em 4 de junho de 1957. In. Diário do Congresso Nacional, 6/6/1957, p. 3.619.
http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=6/6/1957
[acesso em 06/11/2009].

> O nobre líder da UDN, sr. Carlos Lacerda antecipou o ponto de vista da sua bancada a respeito de um dos pontos que me parecem fundamentais.
>
> É o seguinte. Este projeto deverá ser uma lei que traduza os princípios filosóficos de nossa educação ou deverá ser um código nacional de ensino? S. Excia. optou pela primeira, isto é, que a lei de diretrizes e bases deverá ser apenas uma espécie de Constituição, uma lei de princípios gerais.[13]

A vontade de revisar o legado educacional da Era Vargas, que segundo a pesquisa coordenada por Simon Schwartzman (1984, p. 264) "havia exaurido seu conteúdo ético e mobilizador" e entregue para o momento posterior uma "parafernália de leis, instituições e rotinas" cada vez mais sem sentido no ambiente democrático, encontrava condições mais adequadas no ano de 1959, não apenas pela saída do PSD da presidência da comissão de Educação e Cultura da Câmara, mas também pela saída do próprio Gustavo Capanema da liderança do partido. Reeleito deputado federal em outubro de 1958, no ano seguinte, Capanema foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) pelo presidente Kubitscheck (BRANDI, 2001, p.1062).

Esses deslocamentos no jogo político reanimaram a discussão da LDB no Congresso Nacional, que desde 1957 discutia projeto 2.222 e, logo depois, passou a discutir os substitutivos do ministro Clóvis Salgado e do deputado Carlos Lacerda, levando-a da morte anunciada de 1949 à vida, dez anos depois.

Os substitutivos de Clóvis Salgado e de Carlos Lacerda

Em conferência proferida na Universidade do Paraná, em 19 de dezembro de 1957, o professor Almeida Júnior, membro atuante do grupo de educadores escolanovistas e relator-geral da comissão Mariani, referia-se positivamente ao substitutivo do ministro Clóvis Salgado ao anteprojeto da LDB.[14] O documento visava acelerar o processo de tramitação da lei na Câmara dos Deputados, após o projeto 2.222/1957, oriundo da Comissão de Educação e Cultura, ter caído no desinteresse dos partidos e dos parlamentares.[15] Entendendo a ação

[13] Aparte do deputado Alfredo Palermo ao discurso proferido pelo deputado Coelho de Souza em 4 de junho de 1957. In. Diário do Congresso Nacional, 6/6/1957, p. 3.619.
http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=6/6/1957
[acesso em 06/11/2009].

[14] O próprio Almeida Júnior e mais três outros integrantes da comissão Mariani; Pedro Calmon, Lourenço Filho e Faria Góes, além de Anísio Teixeira, fizeram parte da comissão orientada pelo Ministério da Educação a rever o anteprojeto da LDB de 1948.

[15] "A 29 de maio de 1957 iniciou-se na Câmara dos Deputados a primeira discussão do projeto de diretrizes e bases da educação nacional, identificado pelo número 2.222. Os trabalhos foram tranquilos e os participantes poucos. Seriam necessários outros acontecimentos e o agravamento da crise que já se vinha anunciando para que os parlamentares, principalmente alguns dos mais atuantes nos debates

do ministro como parte de uma necessária atualização do texto original de 1948, o apoio de Almeida Júnior deveu-se ao que o educador considerou a manutenção das "normas que lhe caracterizam a modernidade, tais como: variedade dos cursos, flexibilidade dos currículos, descentralização administrativa, equivalência entre cursos de grau médio para o fim de ingresso nas escolas superiores, autonomia universitária, e muitas outras".[16] Esse conjunto de características, considerado imprescindível à modernidade educacional, não poderia ser negociado em qualquer circunstância, sob pena de um retrocesso das políticas públicas de educação.

Nesse momento, ao referir-se aos pontos inegociáveis do projeto da Lei de Diretrizes e Bases, Almeida Júnior remete-nos à cultura política do grupo de educadores a que pertencia, ou seja, daqueles que associavam um projeto de ciência da educação à intervenção planejada e racionalizada no âmbito das esferas executivas do Estado. Na década de 1950, esse tipo de atuação teve espaço em diferentes organismos patrocinados pelo governo federal. Vivia-se a era do planejamento e, desde o segundo governo Vargas, os intelectuais ganhavam espaço nas recém-criadas assessorias especializadas.[17] A atuação destes intelectuais, técnicos e especialistas, no entanto, não se limitava apenas ao cumprimento de suas tarefas específicas, cabendo-lhes uma aspiração mais ampla de atuação no espaço público.[18] Os intelectuais da educação já haviam revelado anteriormente tal aspiração ao assinarem o Manifesto de 1932, mais conhecido como *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento no qual se posicionavam pela ascensão, a partir da

---

da Câmara, viessem a interessar-se mais de perto pelos rumos do ensino no Brasil. Nessa ocasião, contudo, a situação educacional ainda devia parecer-lhes suficientemente calma para exigir-lhes o desvio da atenção dos assuntos do dia, quase todos relativos ao problema político desencadeado pelos movimentos de novembro de 1955 e pelas circunstâncias que envolveram a posse do novo presidente da República". (VILLALOBOS, 1969, p. 75).

[16] ALMEIDA JÚNIOR, Antônio. A propósito da atualização do projeto de diretrizes e bases da educação nacional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. XXIX, nº 70, abril-junho de 1958, p.4.

[17] Bastante atuantes na assessoria econômica, intelectuais especialistas, arregimentados de fora das "profissões imperiais" (direito, medicina e engenharia), para usar a feliz expressão de Edmundo Campos Coelho, ganharam espaço também no planejamento e pesquisa educacionais. A entrada de Anísio Teixeira na presidência do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a iniciativa de criar o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) permitiram que fosse estabelecida uma rede de pesquisadores e técnicos, em grande parte trazidos da universidade, muitas vezes convertidos em colaboradores e gestores públicos.

[18] Para tratar do engajamento que caracterizou a década de 1950, afastando os intelectuais do convívio restrito a seu próprio círculo, e com as normas de neutralidade científica, Glaucia Villas Boas adjetivou essa geração de "geração de mannheimianos" (2006, pp. 83-94). O interessante nesta generalização, a meu ver, não está no seu alcance, digamos, quantitativo, pois muitos destes intelectuais não se propuseram a uma leitura da sociologia de Mannheim, nem a uma leitura dos seus campos de atuação a partir desta sociologia. Compartilharam, entretanto, uma de suas principais proposições: a compatibilidade entre liberdade e planejamento. Proposição esta, aliás, que coincide com as ações de reorganização econômica e social do Ocidente pós-Segunda Guerra Mundial.

política educacional, de uma sociedade liberal-democrática. Em linhas gerais, o sentido de modernidade educacional defendido por Almeida Júnior em 1957 ainda se situava nos marcos deste manifesto.

O plano de metas de Juscelino Kubitschek, empenhado em acelerar o desenvolvimento econômico nacional, pouco havia deixado para a educação, restando a este setor apenas 3,4% dos investimentos previstos e uma única meta, relativa ao ensino técnico. O empenho do Ministério da Educação com relação à LDB, de certa forma, vinha compensar o descaso do Poder Executivo em integrar a educação à política desenvolvimentista.

O substitutivo de Clóvis Salgado foi apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados na reunião realizada em 6 de novembro de 1957. Na exposição de motivos que acompanhou os esforços de revisão do anteprojeto da LDB, o ministro da Educação destacou, entre outros pontos, a necessidade de revisão dos títulos II (Dos fins da educação), III e IV (Da administração da educação) e VIII (Da educação de grau médio). Com relação ao Título II, o substitutivo de 1957, de acordo com a exposição do ministro, procurava "acentuar os objetivos humanos da educação, e o direito primordial da família de promovê-la e acompanhá-la de perto".[19] Quanto aos Títulos III e IV, afirmou o ministro que "aceitando a competência dos estados e do Distrito Federal para organizar os seus sistemas de ensino, a União poderá limitá-la com os freios da Lei de Diretrizes e Bases".[20] Quanto ao Título VIII, disse ainda Clóvis Salgado, que a revisão do projeto da LDB propunha-se "diversificar os cursos de grau médio, pois há muito deixou de ser uma simples passagem para o desempenho de numerosas funções mais ou menos especializadas, que a moderna economia industrial vai diversificando".[21]

Pelo que fora apresentado aos deputados na 25ª reunião ordinária da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal do ano de 1957, naquele momento, a intenção do Executivo era a de amenizar alguns pontos geradores de entraves ao andamento da LDB, preservando os fundamentos conceituais definidos em 1948. Buscava-se atender, em parte, os anseios da Igreja Católica, ao tratar da importância da família no processo educativo, e os anseios do deputado Gustavo Capanema, ao tratar dos freios e dos limites disponíveis à União quanto à administração do ensino. Por outro lado, ao encaminhar-se desta maneira, o substitutivo desagradava a Associação Brasileira de Educação (ABE) e os defensores de uma maior descentralização administrativa (VILLALOBOS, Op. Cit. p. 82).

Rememorando o próprio esforço em fazer avançar a lei, disse Clóvis Salgado numa entrevista publicada em 2007:

---

[19] Ata da 25ª reunião ordinária da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. In. Diário do Congresso Nacional, 9/11/1957, p. 9.412.
http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp
[acesso em 18/01/2010].
[20] Idem, p. 9412.
[21] Ibidem, p. 9412.

> "O substitutivo foi bem aceito e ia ser aprovado em 1958. Ele chegou em segunda discussão ao plenário para ser aprovado. Mas nesse momento, Carlos Lacerda se levantou contra o projeto, alegando razões de ordem geral na parte doutrinária da lei e sobretudo na questão do ensino particular e do ensino público. A lei tinha tendências de maior inclinação para o serviço público, enquanto Carlos Lacerda defendia uma orientação que era da Igreja, de que o ensino devia ser particular. Quer dizer, democraticamente, a educação só se poderia realizar através dos particulares e não através do poder público, que teria uma tendência a colocar a administração a seus serviços etc. O que se pretendia era o sistema da Holanda, em que o governo dá dinheiro para as escolas particulares realizarem o ensino, inclusive gratuito, para toda a população" (MONTEIRO, 2007, p. 148).

Lei de princípios gerais, espécie de Constituição educacional, a LDB era aguardada por aqueles que militavam na política educacional, acreditando sobretudo que, com ela, a educação ganharia um sentido público e coordenado pelo Estado. Exatamente este sentido foi hostilizado pelos que se posicionavam a favor da liberdade de ensino e contra as investidas do Estado planejador no campo educacional. A polarização entre educação pública-estatal e liberdade de ensino seria então traduzida pelo enfrentamento entre concepções totalitárias e liberais.

Em 1958, Tristão de Ataíde e Gustavo Corção assinaram artigos na imprensa diária, seguindo o pensamento da hierarquia católica anunciado na encíclica *Divini Illius Magistri*, apresentada pelo Papa Pio XI ainda antes da Segunda Guerra Mundial, e combateram a padronização do ensino e o esvaziamento de sua orientação espiritual, provocados pelo avanço das teses favoráveis à escola única e laica (VILLALOBOS, Op. Cit. pp. 84-87 e SENRA, pp. 100-101). O liberalismo reivindicado pela intelectualidade católica nada tinha a ver com o pensamento político liberal dos séculos XVIII e XIX, considerado o antípoda a ser combatido, ao representar o processo de secularização, em curso desde o iluminismo e a revolução industrial. Ao tratar do liberalismo em suas intervenções, a intelectualidade católica fazia uso da palavra como contraponto entre a liberdade das famílias regerem a educação da prole e a interferência estatal, sempre negativa, no sentido de impor uma escolarização sem o menor sentido religioso.

Em meio a este clima de opinião, o substitutivo de Carlos Lacerda, encaminhado à Comissão de Educação e Cultura pelo deputado Perilo Teixeira (UDN/CE), em 26 de novembro de 1958, representou uma virada considerável em relação ao que parecia estar se configurando até então. Para entendê-lo, antes de mais nada, é preciso considerar a posição do seu autor no sistema partidário, ou seja, na oposição ao governo Juscelino Kubitscheck. Como vimos anteriormente, na condição de líder da UDN, em diversas intervenções no plenário da Câmara dos Deputados, Lacerda havia se posicionado a favor do andamento da pauta da LDB. Fustigava assim a estratégia de paralisia e vitória por decurso de prazo do deputado Gustavo Capanema, que a todo tempo manteve-se contrário à sua aprovação. No reordenamento político vivenciado a partir do substitutivo de Clóvis Salgado, Lacerda não se colocou apenas a favor do andamento da discussão da LDB como passou a representar os

segmentos sociais favoráveis à tese da liberdade de ensino e contrários ao acúmulo de funções da burocracia estatal.

No substitutivo Lacerda, o artigo 6º do Título III ("A liberdade de ensino") procurou fixar em lei os dispositivos capazes de assegurar os direitos da família e dos particulares em receber e ofertar os préstimos educativos:

> "É vedado ao Estado exercer ou de qualquer modo favorecer o monopólio do ensino, assegurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta a educação dos filhos e o dos particulares comunicarem aos outros os seus conhecimentos".[22]

A ênfase no impedimento ao monopólio estatal do ensino era justificada pelo deputado udenista a partir da necessidade de promover a "educação democrática". O desenvolvimento desta dependia da retirada de cena da "educação totalitária" advinda do autoritarismo varguista e ainda remanescente no país. Em seu discurso de 3 novembro de 1958, Lacerda definiu assim a concepção totalitária de ensino a ser combatida:

> "(...) a escola no Brasil, desde a ditadura, procurou dividir os brasileiros entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais. E ainda mais: procurou dividir brasileiros entre os que têm a vocação da técnica e os que têm a vocação da cultura.
>
> Essa é uma concepção tipicamente aristocrática, para não dizer autocrática, para não dizer oligárquica, para não dizer reacionária, para não dizer afinal totalitária da cultura e da escola".[23]

Paradoxalmente, a crítica de Carlos Lacerda à "educação totalitária" do Estado Novo coincidia com a dos renovadores da educação, igualmente contrários ao dualismo encontrado na divisão entre a preparação para o trabalho manual (ou técnico) e a preparação para o trabalho intelectual, reforçada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. O enfrentamento proposto por Lacerda aos resquícios dos "tempos de Capanema",[24]

---

[22] Substitutivo ao projeto Nº 2.222/A 1957. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação. In. Diário do Congresso Nacional, 29/11/1958, p. 7622.
http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=29/11/1958
[acesso em 18/01/2010].

[23] Discurso do deputado Carlos Lacerda na sessão de 03 de novembro de 1958. In. Diário do Congresso Nacional, 04/11/1958, p. 6457. http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp [acesso em 18/01/2010].

[24] No livro A universidade crítica, Luiz Antônio Cunha afirma: "A política educacional do Estado Novo, cujo impulso genético ultrapassou a própria derrubada do regime, definia uma estruturação dual para o ensino médio" (CUNHA, 1983, p.77). As dificuldades encontradas pelos concluintes dos cursos profissionalizantes para chegar até a universidade foram, em parte, amenizadas pelas "leis de equivalência" da década de 1950. Para o sociólogo: "Essa série de medidas parciais, visando todas facilitar, direta ou indiretamente, a candidatura ao ensino superior, foi completada pela lei de diretrizes e bases da educação nacional, promulgada em 1961, esta a verdadeira "lei de equivalência" dos cursos de grau médio, para efeito de promoção escolar". (Idem, p.82)

porém, iria trilhar um caminho oposto àquele dos educadores liberais, responsáveis pelo substitutivo do ministério da Educação de 1957. A fim de possibilitar o rompimento com o dualismo totalitário, Lacerda priorizou a ação da iniciativa privada e a inclusão de alunos carentes de recursos financeiros na sua rede escolar, através do financiamento de bolsas de estudo por intermédio do Estado, que passaria a ter função supletiva quanto à educação.[25]

Em resumo, o pensamento educacional veiculado pelo substituto de Carlos Lacerda e Perilo Teixeira entendia que a responsabilidade pela educação em uma sociedade democrática não caberia ao Estado, e sim aos particulares, sendo a escola uma instância complementar à educação dada pelas famílias. A universalização do ensino e, consequentemente, o rompimento com o dualismo totalitário, deveria ocorrer pelo apoio às famílias pobres, que poderiam optar pela escola de seus filhos em um mercado aberto à iniciativa privada.

Por defender a liberdade de ensino, Lacerda julgava oferecer diretrizes e bases à educação nacional mais coerentes do que as encontradas no substitutivo de Clóvis Salgado. A falta de orientação doutrinária deste documento, segundo o deputado udenista, levava imediatamente à continuidade das práticas de centralização administrativa, com as quais:

> "A escola no Brasil tornou-se um artifício, tornou-se uma superfetação, tornou-se uma espécie de preparação para a anulação das qualidades e das vocações, das tendências e das potencialidades da inteligência do povo brasileiro, principalmente porque é organizada, é dirigida, é teleguiada, se assim posso me exprimir, por uma burocracia federal que fixa os programas desde o território do Rio Branco até às margens do Chuí, de tal modo que a imensa diversidade brasileira ainda não foi levada na devida conta pelo aparelho burocrático desse inútil e pernicioso Ministério da Educação e Cultura".[26]

Se o combate aos excessos burocráticos da máquina pública fazia de Carlos Lacerda um típico parlamentar da UDN, por outro lado, entre as particularidades de sua biografia política, não se pode esquecer dos vínculos mantidos com o eleitorado católico; representativo, à época, da opinião pública conservadora. Reeleito em outubro de 1958, Lacerda aspirava à presidência da República, apoiado pela classe média da cidade do Rio de Janeiro, que iria elegê-lo governador do Estado da Guanabara em 1960. E é com vistas a este eleitorado que o deputado patrocina os interesses do setor privado da educação, ainda majoritariamente de propriedade das congregações católicas. Portanto, além dos aspectos caracteristicamente econômicos que estiveram em jogo na formação de um lobby no

[25] É o que se verifica no artigo 10 letra c do substitutivo Carlos Lacerda/Perilo Teixeira, que trata do que deveria competir ao Estado em termos de educação: "fundar e manter em caráter supletivo escolas oficiais quando e onde o ensino particular não puder atender plenamente à população escolar". Substitutivo ao projeto Nº 2.222/A 1957. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação. Op. Cit. p. 7.622.

[26] Discurso do deputado Carlos Lacerda na sessão de 03 de novembro de 1958. Op. Cit. p. 6457.

Congresso Nacional, forçando a chamada orientação privatista da educação,[27] o substitutivo Lacerda remete às ligações entre confissão religiosa e intervenção política. Para melhor esclarecer este ponto, procede a seguinte citação:

> "O problema da alocação de fundos públicos para a escola particular, confessional, em mais de 90% não é financeiro: as crianças da escola particular, se fossem escolarizadas pela escola pública, custariam mais caro ao Estado, e por outro lado, o Estado subvenciona uma quantidade de organizações, religiosas ou não. A disputa é filosófica e política, pondo em questão a concepção da verdade, do pluralismo da sociedade, dos deveres respectivos do Estado e dos pais.
>
> A posição da Igreja permanece imutável em sua essência. A única diferença considerável é que ela não ataca mais a escola pública, no passado qualificada por um bispo "de escola de impiedade e de crime"; ao contrário, marca sua solicitude em relação a seus numerosos professores cristãos" (COUTROT, 1996, p. 355).

Apresentado antes da revisão feita pela Igreja Católica em relação ao mundo moderno, ocorrida a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), nos seus aspectos filosóficos, o substituto de Carlos Lacerda voltava-se para proteção da família cristã, chefiada pelo homem da casa e alicerçada na propriedade privada. A instituição familiar era considerada a base permanente de uma sociedade ordeira, voltada para o trabalho e a justiça de todos. A continuidade desta "boa sociedade" dependia da educação de seus filhos; educação que não poderia se desvincular da evangelização.[28] Em pleno contexto de modernização econômica vivido pelo Brasil dos anos JK era preciso conciliar a tradição familiar católica com as aspirações de uma sociedade democrática. O documento defendido por Lacerda para orientar os rumos da educação nacional tentou evitar que a mudança social dissolvesse a posição das escolas confessionais católicas e, sobretudo, a presença da Igreja na formação para a cidadania. Enquanto na Primeira República viveu-se um movimento de recuperar o Brasil para a grande nação católica, no final dos anos 1950, queria-se evitar que a nação católica se perdesse frente às imposições do mundo moderno.

---

[27] A dissertação de Alexandre Lira, citada na bibliografia final, é um exemplo deste tipo de abordagem.

[28] O governo provisório da revolução de 1930, pelas mãos do ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos teceu um acordo político com a Igreja Católica, pelo qual permitiu a introdução do ensino religioso nas escolas públicas de ensino primário, secundário e normal. Os especialistas concordam em dizer que houve a partir de então uma concordata entre Estado e Igreja, renovada durante da gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945). A ênfase humanística e a determinação em formar uma elite dirigente, orientada pela cultura cristã-clássica, que permeou o sentido da reorganização do Ensino Secundário pelo Estado Novo, também podem ser percebidas como parte deste ambiente de aproximação entre o Estado autoritário e a hierarquia católica, rompendo-se com o agnosticismo da Primeira República. Levar o ensino religioso ao âmbito da escola pública e evitar que a escola pública de orientação laica ofuscasse a rede de escolas confessionais católicas foram, complementarmente, as duas grandes batalhas políticas dos educadores católicos no século XX.

Anísio intervém:

O sentido atemporal da "boa sociedade" católica e a defesa da educação voltada para a sua continuidade tiveram o questionamento de Anísio Teixeira durante o final da tramitação da LDB na Câmara dos Deputados. O diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) considerou o substitutivo de Carlos Lacerda um "anacronismo educacional".[29] A palavra anacronismo era empregada pelo educador naquele momento para ressaltar a permanência, completamente desvinculada das necessidades do presente, de ações que visavam apropriar as instituições públicas para uso privado. Essa prática vinha dos tempos coloniais e era bem caracterizada pelas capitanias hereditárias. Comparando a colonização portuguesa à colonização inglesa da América do Norte, Anísio Teixeira afirmou que "com os ingleses, o privado tendia a se fazer público; com os portugueses, o público tendia a se fazer privado".[30] Desta feita, criavam-se empecilhos à formação de uma consciência favorável à expansão da escola pública, restando à República "um sistema dual de educação: a escola primária e profissional para o povo e a escola secundária e superior para a elite".[31]

Com o retorno à democracia após o término do Estado Novo, esperava Anísio Teixeira que o dualismo educacional brasileiro fosse superado, por via de uma maior presença do Estado. Criado um sistema nacional de educação, instituição primordial à formação de uma sociedade democrática, não seria possível "a subordinação hierárquica que o controle das escolas pelas famílias exigiria".[32] Vê-se nestas palavras o desacordo em que se encontravam as concepções político-pedagógicas de Carlos Lacerda e Anísio Teixeira. Embora ambos tratassem da afirmação da educação democrática, o conceito de democracia de cada um deles era extraído de culturas políticas muito diferentes. A importância dada às famílias na articulação das sociedades democráticas indica diferentes posicionamentos e serve para resumi-los.

Lacerda definia as sociedades democráticas como sociedades livres, em que a liberdade deveria permitir às famílias conduzirem seus destinos de acordo com a orientação espiritual cristã. Teixeira definia as sociedades democráticas como sociedades igualitárias, em que a igualdade deveria permitir o rompimento com as hierarquias presentes entre as famílias da "boa sociedade" e as provenientes das classes populares. Colocada no centro das preocupações, a escola era vista como extensão da educação dada em casa, ou então, como mecanismo equalizador das educações proporcionadas em diferentes lares. Levadas ao confronto público durante a tramitação da LDB, a partir da discussão dos substitutivos de Clóvis Salgado e de Carlos Lacerda, essas concepções nortearam até 1961 o debate entre os defensores da liberdade de ensino e os defensores da liberdade disciplinada pelo Estado,

[29] TEIXEIRA, Anísio. A nova lei de diretrizes e bases: um anacronismo educacional? Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. XXXIII, nº 76, outubro-dezembro de 1959.
[30] Idem, p. 27.
[31] Ibidem, p. 27.
[32] Ibidem, p 32.

abrindo aos pesquisadores um campo de estudos que se poderia chamar de história política da educação.

Fontes

Diário do Congresso Nacional. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/dc. [acesso em 17/01/2010].

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. [acesso em 25/10/2009].

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Bibliografia:

BOMENY, Helena. Educação e desenvolvimento: o debate dos anos 50. In. O Brasil de JK. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950 [acesso em 13/01/2010].

BRANDI, Paulo. Gustavo Capanema. In. ABREU, Alzira et alli. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CALMON, Pedro. *Curso de direito constitucional brasileiro. Constituição de 1946*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1951.

COUTROT, Aline. Religião e política. In. REMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica. O ensino superior na República populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e renovadores*, 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1984.

DELGADO, Lucília Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e

conflitos na democracia. In. _____ e FERREIRA, Jorge (Orgs.) *O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD na experiência democrática de 1946 a 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOSELLECK, Reinhardt. "História dos conceitos e história social". In. _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2006.

LESSA, Renato. Aventuras do Barão de Munchausen: notas sobre a tradição presidencialista brasileira. In: LANZARO, Jorge (Org.). *Tipos de Presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, v. 1, pp. 137-162.

LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *Os descaminhos da democracia: a lei Nº 4024/1961 (poder político, classes sociais e educação no Brasil)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado em História), 2000.

MONTEIRO, Norma de Góis (Org.) *O Brasil de Clóvis Salgado*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007.

NOGUEIRA, Octaciano. *A constituinte de 1946. Getúlio, o sujeito oculto*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo. A educação na Assembléia Constituinte de 1946. In. FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*, 2ª edição. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito. Estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais/IUPERJ, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SENRA, Álvaro de Oliveira. *Matizes do privado*. *A AEC e a defesa da educação escolar católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), 2007.

TEIXEIRA, Anísio. A educação e a unidade nacional. In. _____. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005 (Coleção Anísio Teixeira, volume 5).

VILLALOBOS, José Eduardo Rodrigues. *Diretrizes e bases da educação: ensino e liberdade*. São Paulo: Ed. USP/Pioneira, 1969.

VILLAS BOAS, Glaucia. *Mudança provocada*. *Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Espaços de sociabilidade e ações anti-racismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940)

Maria Cláudia Cardoso Ferreira[1]

Resumo:
O presente artigo visa apresentar e discutir aspectos da vida associativa e da sociabilidade dos negros na cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século passado (1910-1940). No entendimento de que o espaço social é produtor de sentido, foram objeto da análise as ações empreendidas e protagonizadas por uma elite negra citadina e "burguesa", que reivindicava espaços de direito na cidade e, ao mesmo tempo, preocupava-se em desconstruir e se afastar das representações negativas relativas à população negra. Através das memórias dos velhos ativistas e de fragmentos da imprensa negra paulistana foi possível constatar que os grupos negros organizados puderam enfrentar o racismo que os segregava, tendo como ápice a década de 1930, quando uma conjunção de fatores favoreceu a atuação daquelas lideranças.

Palavras-chave: associativismo, negros, racismo, segregação espacial, sociabilidade

Abstract:
This presentation aims to analyze the memorial Le présent article vise présenter mais aussi discuter certains aspects de la vie des associations des noirs marginalisés de la ville de São Paulo durant la période allant de 1910 à 1940. De ces espaces, une elite urbaine noire faisait des revendications visant l´obtention de plus de droits mais aussi la dé-contruction des représentations négatives. Notre analyse s´appuiera sur les mémoires des anciens activistes et les coupures des journaux de la presse noire de Sao Paulo. Grace à ces deux sources, Il est possible d´apprehender comment ces groupes noirs ont pu faire face au racisme ségrégationniste mais aussi comment grace à un ensemble de faits dans les années 30 les dirigeants ont réussi à jouer d´importats roles.

[1] Doutoranda do PPGHPBC/CPDOC/FGV.
Contato: mariacardoso2@yahoo.com.br.

O associativismo negro em São Paulo

Entre o final do século XIX e o início da década de 1940 ocorreram na cidade de São Paulo formas variadas de associativismo negro, tais como clubes dançantes, literários, grupos dramáticos, associações mantenedoras e beneficentes, pequenos jornais ligados às associações ou editados por grupos independentes, além das entidades político-sociais surgidas a partir da década de 1930, do qual a Frente Negra Brasileira figura como o caso mais bem sucedido (DOMINGUES, 2005).

A ocorrência do associativismo dos negros, em São Paulo, tem sido tema de pesquisas de fôlego e a maioria dos trabalhos busca entender, explicar, enfim traçar as trajetórias das organizações negras e de seus respectivos líderes no período supracitado.[2] Tais abordagens nos dão um perfil político e cultural das entidades e seus dirigentes, contudo, desconheço estudos preocupados em analisar os lugares ocupados ou destinados às entidades e a relação de seus associados e líderes com o espaço urbano da cidade. Portanto, o presente artigo visa contribuir com uma nova abordagem ao apresentar e discutir aspectos da vida associativa e da sociabilidade dos grupos negros, liderados em sua maioria por homens letrados, no espaço urbano de São Paulo, nas primeiras décadas do século passado (1910-1940), frente ao cotidiano de discriminação e preconceito raciais vividos no contexto histórico da modernidade.

A experiência da modernidade

A atuação das entidades e suas lideranças ocorreram no contexto histórico da modernidade, em que uma nova maneira de agir e se posicionar socialmente, na qual urbanização, valorização das relações individuais e do espaço da metrópole se projetaram em detrimento do modo de vida anterior entendido, a partir de então, como antigo, tradicional e conservador.

Para esta análise a noção de "modernidade negra" nos parece uma delimitação mais adequada, pois significou, conforme Guimarães (2003:43), a incorporação tardia dos negros ao Ocidente que, no caso brasileiro, ocorreu basicamente pela atuação dos próprios negros decididos em construir representações positivas para si e para a sociedade brasileira em geral.

---

[2] Cf. FERNANDES, Florestan. 1978, vol. 1. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Ática; FERREIRA, Maria Cláudia. 2005. Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos(1928-1937) Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Riode Janeiro: UERJ; GOMES, Flávio. 2005. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed; MOURA, Clóvis. 2004. Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente. In: K. MUNANGA (org.) "O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição" v.1, Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares e CNPq.

Movimentos como, por exemplo, a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e o Teatro Experimental do Negro (criado em 1944) foram, de acordo com o autor, manifestações da chamada "modernidade negra". Nestes e em outros movimentos do período é possível identificar a apropriação dos símbolos e valores da vida urbana num processo civilizacional gradativo, ao qual Spitzer, (2001:21) chamou de assimilação. Fenômeno que colocou estratos da população negra em evidência, mas que foi responsável pelo "branqueamento social" e/ou "genético" dos negros, constituindo-se em uma estratégia de mobilidade social ascendente, na qual estes indivíduos afastaram-se dos símbolos étnicos e religiosos, dos padrões de comportamento e estruturas psicológicas dos grupos de origem e incorporaram os valores eurocêntricos da sociedade dominante.

Guimarães (2003) destaca que a experiência da modernidade será vivida em outras formações sociais no decorrer do século XX. Segundo o autor, no caso específico da América Latina, o projeto de modernidade pensado e posto em prática pelas elites intelectuais não deixou de incorporar os grupos étnicos subalternos (negros e indígenas), porém se deu sob a classificação de popular e numa estrutura hierárquica liderada pelo branco nacional detentor do padrão cultural de civilização. No nosso caso, a produção intelectual de Gilberto Freyre representa bem este projeto de modernidade genuinamente brasileiro ao difundir a ideia de mestiçagem e superar, pelo menos no plano discursivo, a visão pessimista e racista da diversidade étnica e racial difundida no século XIX. Guimarães (2003:51) acredita que será essa concepção que fará com que a “modernidade negra” seja em grande parte do território nacional confundida e subsumida à modernidade nacional.

Em resumo, a experiência histórica da “modernidade negra” buscava a integração do negro na sociedade brasileira. Contudo, ela teve características muito particulares no contexto paulistano.

A “modernidade negra” em São Paulo

No final da década de 1920, a Grande Depressão impactou negativamente a venda do café no Brasil e gerou um aumento da exclusão social. É possível acreditar que a população negra foi a mais atingida, pois já respondia pelos mais baixos indicadores sociais, potencializados na competição com o trabalhador estrangeiro e por uma política racista de alijamento no mercado de trabalho formal assumida pelos empregadores e pelo próprio governo de São Paulo (ANDREWS, 1998). Durante as três primeiras décadas do século XX, a utilização dos “braços” nacionais se deu de forma acessória e residual. Estes trabalhadores permaneceram em “boa medida, à margem das tarefas fabris, numa situação que desabou devido o preconceito de cor, particularmente sobre o negro e o mulato” (KOVARICK, 1997: 117).

Esta conjuntura social permaneceu na década seguinte, pois o desemprego era muito maior entre os homens negros (BERNARDO, 1998: 119). Os benefícios sociais implantados pela política de Vargas pós 1930 estavam atrelados à sindicalização dos

trabalhadores, ou seja, era necessário um contrato formal de trabalho. Neste sentido, a euforia foi passageira, pois muitos trabalhadores nacionais, em especial os negros, não estavam empregados com carteira assinada. Com atividades insalubres e dispendiosas, a rotina de trabalho de muitos não diferia muito da vivida antes da Abolição, como se pode constatar no fragmento do jornal Progresso:

> Honório Gonçalves Silva, por exemplo, com oitenta anos de idade ainda empurra sua carrocinha verde e apanha lixo o dia inteiro nas ruas da cidade. Lino Cândido, com 90 anos, ainda é um dos trabalhadores mais pontuais ao serviço. Mais matusalém deles todos chama-se José Pedro da Silva, nascera no Rio de Janeiro, chegando a São Paulo com vinte e três anos de idade. Tomou parte na campanha do Paraguai. Dedicou toda a sua vida à lavoura. Foi escravo, da família do cadete Santos, em Rio Claro, tendo sido liberto com a lei de 13 de maio. Há dez anos que trabalha na limpeza pública. Não lhe foi possível arranjar outro emprego.[3]

Décadas depois, os depoimentos dos velhos militantes reforçaram o que havia sido publicado: "as mulheres eram empregadas domésticas, não tinham instrução. (...) E o homem ou trabalhava na rua como carregador, como carroceiro, ou sempre nos trabalhos servis" (QUILOMBHOJE,1998: 95). Certas atividades estavam intimamente vinculadas à nacionalidade e à origem étnica e racial do sujeito. Assim, dentre as atividades realizadas pelos nacionais havia uma distinção: certas ocupações eram tidas como "serviços de negros". Caso dos biscateiros diversos como lavadores de casas, quitandeiras e dos coletores de lixo, carregadores, varredores públicos, limpadores de trilhos ou qualquer outro serviço visto como perigoso ou desqualificado (SANTOS, 1998: 157).

Quanto à disposição espacial e condições de moradia, a população negra das primeiras décadas do século passado habitava, em sua maioria, a zona rural. Em 1910, a população de pretos e mulatos da cidade foi estimada em 26.380 pessoas, 11% da população geral. Em 1920, constituía 52.112 pessoas, o que se revertia em 9% do montante de habitantes (Cf. DOMINGUES, 2004: 263). E em 1931, os que moravam na capital compunham apenas 11% do contingente populacional composto de 922.017 pessoas, ou seja, os negros paulistanos não chegavam a 100.000 (Cf. QUILOMBHOJE, 1998:11). Os negros chegaram antes da abolição ou nos anos subsequentes à emancipação. Não se concentraram em bairros específicos, ainda que possamos identificar algumas localidades com presença substantiva de população negra. Rolnik, (1989: 30-35) cita o Jabaquara (Quilombo do Jabaquara), Bexiga conhecido por muitos negros ainda pelo nome de Saracura, devido a um quilombo que lá existira com o mesmo nome, Barra Funda, Lavapés e Bom Retiro como “territórios negros”. Locais que segundo a autora não eram exclusivamente habitados por negros, pois desde a escravidão misturava os pobres da cidade, mas que concomitantemente lá existiram comunidades afro-brasileiras fortemente estruturadas e circunscritas a territórios particulares. Portanto, os negros habitavam as mesmas localidades em que moravam muitos estrangeiros pobres. Já no Centro vivia uma maioria de famílias negras originárias da cidade,

[3] Progresso, 31.1.1930 citado em DOMINGUES, 2004:225

ou seja, se comparados às outras, uma ocupação mais antiga e estável, cujos prestadores de serviços estavam ligados à aristocracia paulistana ou então, grupos recém chegados do interior que vinha morar nos cortiços e porões controlados pelos portugueses.

Italianos e portugueses alugavam cortiços ou sublocavam os porões de suas residências. Os cortiços não tinham banheiros e quando os tinham era uma privada para todos. Já os porões, considerados piores que os cortiços, não tinham janelas, eram fétidos e mal ventilados. Os migrantes negros do interior do estado que acorreram para a capital nas primeiras décadas do século passado, especialmente entre 1900 e 1915, ocuparam estas moradias (FERREIRA, 2005 apud SILVA, 1990: 48).

Além dos fatores já citados quase todos eram analfabetos, o que os excluía da participação política, reforçando ainda mais o quadro de marginalização social, potencializado pela falta da educação formal.[4] Daí a preocupação recorrente com instrução e qualificação profissional dessa população na maioria dos escritos produzidos pelas lideranças intelectualizadas.

Contudo, acredita-se que, em São Paulo, ocorreu um racismo antinegro específico, contrariando o ideal do Brasil como o país do "paraíso racial". Portanto, outro fator mais significativo parece explicar a mobilização e formação de identidade racial com vistas ao associativismo entre os negros na primeira metade do século XX em São Paulo: a ocorrência de um racismo "segregacionista e costumeiro" que se potencializou naquele estado. Como documentou Domingues (2004: passim), em São Paulo o racismo teve conformação própria, daí surgiu o racismo à paulista, "segregacionista e costumeiro" diferente do racismo à brasileira conhecido por seu caráter oculto, implícito e não declarado. A prova desse tipo de racismo estaria nos frequentes casos de preconceitos étnicos e de cor que aumentaram após a chegada dos imigrantes; na permanência de desigualdades de oportunidades entre negros e brancos mesmo após a abolição; no recrudescimento do racismo europeu no entre guerras, fonte de argumentos e fortalecimento de sentimento étnico para as comunidades de origem europeia (GUIMARÃES, 2003:54).

O efeito dessa combinação foi o surgimento da mobilização de parte dos negros daquela cidade, primeiramente em torno dos clubes dançantes, grupos literários e dramáticos e dos pequenos jornais informativos. No decorrer das décadas tais ações se transformaram com o objetivo de reagir ao cotidiano racista da cidade que, segundo as pesquisas, os impedia de frequentar espaços de sociabilidade e atravancava o acesso aos empregos mais dignos, empurrando-os ainda mais à condição de sub-cidadãos (Cf. ANDREWS, 1998, DOMINGUES, 2004).

[4] A lei eleitoral de 1881, que não foi modificada com o advento da República, além de continuar impedindo a participação das mulheres, passou para 200 mil réis o limite de renda dos eleitores, tornou o voto facultativo e proibiu a participação dos analfabetos, que na época somavam cerca de 80% da população (CARVALHO, 2004:38-39)

Portanto, o sistema deixou brechas que possibilitaram uma sensível ascensão de alguns. Estas foram exceções, não regra. Acredita-se que o espaço social foi produtor de sentido às ações empreendidas por uma "elite negra" citadina e letrada que se organizou na cidade de São Paulo. Saliento que o entendimento do termo elite aqui não deve ser feito no seu sentido estrito, que se remete a grupos possuidores de algum tipo de prestígio e hegemonia numa dada estrutura social, e sim, como um grupo que no interior da própria comunidade se destacou por ter conseguido manipular alguns bens culturais, em detrimento da maioria (PINTO, 1998: 235). O fato de saber ler e escrever, frequentar eventos na cidade, usar roupas finas, ter um emprego fixo, etc., agregava prestígio e promovia distinção social. Essa elite negra buscava uma "identidade de grupo fundada em valores e símbolos, diferente dos negros pobres dos porões". (SILVA, 1990: 108). Ou melhor, procurava, a partir da assimilação dos padrões culturais burgueses e citadinos, logo modernos, serem identificados como tão capazes quanto os brancos de viver os valores e espaços criados pela modernidade. Experiência parecida Giacomini (2000)[5] encontrou ao analisar o Renascença Clube, na cidade do Rio de Janeiro:

> O Renascença dos tempos iniciais, o Renascença Flor-de-lis pode, pois, ser lido como o projeto de uma elite negra que busca afirmar-se e instaurar, no espaço social, que é o espaço da cidade, uma posição específica e legítima: negro, porém culto e refinado; negro, porém com família organizada; negro, porém sóbrio e relativamente afluente."

Mas para a experiência dos negros paulistanos, iniciada décadas antes do clube carioca, o depoimento de um militante é bastante esclarecedor: para ser visto como classe média ou elite negra "não precisava ser doutor. Bastava ser funcionário público ou ter aquele outro emprego de caráter fixo," ainda que fosse de baixo prestígio social como varredores de ruas, mensageiros, porteiros, escriturários etc. (ANDREWS, 1998:200). E andar bem trajado com roupas e acessórios geralmente comprados em lojas de usados, os Belchior (FERREIRA, 2005).

No seio dessa elite negra paulistana se formou o grupo dos intelectualizados, sujeitos que, além de frequentar os espaços dos clubes, passaram a organizar os jornais mais engajados, a partir de 1924, como por exemplo, Getulino, Clarim d'Alvorada e Progresso, que denunciavam o preconceito de cor além de propor e liderar ações legais para revertê-lo.

Estes intelectuais-militantes acreditaram que os novos ares que sopravam trariam mudanças e que estas, quem sabe, poderiam promover a inclusão de seu segmento racial até aquele momento compreendido pelo Estado, elites políticas e mesmo pela sociedade comum, como condenado ao desaparecimento físico via embranquecimento, graças à mestiçagem biológica e ocupação do território pelo imigrante estrangeiro. Daí, uma maior politização a partir da segunda metade dos anos 1920. Houve um encontro proveitoso entre as ideias ventiladas, ações organizadas pelos intelectuais negros e os novos movimentos

[5] Trabalho disponível em meio eletrônico. Não paginado.
http://152.92.152.60/web/olped/documentos/ppcor/0221.pdf

político-culturais surgidos na cidade. Alguns movimentos sociais emergentes nos anos 1930, como por exemplo, a Ação Integralista Brasileira, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira e a Frente Popular pela Liberdade, reconheciam os líderes negros e encontros com trocas de experiências, ideias e ações compartilhadas ocorreram (Cf. FERREIRA, 2005). Também intelectuais ligados ao modernismo publicaram nos jornais da imprensa negra e eram frequentes, especialmente os da ala conservadora, nas sessões doutrinárias da Frente Negra Brasileira, as domingueiras, proferindo palestras ou prestigiando alguma celebração relativa à comunidade negra como o 13 de maio, o 28 de setembro, dentre outras.

O papel da memória

Para Halbwachs, (2006: 170) "não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial". As lembranças de discriminação e segregação espacial dos velhos militantes e das pessoas negras "comuns" guardam similitudes quanto aos espaços ocupados na cidade de São Paulo. As igrejas da Boa Morte, Rosário dos Homens Pretos e Remédios, assim como a Praça João Mendes, a Rua Direita, a Praça da Sé e o Pátio do Colégio são exemplos de lugares de memória para a população negra que habitou a cidade na primeira metade do século XX (NORA, 1993). Algumas lembranças são classificadas como boas, pois os remetem às formas de sociabilidade construídas e emoções vividas naqueles espaços. Entretanto, outras emitem decepção e tristeza, pois eram impedidos de frequentar, espécies de interditos como as calçadas da Rua Direita, as tardes sob o coreto do Jardim da Luz e os locais do footing.

É fácil identificar nestas experiências o que Pollak (1989: 4) chamou de caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva e também como as culturas minoritárias e dominadas se opõem à memória oficial. Por exemplo: velhas e velhos negros de São Paulo veem a cidade de outra maneira que os velhos e velhas brancos. Muitos espaços de circulação dos brancos eram restringidos aos negros. O movimento negro na década de 1930 reagiu a este tipo de segregação fazendo protestos e reivindicando tratamento igual para os grupos. Entretanto, esses episódios ainda não entraram na memória oficial da cidade de São Paulo. Assim como a história da Legião Negra, um batalhão formado só por negros que lutou a favor de São Paulo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Tal acontecimento seguiu desconhecido durante muitos anos e mesmo entre os ativistas negros não era comentado, pois na memória oficial a representação da população negra esteve associada ao apoio irrestrito a Getúlio Vargas. Ficou então um "não-dito", como tema controverso transmitido apenas por alguns indivíduos, despercebidos pela conjuntura geral, mas que nas últimas décadas do século passado foram "descobertos" e por circunstâncias favoráveis, contrárias às vividas pelo Regime Militar, ou seja, por ocorrer um novo enquadramento da memória, trouxeram à tona lembranças marginalizadas e subterrâneas (POLLAK, 1989:8-9). Contudo, a história da Legião Negra continua desconhecida, pois são informações que circulam apenas nos espaços de produção acadêmica ou entre os militantes do movimento negro (Cf. GOMES, 2005).

Portanto, as lembranças dos indivíduos negros que viveram o período da chamada modernidade na cidade de São Paulo, oferecem terreno rico para investigar de que maneira os espaços sociais lá existentes foram produtores ou não de situações de segregação e discriminação espacial a estes. Bem como perceber novas formas de sociabilidade empreendidas pelos grupos negros organizados frente à realidade vivida.

Estruturas de Sociabilidade

Analisando a história dos intelectuais franceses, Sirinelli (1996: 248) identificou o espaço das revistas, a mobilização em torno da feitura de um abaixo-assinado, bem como os "salões" como estruturas de sociabilidade construídas ou frequentadas por aqueles. No caso aqui apresentado, a organização dos jornais negros, os bate-papos nos bares e esquinas, as associações de vários tipos e a existência dos "bailes negros" podem ser identificados como os espaços que ajudaram a forjar os intelectuais-militantes paulistanos. E para os que não tiveram uma educação formal, a cidade proporcionava uma série de espaços de aprendizagem. Algumas vezes ao se visitar um sebo sob a orientação de um amigo. Outras em conversas informais nos bares em que os diálogos, sob nenhum controle do tempo, versavam sobre música, literatura, política etc. Ou ainda ao ouvirem pronunciamentos públicos de oradores, intelectuais de renome e mesmo políticos (FERREIRA, 2005: 62).

A representação do intelectual estava diretamente associada à noção de esclarecimento, que por sua vez ancorava a perspectiva da instrução como solução para os problemas enfrentados pelos negros no período. Intelectual, segundo Correia Leite, era aquele sujeito que "entendia que o negro deveria ir a campo para se conscientizar e combater com a mesma arma do branco: cultura e instrução" (LEITE, 1992: 19). O intelectual também era um visionário e tinha uma missão, sendo respeitado e reconhecido em seu entorno.

O exemplo da Frente Negra corrobora essa dimensão do engajamento. Muitos procuraram a Frente Negra por causa dos cursos de alfabetização para adultos, de línguas estrangeiras ou profissionalizantes, no entanto, após concluí-los continuaram filiados. Alguns na condição de professores, voltados à instrução dos novos alunos. Esses novos quadros ajudavam no próprio curso de alfabetização ou então no curso de formação social que tinha um programa mais amplo, e versava sobre temas diversos, de boas maneiras à conjuntura política nacional. O curso de formação social fazia parte da programação das "domingueiras", organizadas pelas lideranças frentenegrinas, juntamente com o departamento cultural e que ocorriam todos os domingos à tarde. Era um encontro cultural, mas com fins políticos. Nas domingueiras se declamava poesias, se encenava peças teatrais e bandas musicais – chamadas regionais – apresentavam-se. Num segundo momento, havia a sessão literária com palestras realizadas por lideranças frentenegrinas ou convidados de fora, brancos e negros. Essas palestras eram organizadas pelo departamento intelectual, dirigido por Veiga dos Santos. Ou seja, a própria organização funcionava como uma espécie de "intelectual coletivo orgânico", com a preocupação maior das lideranças em elevar o nível

cultural, no sentido mais amplo do termo, de suas massas. Ainda que para muitos, a entidade primeiramente fosse pura e simplesmente um espaço de lazer:

> "Eu ia todos os dias à Frente Negra porque ali foi o ponto culminante da sociedade negra em São Paulo. (...) Era um lazer de final de semana, mas havia moças e rapazes que iam para serem alfabetizados".[6]

> "A Frente Negra tornou-se a minha segunda casa. (...) Eu ia lá todas as noites. Era mocinho ainda, aquele movimento todo me entusiasmava. (...) O que atraía a gente era aquele aspecto de grandeza, quer dizer, o conteúdo político só muito tempo depois a gente conseguiu compreender".[7]

> "Todo domingo tinha reunião geral, hora da doutrinação, de ensinamentos, palestras, ouvir também declamadoras... Tínhamos um regional e criamos uma banda só de negros".[8]

Todos os depoentes acima citados se tornaram militantes ativos da Frente Negra Brasileira no decorrer da década de 1930 e mesmo após o seu fim, em 1937, continuaram atuando no movimento negro paulistano, pois empreenderam outras ações no decorrer das décadas seguintes.

Espaços de sociabilidade

O objetivo a partir daqui é apresentar os locais e tipos de sociabilidade desenvolvidos por alguns grupos negros urbanos organizados na cidade de São Paulo. Apesar de o associativismo ser uma característica dos grupos negros anterior ao século XX, o número de entidades vai aumentar significativamente em São Paulo, devido às razões já apresentadas.

A pobreza e o fenótipo atuavam impedindo os indivíduos negros de usufruir da cidade. O acesso a eventos, clubes e mesmo às lojas, parques, jardins e, inclusive, certas ruas era restringido aos negros. Durante muito tempo a estratégia foi se diferenciar pelos trajes, comportamento e locais que frequentavam, daquele indivíduo que residia na periferia ou viera a pouco do interior.

Citadinos, porém tão pobres quanto os "caipiras", a saída era comprar em lojas de usados, chamadas Belchior, também conhecidas como "braço aberto" ou "bricabraque". A mais famosa ficava na Praça XV de Novembro e vendia de tudo. Os depoentes relatam também que nos eventos e solenidades das entidades, as sócias que eram empregadas

[6] QUILOMBHOJE, 1998:91 depoimento de Marcello Orlando Ribeiro.
[7] QUILOMBHOJE, 1998:18 depoimento de Aristides Barbosa.
[8] Depoimento de Francisco Lucrécio citado por SILVA,1990,135.

domésticas tomavam emprestado as louças e o serviço de mesa de suas patroas, com a anuência das mesmas ou não.

Constata-se que até meados dos anos 1920, os frequentadores das associações negras e suas lideranças optaram por não contestar as formas de segregação imposta pelos grupos brancos. Procuraram enfrentar o preconceito, ignorando-o. Escolheram locais de encontro e de circulação que não eram tão frequentados pelos moradores brancos. Portanto, onde o negro estava o branco não ia e vice-versa. Locais como a Praça João Mendes, o largo do Palácio, o Largo do Paissandu assim como nas imediações da Praça da Sé, sobretudo nos finais de semana eram respeitados como "territórios negros" (ROLNIK, 1989).

Contudo, por volta da primeira metade da década de 1930, algumas lideranças passaram a denunciar o preconceito e a discriminação contra o negro na cidade, além de questionar as fronteiras impostas e reivindicar os mesmo direitos que os outros grupos tinham de frequentar certas localidades. Casos como o coreto que ficava no jardim da Estação da Luz e de algumas ruas que concentravam grandes lojas e magazines. Nestes locais, espécies de "passagens" segundo a concepção de Walter Benjamin, (2006: 31), os negros tinham acesso restrito ou até mesmo negado.

As fronteiras erguidas, verdadeiras barreiras artificiais (LEACH, 1978:50), podiam ser uma rua, uma calçada ou mesmo o limite de um jardim. No caso do negro pobre da periferia, trajes e modos em contraste com os citadinos, de qualquer pertença racial, efetivamente já atuavam como fatores de exclusão. Porém aos indivíduos da "elite negra" a barreira da classe parecia diluída e então o preconceito e a discriminação racial tomou outras feições, seja através de constrangimentos ou mesmo recorrendo às autoridades para impedi-los de transpor as fronteiras impostas.

Por conseguinte, diante deste quadro algumas reações ocorreram como se pôde identificar no jornal negro Clarim d' Alvorada (1924-1932). Seguem algumas ocorrências.

- Segundo Domingues (2004: 163) a Rua Direita era frequentada até o início do século XX pelos estudantes de Direito e pelas famílias tradicionais da cidade. Os negros tinham o costume de passear no Largo do Arouche. Porém, num incidente com uma mulher grávida que "invadiu" o "território branco" e foi rechaçada por estes, provocou a reação dos negros que passaram a enfrentar os brancos. Estes recuaram e os negros tomaram a rua, que especialmente aos domingos à noite, passou a ficar cheia. Os lojistas fizeram inúmeras reclamações ao chefe de polícia acusando os transeuntes negros de atrapalharem suas vendas. Diante da repulsa dos comerciantes, alguns dirigentes de entidades negras lideraram passeatas para denunciar a discriminação racial na Rua Direita (QUILOMBHOJE, 1998: 54).

- Outra discriminação denunciada nos jornais da imprensa negra era a que se dava nos espaços públicos como praças e jardins. Em 1927, um colaborador do Clarim d' Alvorada reclamou da segregação imposta aos transeuntes

negros no Jardim da Luz. Aos negros cabia apenas frequentar o entorno do jardim, ficando impedidos de se aproximarem do centro onde ocorriam as apresentações da Banda da Força Pública. As moças negras eram ainda alvo de chacotas e vaias, especialmente aquelas que ousavam usar chapéus, marca distintiva de pessoa moderna, adjetivo que não se associava à mulher negra (Cf. Clarim d' Alvorada, 15-1-1927; 28-9-1930).

- Trabalhar na Guarda Civil paulistana era uma reivindicação dos grupos negros organizados desde 1928, porém suas queixas de discriminação não surtiam efeito. Até que, entre 1932 e 1933, baseados na Lei dos 2/3, que obrigava a contratação de dois terços de trabalhadores nacionais nas empresas do país, os ativistas da Frente Negra Brasileira estiveram no Rio de Janeiro e conseguiram de Getúlio Vargas um documento que orientava a Guarda Civil contratar também homens negros (QUILOMBHOJE, 1998: 55).

- Em 1928, Correia Leite denunciou no jornal Clarim d'Alvorada o orfanato Armando de Barros, que por determinação do bispo diocesano passou a não admitir órfãos negros. Posteriormente, em 1930, a denúncia passou a ser contra os colégios católicos que não matriculavam alunos negros ou o fazia em casos muito raros, nos quais imperava o apadrinhamento (Cf. DOMINGUES, 2004: 150-151).

- Mesmo nos estabelecimentos educacionais pagos o racismo era uma constante, como exposto nas denúncias feitas pelo jornal Progresso, em 1929. O Colégio Sion recusou a matrícula da filha adotiva do ator Procópio Ferreira, alegando não receber pessoas de cor, ainda que de famílias ilustres. Também o College Sacre Coeur, instituição francesa se recusou matricular a filha negra do Dr. José Bento de Assis (Idem, Ibidem: 152).

- Nos rinques de patinação, a partir de 1934, devido às constantes denúncias feitas pelos ativistas da Frente Negra Brasileira e a emissão de uma nota do chefe de polícia Cordeiro de Farias, o local que não aceitasse usuários negros seria fechado, como de fato ocorreu (QUILOMBHOJE, 1998:54).

Associações negras

As primeiras associações de negros do início do início do século dedicavam-se a organizar bailes, saraus poéticos, apresentações teatrais e quase todas dispunham de um veículo de comunicação próprio como, por exemplo, o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos que adotou carteira de identificação, uniforme, estandarte e hino, além de fazer circular o jornal Kosmos. Domingues (2004:329) contabilizou, até 1930, o número de 85 associações negras funcionando em São Paulo, sendo 25 dançantes, 9 beneficentes, 4 cívicas,

14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos. Este número aumentou e sofreu uma mudança de foco após 1930, com o surgimento das entidades político-sociais voltadas efetivamente ao que eles chamavam de "elevamento da raça", tais como a Frente Negra Brasileira (1931), o Clube Negro de Cultura Social (1932), a Legião Negra (1932), a Frente Negra Socialista (1933) e a União Negra Brasileira (1938).

Eram organizações que buscavam se diferenciar das festivas e esportivas, oferecendo aos sócios serviços tais como banco de empregos, escolarização, atendimento médico, jurídico e em alguns casos solidariedade e suporte para enfrentar situações de racismo vividas individualmente ou em grupo. Elas estariam, seguindo a concepção de Pinto (1998: 240-241), próximas às "associações de novo tipo" – que surgiram no Rio de Janeiro, a partir da década de 1940, cujo exemplo maior foi o Teatro Experimental do Negro – pois o que se destaca na ação dessas novas elites negras é a "tentativa de utilizar novos 'meios', novas 'táticas', novas 'pistas', novas 'técnicas', novas 'alavancas', novos 'mecanismos', novos 'processos' de reagir ao problema e de tentar superá-lo". Portanto, houve todo um esforço das lideranças de incutir no grupo novas formas de sociabilidade que pudessem trazer benefícios reais e condizentes ao status que ocupavam ou desejavam ocupar, visando inclusive o reconhecimento e a aceitação nos/dos grupos brancos que partilhavam o espaço da cidade.

O Kosmos foi o grupo mais duradouro e famoso dentre as associações anteriores à década de 1930 que existiram na cidade de São Paulo. Seu dirigente histórico foi Joaquim Cambará que, no período de 1917-18, tornou-se conhecido no meio negro como aquele que primeiro tentou unificar as entidades em São Paulo. Seu sucessor chamava-se Frederico Batista de Sousa, escrevente-secretário na Faculdade de Direito de São Paulo e colaborador assíduo em vários jornais da imprensa negra. A entidade funcionava no Itália Fausta - um dos melhores salões da cidade - situado na Rua Florêncio Abreu, centro de São Paulo. Tinha um rígido estatuto, investimentos na Caixa Econômica Federal e carteira de identificação para os associados.

O salão Itália Fausta de propriedade da colônia italiana era sublocado também a outros grupos, em sua maioria associações de classe ou étnicas fundadas por lideranças das colônias estrangeiras, que devido ao contexto de debilidade política nacional procuraram organizar-se em centros de cultura para atrair interessados. "Os eventos começavam com palestra doutrinária e de crítica social, terminado por um baile, que servia de chamariz à juventude" (DIAS, 1962:42). Nota-se, então, que esta não foi uma estratégia inventada pelas lideranças negras, pelo contrário, no caso de São Paulo, os líderes negros observavam as formas de organização destes grupos, nos quais eram impedidos de participar e copiaram sua forma de organização. Este modelo também será usado pelos militantes da Frente Negra Brasileira, que terminavam suas sessões doutrinárias com um baile chamado domingueira.

Mesmo para o caso das entidades com finalidades políticas claras, como as posteriores a 1930, a dimensão do lazer era o que atraía muitos participantes, embora seus

dirigentes projetassem a perspectiva beneficente. Percebe-se que as festas funcionavam como um contraponto ao "tempo do trabalho". Geralmente estas ocorriam nos finais de semana, mas um depoente diz que se quisesse a pessoa podia frequentar salões de bailes todos os dias, de segunda a segunda. No decorrer dos anos as entidades passaram a criar uma distância maior entre a realização de um baile e outro. Observa-se um desejo de descolar suas ações daquelas promovidas pelas associações pura e simplesmente recreativas. Por isso, muitos depoimentos de ex-militantes procuraram não vincular, por exemplo, o nome da Frente Negra Brasileira às atividades festivas e de entretenimento. A busca pura e simples pelo lazer estava colada à imagem do malandro ou do que não havia encontrado um lugar na cidade, que não havia incorporado os valores do trabalho e do progresso material. O ócio na sociedade moderna estava diretamente vinculado à falta de um projeto para si e para o grupo de pertença.

No grupo o indivíduo se projeta e alcança reconhecimento. Ele não é um desconhecido. No interior dos grupos negros que se organizaram em São Paulo muitos indivíduos alcançaram visibilidade, porque tiveram condições socioculturais de se projetarem. A condição, seja de funcionário público, seja de letrado, fez com que tais pessoas se destacassem nas organizações que fundaram ou nas quais se filiaram. Como pioneiros na cidade puderam conhecer, ou melhor, forjar outros locais de sociabilidade, diferentes dos tradicionais, como as festas familiares, bailes carnavalescos ou pequenos clubes de bairro. Ocorreu, portanto, a projeção de algumas pessoas mais inseridas, que conseguem circular e negociar melhor no espaço da cidade. Estes dirigentes preocupados com a imagem que suas entidades viessem refletir construíram nos seus locais de funcionamento um rígido controle de conduta. Não aceitavam pessoas que, porventura, tivessem "comportamento duvidoso". Ou seja, os que ainda não haviam "aprendido" como proceder nas associações urbanas.

Festas

Ocorriam de domingo a domingo e caso não houvesse trabalho no outro dia avançavam na madrugada. O que revela, apesar do esforço das lideranças em imprimir um caráter político-social às entidades tentando controlar e incutir nos sócios o uso regrado do tempo, que se sobrepunha ao projeto de muitas lideranças a permanência de valores difíceis de ser perdidos ou ganhos.

Nos ambientes dos bailes havia forte controle de conduta seja nos trajes seja nas relações interpessoais. Leite informa que os chamados mestres-salas além de anunciar as contradanças e comandar a chamada quadrilha, com música semelhante à marcha e marcação feita em francês, também fiscalizavam os elementos que porventura estivessem se comportando mal. Quem não tinha condições se contentava com festas de quintal, batizados e casamentos etc. Havia muita rivalidade entre os dois grupos, pois muitos só podiam comprar roupas de "brim barata, andar de chinelos ou descalço" (LEITE,1992: 61)

A dança tradicional dos salões era a francesa. A valsa francesa apareceu e tornou-se moda entre os negros da cidade por volta da década de 1920. A dança americana apareceria no final da década de 1930. Nos bailes negros se dançava ao som de compositores nacionais. O samba era proibido sendo considerado dança de terreiro. Algumas sociedades a partir da década de 1930 passaram a ajudar na organização do carnaval, porém sob outros moldes, diferente do que os grupos negros mais populares estavam acostumados a fazer. As entidades passaram a organizar os desfiles dos cordões estabelecendo horário, número de componentes e maneiras de brincar.

Eventos, cafés e bares

Muito do conhecimento apreendido pelos militantes ocorreu nos bares e cafés da cidade e em reuniões informais, que muitas vezes varavam a madrugada, uma vez que "pensar e sonhar requerem um tempo desregulado" (JACOBY:1990:41). José Correia Leite que foi um militante emblemático, precursor do movimento negro paulistano, teve dificuldades em incutir o uso disciplinado do tempo e vê-lo como algo linear durante boa parte de sua vida. Para ele e outros ativistas, uma estrutura burocrática que racionalizasse o uso do tempo, atravancavam as ações que planejavam e os impediam de conhecer a realidade. Dado que possivelmente ajuda a explicar, combinado à ocorrência da discriminação racial, a dificuldade que muitos desses líderes tiveram de inserção no mercado de trabalho formal. Ocorrendo para muitos tardiamente.

José Correia Leite não frequentou escola formal. Ficou conhecido por ser um autodidata. Um exemplo interessante é o que ele dá sobre seus primeiros conhecimentos sobre música erudita, adquirido através de sua amizade com um major da Força Pública: "eu o procurava [Alfredo Pires] nos cafés para ouvi-lo. Então ele acabava dando uma aula de música, falava dos grandes compositores, os grandes gênios". Correia Leite também citou alguns músicos com os quais eles tiveram contato nos anos 1930. Falou de Bonfiglio de Oliveira, músico, compositor e trompetista, contemporâneo de Pixinguinha e compositor de choros, marchas e valsas, hoje consideradas um clássico; de Zequinha de Albuquerque que tocava flauta, clarinete e requinta, compositor de choros, sendo o mais famoso Tico-Tico no Fubá, muito divulgado no exterior nos anos 1940, por Carmen Miranda; de um pistonista chamado Justo e de Alfredo Pires, sargento da Banda de Música da Força Pública, que participou da sublevação tenentista de 1924, foi expulso, retornando posteriormente em 1930, como tenente da Banda de Música, aposentando-se como Major (LEITE, 1992:50). Outra forma de aprender era por intermédio das palestras proferidas nos eventos que ocorriam nas entidades negras. Lucrécio, (1998:40) que foi um militante histórico da Frente Negra Brasileira contou que muitos intelectuais brancos iam até a entidade para fazer seus discursos e transmitir ensinamentos. Segundo ele, a maioria "era aquela linha de intelectuais nacionalistas, como Cassiano Ricardo, Menotti Del Pichia, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Mario de Andrade".

Considerações finais

Considerando as reflexões apresentadas até aqui, conclui-se que o espaço foi produtor de sentido às ações dos ativistas e grupos negros organizados na cidade de São Paulo. Especialmente ao se enfocar a década de 1930, quando o associativismo alcançou um grau de consciência da discriminação e preconceito raciais e organização política em razão do racismo "segregacionista e costumeiro" que incidia sobre o negro naquela cidade.

Se nos anos anteriores, em vista do cotidiano racista, as associações negras buscaram formas de organização que não culminassem no embate, como por exemplo, clubes de entretenimento e esportivos, optando por uma atitude mais conciliadora e menos reativa, a partir de 1930, o cenário político-social apresentou-se propício a outras ações. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder e as críticas à política excludente empreendida na Primeira República favoreceram a projeção de grupos políticos antes ignorados. Assim, a industrialização e a regulamentação do trabalho na cidade, especialmente depois da instituição da lei dos 2/3, que favorecia trabalhadores nacionais em detrimento dos estrangeiros, assumida pelo governo de Vargas ao longo daqueles anos, provocaram uma euforia entre os negros militantes conforme observamos nos escritos da imprensa negra daquele período, principalmente no A Voz da Raça (Cf. FERREIRA, 2005:161).

Assim "associações de novo tipo" surgiram sob a liderança de sujeitos letrados e inseridos no espaço da cidade. Estes assumiram a missão de construir locais de sociabilidade aos negros da urbe que não ficassem aquém das experiências de sociabilidade empreendidas pelos outros grupos étnicos ali estabelecidos. Entidades político-sociais foram fundada se novas formas de sociabilidade incutidas no cotidiano dos sócios. Experiências como encontros de formação, organização de grandes eventos com palestras e cerimônias comemorativas, passeatas que ora denunciavam situações de racismo ora reivindicavam os direitos políticos e sociais dentre outras, aparecem nos depoimentos das velhas lideranças e associados.

Portanto, graças a análise da imprensa negra e ao recurso da memória social foi possível conhecer um pouco da experiência vivida de homens e mulheres negros moradores da cidade de São Paulo, entre 1900 e 1940, e com isso descortinar aspectos da história da reivindicação dos negros por direitos no país.

Fontes

<u>Depoimentos publicados:</u>

LEITE, José Correia. 1992. ... *E disse o velho militante José Correia Leite,* CUTI, Luís Silva, São

Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

QUILOMBHOJE. (org.) 1998. *Frente Negra Brasileira: depoimentos.* Entrevista e textos: Márcio Barbosa. São Paulo: Quilombhoje/Fundo Nacional da Cultura.

Jornais da Imprensa Negra:

Clarim d' Alvorada, 15-1-1927; 28-9-1930

Bibliografia:

ANDREWS, George. 1998 *Negros e Brancos em São Paulo* - tradução Magda Lopes, São Paulo: EDUSC.

BASTIDE, Roger. 1973. *A Imprensa Negra no estado de São Paulo.* Estudos Afro-Brasileiros, São Paulo: Editora Perspectiva.

BENJAMIN, Walter. 2006. *Paris, capital do século XIX* [1939]. "Passagens". Belo Horizonte, Ed. UFMG; São Paulo, Imprensa Oficial, 2006, p. 53-67.

BERNARDO, Teresinha, 1998 *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo.* São Paulo: EDUC: Fundação Editora da UNESP.

CARVALHO, José M. 2004. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DIAS, Everardo. 1962. *História das Lutas Sociais no Brasil*. Larousse Cultural

DOMINGUES, Petrônio. 2005. *A insurgência de ébano: a História da Frente Negra Brasileira (1931-1937)* Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 341p.

DOMINGUES, Petrônio, 2004. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, São Paulo: Editora Senac de São Paulo.

FERNANDES, Florestan. 1978, vol. 1. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática

FERREIRA, Maria Cláudia. 2005. *Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano*: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos(1928-1937) Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UERJ

GIACOMINI, Sonia Maria. 2000. *Elite negra e o drama de ser dois*, In: Simpósio Internacional, 2000, Salvador. Anais do Simpósio Internacional. Não paginado. Disponível em http://152.92.152.60/web/olped/documentos/ppcor/0221.pdf

GOMES, Flávio dos Santos. 2005. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2003), *A modernidade negra* Teoria e Pesquisa, 42 e 43, jan./jul. São Carlos, Departamento de Ciências Sociais – CECH, Universidade Federal de São Carlos.

HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice.

JACOBY, R. 1990. *Os últimos intelectuais*. São Paulo, Edusp/Trajetória Cultural.

KOWARICK, Lúcio. 1997 *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense.

LEACH, Edmund. 1978. *A ordenação simbólica de um mundo criado pelo homem: limites de espaço e tempo social* [1976] In: "Cultura e comunicação". Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB. 1996. v.1.

MOURA, Clóvis. 2004. *Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente.* In: K. MUNANGA (org.) "O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição" v.1, Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares e CNPq.

NORA, P. 1993. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto *História*. São Paulo, no. 10, p.7-28, dezembro/93

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1997. *Questão nacional na Primeira República*. In: "A década de 1920 e as origens do Brasil moderno", (orgs.) De LORENZO, Helena & COSTA, Wilma. São Paulo: Editora da UNESP.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. 1998. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

POLLAK, Michel. 1989. *Memória, Esquecimento e Silêncio*, Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15.

ROLNIK, Raquel. 1989. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em SP e RJ*, Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, n.º 17.

SANTOS, Carlos J. 1998. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume.

SILVA, José Carlos G. 1990.*Os suburbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo (1900-1930): cotidiano, lazer e cidadania,* dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp.

SIMMEL, Georg. 2005. *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903). Mana*, v. 11, n. 2, p.* 577-591. [15p.] Disponível em http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf

SIRINELLI, Jean-François. 1996 *Os intelectuais.* In: REMOND, René (org). "Por uma história política", Rio de Janeiro: editora UFRJ/FGV.

SPITZER, Leo. 2001. *Vidas de Entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945.* Tradução, Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: EdUERJ.

THOMPSON, E. P. 1998. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial* [1967] In: "Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional" São Paulo, Companhia das Letras, p. 267

VELLOSO. Monica Pimenta. 2003. *O modernismo e a questão nacional*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia. (orgs.) "O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930" Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Viagens ao Passado: Os Intelectuais e a Sacralização de Ouro Preto

Vanuza Moreira Braga[1]

Resumo:
Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a atuação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em Minas Gerais no período entre 1939-1964. Por ora, nos concentraremos sobre as viagens de quatro intelectuais (Olavo Bilac, Amoroso Lima, Mário de Andrade e Afonso Arinos) cujos trabalhos foram fundamentais no processo de construção da cidade de Ouro Preto como relicário da nação e na formulação dos discursos sobre a preservação do patrimônio no Brasil.

Palavras-chave: intelectuais, SPHAN, viagens a Ouro Preto

Abstract:
This text is part of a broader research on the role of SPHAN Service (National Historical and Artistic Heritage) in Minas Gerais in the period 1939-1964. For now, we will focus on the journeys of four intellectuals (Olavo Bilac, Amoroso Lima, Mário de Andrade and Arinos) whose work was fundamental in the process of building the city of Ouro Preto as a relic of the nation and in shaping the discourse on the preservation heritage in Brazil.

[1] Vanuza.braga@fgv.br.

Introdução

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e regulamentado pelo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano. Em última análise, podemos afirmar que sua criação é fruto de demandas de longo prazo pela preservação dos bens de valor histórico e artístico brasileiros, mas que ganharam visibilidade a partir dos anos de 1920 com o fortalecimento das questões de cunho nacionalista.[2]



Foto: Weder F. da Silva

As narrativas sobre sua criação remontam ao movimento modernista de 1922 e à figura de Mário de Andrade, redator do anteprojeto que lhe daria origem. Sem desconsiderar a importância de Mário e a inegável influência que o movimento modernista desempenhou sobre os intelectuais que estiveram ligados ao "patrimônio" a partir de 1937, pretendemos discutir nesse texto, em que medida a cidade de Ouro Preto - vista como relíquia[3] maior da nação brasileira – serviu como inspiração a diversos intelectuais e políticos na formulação e consolidação das ideias de preservação no Brasil.

[2] Ver: OLIVEIRA, 1990.

[3] Para o sentido de relíquia, ver POMIAN, Krzystof, 1984.

Embora, durante muitos anos, os estudos[4] sobre a *Semana de Arte Moderna de 1922,* tenham atribuído a ela um momento fundador das ideias modernas no país, compartilhamos com Ângela de Castro Gomes, o entendimento de que o modernismo no Brasil pode ser visto como um movimento de ideias que circulou pelos principais núcleos urbanos do país, antes mesmo da década de 1920 (GOMES, 1993:62).

No caso específico de Minas, conforme mostraram Fernando Correia Dias e Helena Bomeny, a *Semana de Arte Moderna* não representou influência imediata.[5] Carlos Drummond de Andrade alegaria que eles só tiveram notícia da *Semana* tempos depois. Esses escritores mineiros, já desenvolviam outra vertente do moderno, ligado a valores mais universais do que nacionais, e que teve como maior representante, o ilustre poeta de Itabira. A partir do encontro dos dois grupos, modernistas mineiros e paulistas em 1924, cria-se uma fértil interlocução[6] (BOMENY, 1994 e DIAS, 1971).

Esses intelectuais ligados ao movimento modernista mineiro da década de 1920 se reuniriam, a partir de 1934, em torno do Ministro Gustavo Capanema, formando o que Helena Bomeny chamou de *a constelação Capanema.* Seriam responsáveis por implantar e conduzir políticas pioneiras nas áreas de educação e cultura, como é o caso do SPHAN (BOMENY, 2001).

Por esta razão, para entender como foram formulados os discursos em torno da *mineiridade* [7] que tanto influenciaram esses intelectuais e, por conseguinte, os desdobramentos do modernismo mineiro sobre as políticas de preservação no Brasil, voltaremos aos anos de 1890, em Minas Gerais e nos concentraremos sobre os acontecimentos que envolveram a transferência da capital do estado.

Mudança da Capital, Crise e Conciliação no Estado: A Sacralização de Ouro Preto

Em pesquisa intitulada: *Ouro Preto: A Construção da Cidade Histórica*, Caion Meneguello, nos revelou como os embates em torno da transferência da capital mineira, a partir de 1890, foram importantes no processo de consagração de Ouro Preto, como relíquia da nação (MENEGUELLO, 2007).

---

[4] Essa abordagem que trata a Semana de Arte Moderna de 1922 como uma ruptura e, portanto, carro chefe do modernismo brasileiro, foi produzida pelos próprios protagonistas do movimento e reiterada pela crítica literária especializada. Wilson Martins no artigo "a crítica modernista", inserido no livro *A Literatura no Brasil*, organizado por Afrânio Coutinho, afirma que o modernismo, entre 1922 e 1928, foi um movimento exclusivamente paulista e tão paulista que suscitou modernismos hostis no Rio de Janeiro e no Nordeste (MARTINS, p.515, apud REIS, 1998:113).

[5] Sobre o modernismo no Rio de Janeiro, Ver: VELLOSO, 1996 e GOMES, 1993.

[6] Sobre o contato entre modernistas mineiros e paulistas Ver: ANDRADE & ANDRADE, 1982.

[7] Vários trabalhos se dedicaram ao estudo desse conjunto de valores que ficou conhecido como mineiridade em diferentes abordagens. AMOROSO LIMA, 1945; VASCONCELLOS, 1968; DULCI, 1984; ARRUDA, 1990; BOMENY, 1994.

As pressões para a mudança da capital se iniciam por meio da imprensa, a partir de 1890. O principal porta-voz da campanha pela mudança é o jornal *O Pharol* de Juiz de Fora, enquanto a principal oposição fica por conta de *O Jornal de Minas*, de Ouro Preto, de propriedade de Diogo de Vasconcelos (VISCARDI, 2007:30).

A disputa sobre a transferência da capital catalizava os conflitos políticos que assolavam o estado. Grupos políticos da zona da mata e sul de Minas sentiam-se alijados do poder representado por Ouro Preto e reivindicavam a mudança com fins de esvaziar o poder concentrado no centro do estado.

Dividindo as Minas em "minas do ouro" e "minas da terra", José Murilo de Carvalho analisa como à medida que o século XIX avançava, o café se expandia pelo Sul de Minas e Zona da Mata, acentuando o caráter rural dos mineiros. O domínio da Minas da terra consolida-se após a proclamação da República e o poder político da Minas do Ouro diminui significativamente (CARVALHO, 2005).

Esse reordenamento de forças que acontece nesse período e que, obviamente, guarda íntima relação com a mudança do regime político, servirá como força motriz para que esse grupo alijado do centro de decisões do país, assumisse a missão de recuperar e legar para as futuras gerações a história da Minas, em sua "idade do ouro".

Para os fins desse trabalho, vamos citar dois importantes nomes que lutaram em prol da permanência da capital em Ouro Preto, são eles: Diogo de Vasconcelos, historiador e político, e Cesário Alvim, político mineiro de relevo nacional e primeiro presidente do estado no período republicano.[8] Os não-mudancistas, como ficaram conhecidos, depois de acirradas disputas no Congresso Mineiro e na Imprensa, perderam por apenas dois votos e acabaram aceitando a construção de uma nova capital no curral Del Rey, que teve início em 1894. (VISCARDI, 2007)

Nesse mesmo ano em que se inicia a construção de Belo Horizonte, Cesário Alvim, lamentava a destruição da cidade e chamava a atenção para a necessidade de preservá-la, mobilizando argumentos em favor de seu valor para a memória nacional:

> "(...) E a cada construção nova que se levanta, cai uma construção velha, sem que alguém se tenha dado ao trabalho de estudá-la, fixando a sua recordação numa página histórica. Nesses escombros sem história, fica soterrada a última lembrança dos que, bem ou mal, na medida do que puderam, assentaram, suando e penando, na terra virgem do Brasil os alicerces da nossa nacionalidade. No Rio, a monomania da modernização inconsiderada sobe de ponto. Arrasam-se construções coloniais, não para, no seu lugar, se erguerem edifícios em que se não ofendam as leis de higiene e da arquitetura, mas para substituí-las por

[8] Esses dois nomes, em diferentes proporções, são representantes da força do grupo da "minas do ouro". A influência de Diogo de Vasconcellos restringe-se mais ao âmbito estadual e seu legado mais importante refere-se à obra historiográfica.

> trambolhos sem arte, sem solidez, sem beleza (...) (MENEGUELO, 2007).

O Jornal *Opinião Mineira*, fundado e dirigido por Cesário Alvim publicou textos que reclamavam para Ouro Preto uma posição de "lugar de memória" da nação brasileira, atentando para a necessidade do reconhecimento de seu valor enquanto obra de arte e para a necessidade de sua preservação:

> "Que temos feito até agora em matéria de arquitetura, que edifícios novos levantamos no Brasil, dignos de serem vistos e admirados, - para que assim demos à face uma expressão ridícula de supremo asco, quando se nos de param essas deveras e eternas edificações coloniais, como a cadeia de Ouro Preto, fixando uma época, - e, altivas, de pé, protestando soberbamente contra as nossas casinhas de papelão, cheias de afeites e de arrebiques, que lembram o luxo do palavreado fofo e dos trocadilhos reles em que o estilo dos sonetistas gongóricos encobria a inutilidade da ideia e a morbidez do sentimento poético?
>
> "(...) Minas, que é o único Estado em que as tradições ainda se enraízam, deve dar o sinal de alarma em prol da nossa nacionalidade ameaçada. E a primeira medida a tomar para isso é dar o exemplo da regeneração, mostrando como é preciso amar o passado.
>
> "Ouro Preto, por exemplo, já é por si só um grande museu. Mas, como tudo neste museu, anda maltratado e descurado! Nas suas igrejas, as mais belas e curiosas do Brasil, mãos profanas estragaram, com restaurações ineptas, quadros e esculturas de um valor inestimável. A cada canto da cidade encontram-se móveis antiquíssimos, objetos de arte que se inutilizam à mingua de quem os recolha, verdadeiras preciosidades que será um crime deixar abandonadas à especulação dos antiquários espertos ou à ação terrivelmente destruidora do tempo." (MENEGUELO, 2007).

Outro trecho publicado pelo *Jornal de Minas* de Diogo de Vasconcelos, poucos meses antes da inauguração da nova capital no Curral Del Rey, refletia a sensação de perda e ameaça representada pelo esquecimento e abandono da antiga capital da província. "Ouro Preto fica despojado das regalias de capital do nosso estado, mas ela será o sacrário dos gloriosos despojos históricos de Minas, que só foi grande, só tornou-se conhecida devido à incomparável riqueza da outrora Vila Rica" (MENEGUELO, 2007).

Belo Horizonte é inaugurada em 1897 e foi concebida, primordialmente, para ser o centro político, administrativo e cultural, capaz de unir em torno de si as forças políticas do estado devastadas pelos movimentos separatistas. Sob o comando de Silviano Brandão, político do Sul, foi implantada a hegemonia da nova política, na qual a nova capital representou a materialização do projeto conciliatório. Depois de intensos conflitos internos, de diversas facções políticas, em 1897, o estado consegue "reunir toda a boiada", conforme a expressão de John Wirth, sob um só partido, o PRM.[9]

[9] A criação do PRM resultou de um acordo de extrema habilidade política para a unificação das facções em torno de pontos básicos: defesa do federalismo, o que protegia Minas da interferência

No período subsequente à mudança, a "capital vencida" começa a sentir os sinais da perda de sua função política. A consequência imediata mais notável é o esvaziamento populacional. Além dos funcionários públicos que se mudaram para Belo Horizonte, comerciantes e profissionais liberais também migraram para outras regiões mais prósperas do estado. Estima-se que Ouro Preto tenha perdido cerca de 45% de sua população nesse período. A impressão de abandono é latente (MENEGUELLO, 2007: 2).

A transferência da capital representou um momento dramático em Minas Gerais. Temia-se que as velhas tradições fossem perdidas e com elas a "glória", representada pelo passado colonial. Se os republicanos desejavam progresso e modernização, os políticos de Ouro Preto, fortemente ligados aos ideais monárquicos iam se empenhar em manter a tradição. É em meio ao sentimento de perda que os ouropretanos começam a reclamar a preservação da cidade[10], ancorados em discursos que vão reinventar Ouro Preto e sacralizá-la em função de seu passado histórico de lutas e de seu valor artístico[11].

Conforme afirmou Lúcia Lippi, ao se iniciar um tempo novo, precisa-se evocar um tempo remoto. Lá estariam as raízes, o sentido verdadeiro do homem e da sociedade. O olhar para o futuro e a valorização do passado são marcas de momentos de grande ruptura, como é o caso da mudança representada pela chegada da República (OLIVEIRA, 1989).

Como podemos observar, a mudança de capital de Ouro Preto para Belo Horizonte não representou – como temiam seus contemporâneos- uma ruptura novo/velho, moderno/antigo, mas, uma recomposição que resulta em outro binômio, tradição/futuro, uma vez que o passado colonial representado por Ouro Preto e pela Inconfidência Mineira, não são abandonados, pelo contrário, são utilizados como uma hábil solução. Se por um lado tinha por objetivo neutralizar disputas políticas que enfraqueceram o poder do estado, por outro, conseguiram construir um discurso de consagração de Ouro Preto como *cidade-relíquia*, baseada no argumento de que fora ali que se forjara o sentimento de liberdade e a luta pela independência nacional.

Sobre essa dupla operação, que de um lado reordena o estado de Minas Gerais para o

---

federal; reforma do sistema fiscal; fim da sobretaxa na agricultura; garantia da representação da minoria no legislativo estadual, etc. O fundamental, todavia, era marcar o ganho político que adviria da unidade da elite mineira, poderoso instrumento de barganha para Minas na política nacional, dado o fato de ser a sua maior bancada política da federação (BOMENY, 1994:35). O A "conciliação", realizada em Minas nesse período, tornou-se a principal marca da cultura política do estado, sendo reapropriada amplamente pelos principais políticos mineiros ao longo do século XX, tendo grandes exemplos em, Benedito Valadares, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek. Sobre a política mineira na primeira República, ver: MELO FRANCO, 1955; BOMENY, 1994, VISCARDI, 2001; MARTINS, 2009.

[10] José Reginaldo Santos em *A Retórica da Perda*, analisa os discursos sobre patrimônio no Brasil a partir de 1937 e verifica como eles se fundaram sobre as noções de ausência e perda. A mesma análise pode ser aplicada à forma como Ouro Preto é ressignificada a partir da perda de sua função de Capital do estado.

[11] Sobre o processo de "invenção das tradições", ver: HOBSBAWN & RANGER, 2002.

moderno e de outro finca as raízes de uma tradição a ser guardada, afirmou Lúcia Lippi sobre Ouro Preto,

> Esse solo sagrado, berço dos mártires e precursores da independência e da ideia republicana no Brasil, deveria se tornar um santuário. De outro lado, era urgente criar o futuro, o espaço do homem novo, americano. Ouro Preto e Belo Horizonte são assim as duas faces da mesma moeda (OLIVEIRA, 2008:57).

Essa síntese entre tradição e modernidade, presente nos discursos formulados nesse período, fincaria raízes profundas na memória dos mineiros e seria apropriada pelos jovens intelectuais da rua da Bahia, nos anos 1920. Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Emílio Moura, Martins de Almeida, Pedro Nava, Abgar Renaut, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Guilhermino César, Aníbal Machado, Milton Campos, João Alphonsus, Alberto Campos, entre outros tonaram-se amigos, alguns via Colégio Arnaldo, outros nas redações do *Diário de Minas,* todos unidos, sobretudo, pela boemia e pelo gosto literário, tomando "cerveja ou média no café estrela" e discutindo as novidades literárias na Livraria Alves, ambos na rua da Bahia. Nasce assim, a primeira geração modernista de Minas (BOMENY, 1994: 56).

Mais tarde, essa tradição intelectual de Minas, fortemente ligada à valorização do passado, teria papel preponderante na criação das políticas de preservação no país, levadas a cabo por alguns membros desse grupo de intelectuais, "os rapazes de Belo Horizonte", como chamou Drummond, que se reuniram no ministério Capanema, durante o Estado Novo (BOMENY, 1994).

A valorização de Ouro Preto, iniciada no momento da perda de sua função política no final do século XIX, foi se consolidando com a ajuda de diversos intelectuais que por lá passaram. Como veremos adiante, a impressão deixada pela cidade nos seus viajantes, foi e continua sendo, a de uma incursão ao passado, tamanha sua capacidade perturbadora de sensibilizar o expectador. Lúcia Lippi chamou a atenção para o efeito dessas "viagens ao passado, ao encontro de uma herança abandonada, que tiveram o efeito de produzir uma nova consciência em relação à necessidade de salvar os vestígios do passado" (OLIVEIRA, 2008:27).

Viagens a Ouro Preto: A Construção da cidade-relíquia

Muito antes de ser reconhecida por seu valor turístico, Ouro Preto foi destino de muitas viagens. Por lá passaram desde o período colonial, cientistas, naturalistas, literatos, artistas plásticos, eclesiásticos, funcionários metropolitanos, entre outros. Embora com objetivos distintos, todos foram responsáveis pela criação de um imaginário sobre a cidade.[12]

[12] Vários são os trabalhos que analisam como a literatura de viagem foi importante na criação de um

Por ora, nos deteremos sobre quatro viagens que são importantes no entendimento do processo de construção da cidade de Ouro Preto como sacrário da nação. Nos relatos dessas viagens, a antiga capital de Minas, aparece, como detentora de valores fundamentais à construção da identidade brasileira, como berço da liberdade e guardiã das mais autênticas tradições brasileiras.

Nossa primeira viagem acontece em 1893. Nesse ano, durante a Revolta da Armada[13] no Rio de Janeiro, vários artistas e intelectuais foram perseguidos por Floriano Peixoto e exilaram-se em Ouro Preto. Minas Gerais era governada naquele momento por Afonso Pena que mantinha boas relações com o governo de Floriano, e dessa forma estava suspensa dos efeitos do estado de sítio, mostrando-se como lugar seguro. La refugiaram-se Olavo Bilac[14], Magalhães de Azevedo, Carlos de Laet, Emílio Rouede, Álvares de Azevedo Sobrinho entre outros anti-florianistas[15].

Em Ouro Preto, Bilac passaria a colaborar com *A Opinião Mineira,* jornal de Cesário Alvim[16] e continuaria a colaborar com crônicas para a *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro. Bilac é recebido pelo escritor Afonso Arinos, com quem trava íntimas relações. O jovem advogado, formado em São Paulo em 1889[17], era filho do senador Virgílio de Melo Franco e em Ouro Preto foi um dos responsáveis pela criação do Arquivo Público Mineiro e da Faculdade Livre de Direito de Minas[18].

A despeito de divergências políticas, Bilac e Afonso Arinos unidos pelos interesses literários, tornaram-se muito próximos[19]. Afonso Arinos, apesar de pertencer a uma família

---

imaginário sobre os lugares narrados. Ver: PRATT (1999). Sobre o processo de significação ver: BAUDRILLARD, 1972.

13 A Revolta da Armada foi um movimento de Rebelião promovido por segmentos da marinha contra o governo de Floriano Peixoto. Esse conflito se desenvolve em dois momentos: 1891 e 1893 e se insere dentro da turbulenta fase de implantação da República no Brasil.

14 Conta-nos Antônio Dimas, que até esse momento, a incursão mais funda do poeta dentro do país dera-se por cerca de doze meses, entre 1887 e 1888, quando tentara o curso de direito na Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo, interrompido como interrompera o curso de Medicina no Rio (DIMAS, 2006:69)

15 Sobre a estadia de Bilac na capital mineira estou me baseando pela biografia do poeta escrita por Raymundo Magalhães Júnior, *Olavo Bilac e sua época*.

16 Cesário Alvim havia exercido o cargo de primeiro presidente do estado de Minas Gerais depois de proclamada a República, mas com a queda de Deodoro, ele é pressionado a renunciar, assumindo interinamente o vice Eduardo Ernesto da Cunha e em seguido o cargo é ocupado por Afonso Pena.

17 Afonso Arinos formou-se em Direito em 1889, na mesma turma que Paulo Prado, de quem tornou-se muito amigo e de quem viria alguns anos mais tarde ser cunhado, quando casa-se com Antonieta Prado. Depois do casamento o escritor passou a viver em Paris, dedicando exclusivamente à vida literária.

18 A Faculdade de Direito foi criada em 1892 e foi dirigida inicialmente pelo Conselheiro Afonso Pena. Em 1898 é transferida para Belo Horizonte, nova capital do estado.

19 Bilac era republicanista e Afonso Arinos monarquista convicto. A relutância em aceitar a consolidação do novo regime republicano teria sido o motivo pelo qual, poucos anos depois,

fortemente ligada à alta política desde o Império e ter à disposição todas as oportunidades que pretendesse, não seguiu o caminho da política, diferente do irmão Afrânio de Mello Franco cuja atuação e de seus filhos marcariam a diplomacia e a política brasileiras ao longo do século seguinte[20]. Arinos, um dos precursores do nosso regionalismo literário, escreveria poucos anos depois seu clássico livro, *Pelo Sertão*.

Pelas mãos de Arinos, Bilac foi levado a conhecer profundamente a história e a cultura mineiras, visitando arquivos, conhecendo a arquitetura barroca e tomando contato com as histórias fixadas na memória dos ouro-pretanos. Um importante registro dessa amizade e da importância do contato entre os dois, está no discurso com que Bilac recebeu Afonso Arinos 10 anos depois na academia brasileira de Letras.

> Enquanto pelas ruas de Ouro Preto, naquele ano trágico de 1893, os vivos comentavam com calor os episódios da revolta naval, e os bombardeios, e as prisões, e as loucuras, nos dois mergulhados no passado, conversávamos com espectros. Toda a gente do século XVIII, capitães-generais, ouvidores, milicianos de El-Rei, aventureiros, traficantes de pretos, frades e freiras, tiranos e peralvilhos, fidalgos brilhantes e pobres bateadores de ouro e catadores de cascalho, garimpeiros, senhores e escravos, dama da casta orgulhosa e imundas pretas descalças, ricos proprietários e contrabandistas farroupilhas, toda essa gente acudia ao chamado de nossa curiosidade e, falando das casas arruinadas do Padre faria e de Antônio Dias, evadindo do mistério dos arquivos repovoando as ruas cheias de escombros, vinha vier conosco a sua antiga vida pitoresca.[21]

Em Ouro Preto "o rebelde se convertera". Assim escreveu Raymundo Magalhães, um dos biógrafos de Olavo Bilac, referindo-se à mudança operada no poeta depois da temporada de alguns meses na antiga Vila Rica, entre 1893 e 1894.

O Bilac boêmio, voltado para temas gregos e romanos, interessado por Nero, Marco Antônio, Cleópatra, Xenócrates, encontrara na velha cidade colonial outras fontes de interesse, *descobria o Brasil*, os bandeirantes, os desbravadores, os povoadores dos sertões distantes (MAGALHÃES JR, 1974:160). Anos mais tarde Amoroso Lima também mencionaria a

---

"desiludido, Arinos deixa o Brasil e vai morar definitivamente em Paris, a exemplo de tio de sua esposa, Eduardo Prado.

[20] Afrânio de Mello Franco fez longa carreira diplomática e em poucos anos tornaria-se um dos homens mais fortes da primeira república, ocupando posição de destaque durante o governo de Delfim Moreira (1918-1919). Seus filhos Virgílio e Afonso Arinos de Mello Franco também tiveram papel protagonistico em eventos cruciais no século XX, como Revolução de 30, manifesto dos mineiros, queda e suicídio de Vargas e no golpe civil-militar de 1964. Um importante livro sobre a primeira República foi escrito por Afonso Arinos de Melo Franco, sobrinho, *O Estadista da República*, biografia política sobre o pai Afrânio de Mello Franco, escrita em 1955.

[21] Bilac dá importantes pistas sobre a influência que recebeu de Arinos no discurso que profere para receber o autor de Pelo Sertão, na Academia Brasileira de Letras em 18 de setembro de 1903. www.academia.org.br. Acessado em 14/11/2009.

força do encontro de Bilac com Arinos, afirmando que "o homem helênico, o "diletante", o "poeta erótico", o parnasiano", mais voltado para a França ou para Grécia do que o seu próprio país, iria conhecer, então, Minas Gerais e Afonso Arinos.[22] Segundo Magalhães Jr, essa permanência em Ouro Preto se refletiu duplamente em sua obra. Em prosa escreveu, Marília, O Padre Faria, São João de Ouro fino, Entre ruínas, Lázaro. São José d'el Rei, Frei João Jose e o Tringo Eucarístico, publicados no livro *Crônicas e Novelas*. Na obra poética essa viagem ao passado resultou *O caçador de Esmeraldas* e *Tarde*.

Sobre o valor histórico de Minas e a sensação de abrasileiramento, Bilac escreveu:

> A terra mineira não guarda somente nas entranhas o ouro excelente que a Inglaterra extrai e amoeda: guarda todo um mundo de tradições e de relíquias históricas, todo um passado ainda vivo e palpitante nas pedras das suas ruínas e nas recordações dos seus arquivos. Um filho do Rio, de São Paulo, de Pernambuco ou do Rio grande do Sul sente-se mais brasileiro quando respira o ar da mantiqueira (DIMAS, 2006: 77).

Segundo Antônio Dimas, que foi o responsável pela recuperação da obra jornalística de Bilac, e analisou as crônicas escritas pelo poeta em Ouro Preto atento para os desdobramento dessa experiência na obra do poeta, "a conversão de Bilac, se deu pelas mãos de Afonso Arinos, coadjuvado pelo historiador Diogo de Vasconcellos.[23] Foi na casa desse historiador, "monarquista no íntimo", que Bilac se hospedou nos primeiros dias na cidade, levado por Arinos (DIMAS, 2006: 77).

A fascinação exercida pela cidade e pelo passado mineiro é percebida nas crônicas que Bilac escreve de Ouro preto para a *Gazeta de Notícias*. Nelas, Bilac expressa verdadeira idolatria pela cidade barroca e reitera a vocação de Ouro Preto como berço da liberdade, fazendo um contraponto com a situação beligerante vivida no Rio. A cidade que mais tarde inspiraria tantos escritores como Mário de Andrade, Oliveira Viana, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Cecília Meireles, entre tantos, deixou marcas que redirecionariam a trajetória intelectual do poeta parnasiano. Ao descrever a pureza de Ouro Preto, o poeta mobilizava argumentos amplamente usados para interpretar o Brasil, opondo interior e litoral. Para o poeta, Minas representaria a síntese do Brasil, devido à originalidade nas artes e a aura genuinamente brasileira, que teria ficado protegida da influência externa, graças a seu enclausuramento entre as montanhas. Vejamos um trecho

---

[22] Carlos Laet, exilado em Ouro Preto pelos mesmo motivos, expressaria sentimento idêntico afirmando que Minas lhe dava vontade de "sabatinar a história do Brasil (DIMAS, 2006:78,79).

[23] Assim como Afonso Arinos, Diogo de Vasconcellos é herdeiro de tradicional família mineira, os Pereira de Vasconcellos. Historiador e político, esteve também ligado à criação do Arquivo Público Mineiro e foi um dos primeiros a escrever obras de síntese sobre a História de Minas Gerais. Os clássicos *História Antiga e História Média*, começaram a ser escritos logo após a mudança da capital de Minas, em 1898. Foram frutos de esforços de reunião de documentos em arquivos de Minas e de Portugal e tiveram objetivo claro de salvar Minas de um possível esquecimento em função da modernização imposta com a República.

de uma de suas crônicas, escrita em 03 de novembro de 1893 em Ouro Preto.[24]

> "Vir a Minas é vir ao coração do Brasil. Ouro Preto amantelada nas suas montanhas verdes, é como o reduto da nossa nacionalidade...Por São Paulo, pelos Estados do Sul, pelos Estados do Norte, a corrente estrangeira alaga a terra, desnacionalizando o povo...Posto assim, num meio que nada lembra, entre homens cujos costumes e cuja voz apenas falam de países estranhos e apartados, entre as coisas que falam apenas do presente, o espírito vai perdendo a consciência da nacionalidade, o coração se vai desapegando das reminiscências do passado. Eu, pelo menos, só me sinto verdadeiramente brasileiro, quando deixo perdida ao longe a vozeria da rua do Ouvidor, e, abrindo o peito ao ar livre do sertão, caio na vida simples dos campos, com a alma a espreguiçar-se voluptuosamente no seio verde e fecundo da natureza" (DIMAS, 2006:48).

De volta ao Rio, o "outro Bilac"[25] inicia uma nova fase de sua carreira literária. Em 1895 é convidado por Coelho Neto para adentrarem no universo da literatura infantil. A ideia era produzir "um livro de leitura fácil, contendo bons ensinamentos morais e cívicos". Conforme nos conta Magalhaes Jr, o entusiasmo de Coelho Neto comunicou-se facilmente a Bilac, que voltara transformado de sua permanência em Minas, menos cosmopolita e mais inclinado para o seu próprio país, disposto a trocar o Egito por uma velha cidade mineira e Cleópatra por Marília de Dirceu. Em suma, abrasileirara seu espírito, sob a poderosa influência do jovem escritor Afonso Arinos[26] (MAGALHÃES JR, 1974:186).

Atento aos acontecimentos de sua época, Bilac escreveu em 1904 uma crônica na *Revista Kosmos*, sobre a Revolta da Vacina que nos mostra suas preocupações com a formação da nação.

> As arruaças deste mês, nascidas de uma tolice e prolongadas por várias causas, vieram mostrar que nós ainda não somos um povo[27]. Amanhã, um especulador político irá, pelos becos e travessas, murmurar que o governo tenciona degolar todos dos católicos, ou fuzilar todos os protestantes, ou desterrar todos os homens altos... E a gente humilde aceitará como verdade, essa invenção imbecil, como aceitou a invenção da

[24] As crônicas jornalísticas de Olavo Bilac foram reunidas em um trabalho de fôlego realizado por Antônio Dimas. A reunião sob forma de livro das crônicas de Bilac publicadas entre os anos de 1890 e 1910 na imprensa carioca e paulista traz à luz uma valiosa fonte de pesquisa para os historiadores que ali encontrarão o testemunho de fatos importantes dos primeiros anos da República.

[25] Expressão de seu biógrafo, Raimundo Magalhães Júnior.

[26] Afonso Arinos, exímio estudioso da história da Minas e cioso de fixar na memória política do país a importância de Minas para a nação, foi um dos intelectuais que mais se empenharam na criação do Arquivo Público Mineiro, criado por José Pedro Xavier da Veiga, em 1895. O empenho de Arinos deve-se ao profundo conhecimento do acervo documental que Minas possuía e do medo da perda desses registros que pudessem às gerações vindouras o lugar que seu estado sempre ocupara desde os tempos coloniais (DIMAS, 2006: 77).

[27] Grifos meus.

> vacina com sangue de rato pestiferado... E pouco importa que em todas as esquinas se preguem editais aniquilando a calúnia, e pouco importa que todos os jornais destruam a infâmia em artigos, em notícias, em anúncios: a gente que não sabe ler continuará a crer no que lhe disseram e a sua revolta brutal e irresponsável continuará a servir de arma aos especuladores. No Rio de Janeiro, e em toda parte os analfabetos são legião. Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive; não é homem, é um instrumento passível e triste, que todos os espertos podem manejar sem receio (MAGALHÃES JR, 263).

A estadia em Ouro Preto e as aulas de História do Brasil de Afonso Arinos tocaram profundamente o poeta. Anos mais tarde ele seria defensor de campanha de serviço militar obrigatório, voz quase solitária entre intelectuais e sociedade e em 1910 escreveria com Manoel Bomfim o Livro didático, *Através do Brasil*.[28]

Em 1916 é a vez de Alceu Amoroso Lima conhecer a cidade. Ele e o jovem Rodrigo Melo Franco foram levados a Ouro Preto pelo velho senador Virgílio Melo Franco, (avô materno de Rodrigo). Sobre essa viagem, Amoroso Lima deixa um interessante relato:

> "A Ouro Preto me levou o velho senador Virgílio, pai de Afonso [Arinos], e em nossa companhia, se me lembro, ia um jovem adolescente, bem mais moço que eu, a quem Arinos queria como ao filho que a providência lhe negara. Queixava-me amargamente do abandono em que jaziam as velhas relíquias arquitetônicas daquela cidade morta. Mal sabia eu, então, que ao jovem adolescente nosso companheiro de uma dessas nostálgicas peregrinações, estava reservado o papel histórico de vir a ser o maior defensor do nosso passado estético" (DPHAN, 1969).

Impressionado com o abandono e esquecimento das coisas brasileiras, Amoroso Lima escreveu no ano seguinte à viagem, a pedido de Monteiro Lobato o artigo "Pelo Passado Nacional" e publicado na *Revista do Brasil.* No artigo, relatava a experiência de viagem e descreveu o sentimento de nostalgia em relação ao abandono em que se encontrava a velha cidade barroca. Iniciou o artigo da seguinte maneira: "Venho de um grato colóquio com as coisas do nosso passado". Prossegue em tom de manifesto, "´e a voz das mortas gerações que fala por minha voz, a voz dos homens que primeiro desbravaram o terreno nacional, a dos que primeiros assentaram a pedra angular da pátria. Acorrei, filhos ingratos desta terra: vinde ouvir as lamentações da ruínas". A indignação é latente, "um território heróico" transformado em "cidades mortas". Indicando como a nação a ser construída deveria se pautar no passado e na tradição, Amoroso Lima é mais incisivo: "Tratemos portanto de guardar as roupagens do nosso berço para os obreiros do futuro. Ponhamos um freio a fúria demolidora e restauradora. Reabilitemos o passado nacional" (REIS, 1998:114).

O artigo de Amoroso Lima causou grande impacto no espírito dos jovens intelectuais

[28] Sobre a parceria de Bilac e Bomfim, ver o livro: O livro *Aprendizado do Brasil*: A nação em busca de seus portadores sociais de André Botelho.

da época, que estavam ávidos por descobrir o Brasil e reconhecê-lo enquanto nação e possuidor de cultura singular.

O autor de *A Voz de Minas* possuía íntima relação com os mineiros, iniciada ainda na infância, como amigo da família Melo Franco. Seu pai era muito amigo de Afonso Arinos (o sertanista) e na casa deste em Paris, passava férias. Foi na capital francesa nesse período que Alceu ficou amigo de Rodrigo de Melo Franco que morava na casa do tio. Rodrigo perdeu o pai muito cedo e teve sua formação ligada ao tio escritor.

Vejamos uma passagem onde Alceu assinala a missão de Minas:

> A Minas cabe, pois, a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de compensadora de todos os desequilíbrios extremistas. Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o centro de gravidade do Brasil (AMOROSO LIMA, 1945:144).

Assim como no caso do poeta Olavo Bilac, Amoroso Lima teve seu sentimento de brasilidade despertado por Afonso Arinos. A esse autor dedicou seu primeiro livro, um estudo crítico sobre a obra de Afonso Arinos publicada em 1922.

A ligação de Amoroso Lima com os mineiros acarretaria desdobramentos importantes para o futuro da geração de intelectuais mineiros dos anos 1920, uma vez que é por sua influência que Gustavo Capanema é indicado para o cargo de Ministro da Educação e Saúde em 1934, cargo que ocuparia até 1945 (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000:61-64).

Mário de Andrade também fez sua primeira viagem a Minas em 1919, ocasião em que conheceu o poeta simbolista Alphonsus de Guimarães em Mariana**,** com quem passaria a corresponder-se. Após conhecer as cidades históricas mineiras, Mário de Andrade tomou para si a tarefa de analisar a cultura material do período, valorizando-a, dentro do projeto modernista de olhar para dentro do Brasil. Como resultado da viagem, Mário publicou na *Revista do Brasil* no ano seguinte, quatro artigos sobre a arte religiosa barroca. Nesses artigos, o autor de Pauliceia *Desvairada,* apontava Aleijadinho como precursor da nacionalidade, como exemplo primeiro da solução brasileira da colônia, da genialidade do mestiço que ultrapassaria a herança recebida dos lusitanos (LIPPI, 2008).

Nossa última viagem nos leva à Semana Santa de 1936, quando Ouro Preto recebeu pela primeira vez dois mineiros ilustres: Afonso Arinos de Melo Franco (o segundo, sobrinho do sertanista) e Pedro Nava. A ligação de Afonso Arinos com a cidade é profunda. A trajetória de seus familiares, tantos os Alvim como os Melo Franco estão ligados à antiga capital da província.[29]

Como relato dessa viagem, Arinos publicou em 1937 o *Roteiro Lírico de Ouro Preto*,

[29] *"Via o meu avô Melo Franco, de noite, na casa grande da ladeira do Pilar, antiga dos Caldeireiros(...)Via, nas tardes calmas, o meu avô Alvim, de calças claras, descer a cavalo do palácio do governo...".* (FRANCO, 1937:22)

uma descrição sentimental da cidade, guiada principalmente pelo reencontro com seus ancestrais e com a história de Minas Gerais, tão conhecida por ele. É na imagem de Ouro Preto como terra da liberdade e como berço de manifestações literárias e artísticas que marcaram a história política e cultural do país, que se localiza um dos pontos mais importantes da narrativa de Arinos, observado por Berenice Cavalcanti ao analisar *O Roteiro* (CAVALCANTI, 2006:141).

A viagem influenciaria indelevelmente o famoso ensaísta. Em 1938, um ano após a publicação do *Roteiro,* Afonso Arinos proferiu a conferência "*Inconfidência Mineira, origens e tendências ideológicas*", no Instituto Histórico e Artístico Nacional – IHGB. O argumento central de Arinos é que a Inconfidência representaria o momento fundador de nossa tradição republicana. Para o autor, mesmo não tendo alcançado sucesso, a Inconfidência teria importância e significados incomparáveis em relação ao processo de Independência de 1822, que a despeito de firmar uma separação da Colônia com a metrópole, não fundou uma tradição. A Independência não teria sido capaz de firmar valores e símbolos sobre os quais, posteriormente, se cultivassem identidades políticas e culturais. Com a Inconfidência inicia-se o processo de *conscientização nacional*[30] e, em seu ponto de vista, é a partir desta experiência histórica que se pode reconstituir o processo de evolução de ideias políticas no Brasil. Para Arinos, o espírito revolucionário dos inconfidentes era nosso "tesouro perdido" e Vila Rica era ao mesmo tempo a relíquia e a esperança dos brasileiros (CAVALCANTI, 2006: 93).

Afonso Arinos faria parte, a partir de 1937, do grupo chamado por Mariza Velozo de "academia SPHAN". Foi membro do seu conselho consultivo ao longo de 50 anos e pertenceu ao grupo de intelectuais mais próximos a Rodrigo de Melo Franco, ao qual pertencia também Carlos Drummond, Manoel Bandeira e Lúcio Costa.

A cidade de Ouro Preto passou por ações de restauração ainda na década de 1920, por parte do governo estadual. Em 1933 é elevada à categoria de Cidade–Monumento no âmbito da Inspetoria de Bens Nacionais do Museu Histórico Nacional, antes da criação do SPHAN. Em 1938, dentro das ações do SPHAN, juntamente com outras cidades mineiras, é tombada em seu conjunto. A partir do tombamento, considerada como obra de arte, a cidade é alvo de intervenções com fins de recompor-lhe a originalidade, sendo apagados traços ecléticos e até demolidas edificações do século XIX, para recompor a "boa arquitetura" no dizer dos arquitetos modernos.

A atuação do SPHAN durante a conhecida "fase heróica", compreendida entre 1937-1967, período em que Rodrigo de Mello Franco esteve à frente da instituição, tem como marca preponderante a atenção especial ao patrimônio mineiro. Os intelectuais identificados com o modernismo e associados ao regime político do Estado Novo, do qual fazia parte Rodrigo, concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política cuja missão era "modernizar" ou "civilizar" o Brasil, elevando o país ao plano das nações europeias mais avançadas. Conforme assinala José Reginaldo Gonçalves, tal projeto estava associado ao

[30] Grifos meus.

reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil como cultura e como parte da moderna civilização ocidental. No fundo, não se tratava simplesmente de imitar a Europa, mas identificar e afirmar a autenticidade da cultura brasileira Acreditavam que, para "identificar" ou "redescobrir" o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais "autênticos" valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado (GONÇALVES, 2002).

Tomando o legado português como matriz tradicional, se passaria a uma valorização das construções dos séculos XVII e XVIII e uma negação da arquitetura do século XIX, dominada pelo ecletismo e pelo neoclassicismo, considerada degenerescência e imitação se comparada à arquitetura tradicional. A originalidade artística e estética se encontraria nas construções espalhadas pelo interior do Brasil em geral e em Minas Gerais em particular.

O estado de Minas Gerais, como um todo, é o lugar por excelência da prática do SPHAN. Foram tombados, neste período 165 bens, o que corresponde a 23.9% dos tombamentos totais. Em seguida vem Rio de Janeiro com 140 bens, Pernambuco com 56 e São Paulo com 41 bens tombados (RUBINO, 1991:128).

Nossa intenção ao refazer esse percurso que começa com a transferência da capital de Minas, passando pelas viagens a Ouro Preto, chegando até o SPHAN perpassa dois pontos principais. O primeiro diz respeito à proposta de repensar a importância atribuída ao modernismo paulista sobre a valorização das cidades históricas mineiras e à necessidade de preservá-las, que foi em grande medida, entendida como fruto da famosa viagem de "redescoberta do Brasil", realizada em 1924, pelos paulistas e pelo poeta francês Blaise Cendrars.[31]

O segundo e mais intrigante, diz respeito a uma genealogia do patrimônio, encontrada entre os defensores históricos de Ouro Preto: Afonso Arinos, Diogo de Vasconcelos e Cesário Alvim e seus descendentes diretos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Sylvio de Vasconcelos e Afonso Arinos (o autor do *Roteiro*).

Rodrigo e Sylvio são, respectivamente, diretor e representante regional do SPHAN em Minas e durante cerca de 30 anos são responsáveis pela execução das políticas de preservação nacional e estadual. A preferência por Ouro Preto é clara no planejamento e execução de obras. Afonso Arinos, como já dissemos, seria membro de seu conselho consultivo por mais de 50 anos e um importante defensor das causas mineiras.

No caso da atuação do Serviço de Patrimônio em Minas, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sylvio de Vasconcellos são os dois nomes mais importantes. Em primeiro lugar pelo longo tempo em que estiveram à frente do Serviço e em segundo pela já mencionada genealogia familiar no que tange ao interesse e compromisso com a preservação do legado histórico e arquitetônico do estado e mais especificamente de Ouro Preto.

[31] Sobre a viagem de 1924, ver: Amaral,1997.

Bibliografia:

AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os Modernistas*. São Paulo: Editora 34, 1997.

AMOROSO LIMA, Alceu. *Voz de Minas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ANDRADE, Carlos Drummond & ANDRADE, Mário. *A Lição do Amigo: Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade.* Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1982.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: editora Brasiliense, 1990.

BANDEIRA DE MELLO, Ciro Flávio. A noiva do trabalho: Uma capital para a República. Indutar, Eliana. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Com Arte, 1996.

BAUDRILLARD, Jean. *Para uma economia política do signo*. Lisboa: Martins Fontes, 1972.

BOMENY, Helena. *Os Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: A nação em busca de seus portadores sociais.* Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

BRASILEIRO, Vanessa B. Sylvio de Vasconcellos: um arquiteto para além da forma. Tese de doutorado, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2008.

CARVALHO, J. M. Ouro, Terra e Ferro. Vozes de Minas. In: GOMES, A.C. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CAVALCANTI, B. *Passaporte para o Futuro: Afonso Arinos de Melo Franco, Um ensaísta na República*. Rio de Janeiro, Vieira e Lent, 2006.

DIAS, Fernando C. *O Movimento Modernista em Minas: Uma interpretação Sociológica*. Brasília, Ebrasa, 1971.

DIMAS, A. *Bilac, o Jornalista: Crônicas- Vol.1*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora da Universidade de São Paulo/Editora da Unicamp, 2006.

_____. *Bilac, o Jornalista: Ensaios.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora da Universidade de São Paulo/Editora da Unicamp, 2006.

DPHAN. *A Lição de Rodrigo*, Recife, 1969

DULCI, Otávio Soares. "As Elites Mineiras e a Conciliação: a Mineiridade como ideologia".

Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez, 1984.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Roteiro Lírico de Ouro Preto.* Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

_____. *Um estadista na República.* Rio de Janeiro, José Olimpio, 1956.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio...Os Intelectuais cariocas e o modernismo. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993, 62-77.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura - IPHAN, 2002.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MAGALHÃES JR, Raymundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974.

MARTINS, Wilson. A crítica modernista. In: COUTINHO, *A Literatura no Brasil*. Vol. 5. São Paulo: Global, 1986, apud REIS, Vera Lúcia dos Reis. *O Perfeito escriba: Política e letras em Alceu Amoroso Lima*. São Paulo, Annablume, 1998, p. 114.

MARTINS. Amilcar. *O Segredo de Minas. A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MENEGUELLO, Caion. *Ouro Preto: a Construção de uma cidade histórica*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2007.

MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: Um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 20.

_____. Repensando a tradição. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v.7, n.38, dez.,1987, citado por GONÇALVES, p.41.

_____. *A questão nacional na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

POMIAN, Krzystof. "Coleção". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da

Moeda, 1984.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, 1991.

REIS, Vera Lúcia dos Reis. *O Perfeito escriba: Política e letras em Alceu Amoroso Lima*. São Paulo, Annablume, 1998.

SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS. Mariza Velozo. Nasce a Academia SPHAN. IN: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº24, 1996.

WIRTH, John D. O *Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro*: *turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VISCARDI, C. *O teatro das Oligarquias: Uma Revisão da "Política do café com Leite"*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.

_____ A capital controversa. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM/Roxia. V. XLIII, p.28-41, 2007

Isaías Alves através de seu arquivo pessoal: possibilidades de leitura

Ana Cristina Santos Matos Rocha [1]

Resumo:
Isaías Alves (1888-1968) foi um educador baiano que teve papel central na fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia, que hoje integra a UFBA. Em 1972, a documentação que constituía seu acervo pessoal foi entregue a esta Instituição. Os doadores do acervo previram que, em comemoração aos 30 anos da Faculdade, fosse criada uma "Sala Isaías Alves", em homenagem ao seu fundador, além da realização de um trabalho sobre a Instituição. Este artigo pretende explorar as características deste arquivo, que é central na pesquisa que desenvolvo sobre Alves, bem como o processo de reorganização do acervo, que teve início em 2005.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais, Faculdade de Filosofia da Bahia, história da Bahia, história do Brasil, Isaías Alves, testes de inteligência

Abstract:
Isaias Alves (1888-1968) was an educator from Bahia who played a central role in the founding of the Faculty of Philosophy of Bahia, which today is part of the UFBA. In 1972, his papers were given to this Institution. The donors stipulated that, to celebrate the 30th anniversary of the School, they would create an "Isaías Alves room", in honor of his former professor, besides conducting a study about the institution. This communication aims to explore the characteristics of this archive, which is a central in the research that I develop about him, and the reorganization of the archive, which began in 2005.

[1] Mestranda do programa de pós-graduação em história, política e bens culturais do CPDOC/FGV e bolsista Faperj. anasmrocha@yahoo.com.br.

Na década de 1970, a produção historiográfica passou por uma renovação no sentido de desviar o foco das estruturas para investigar as práticas culturais e resgatar a história política, valorizando o indivíduo como agente histórico. Neste período, os arquivos pessoais passaram a ser valorizados enquanto fonte para pesquisa histórica. A discussão sobre as implicações metodológicas do trabalho com fontes dessa natureza gerou um debate que perpassava questões sobre a legitimidade destas e de seus usos.

Atualmente, busca-se desconstruir a naturalidade com que são encaradas as fontes arquivísticas e ressalta-se o "fato dos arquivos serem constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições" (CUNHA, 2004: 293). Assim, torna-se objeto de análise as condições de produção desses fontes e o modo como elas interferem nas pesquisas posteriormente desenvolvidas. É neste momento que entram em cena os "regimes de poder" que valorizam determinados acervos tornando-os relevantes para a memória histórica, cabendo portanto, a reflexão de "quando e por meio de que operações tais marcas do passado deixam de ser atos pessoais e se tornam fatos sociais" (CUNHA, 2004: 295).

Dentro dessa nova abordagem temos, por exemplo, a leitura dos arquivos pessoais como um tipo de testemunho, em que o indivíduo escolhe, através da acumulação documental, uma versão de sua própria história. É o caso da análise de Fábio Bertonha (2007) sobre o arquivo de Plínio Salgado, onde o autor procura perceber, a partir da documentação, a imagem que ele tentou construir de si mesmo. Segundo Bertonha (2007: 04), a construção de seu arquivo parece ter sido uma "tentativa de acertar as contas com o passado e construir a memória com que ele gostaria de ser lembrado". Neste caso, é possível perceber um esforço de Plínio Salgado em tornar evidente sua importância na história política brasileira.

Grande parte da pesquisa que desenvolvo sobre a relação entre Isaías Alves e o uso de testes de inteligência nas escolas tem como base seu arquivo pessoal. Além disso, este trabalho foi influenciado pelo processo de organização dessa documentação, do qual participei. Neste sentido, acredito que seja relevante o debate sobre a relação entre arquivo pessoal e pesquisa histórica nesse estudo. Parte deste artigo foca nas implicações de uma organização documental onde o usuário e pesquisador são a mesma pessoa, de forma que muitos princípios arquivísticos foram ignorados durante esse processo.

Sobre Isaías Alves

Antes de explorar as características deste arquivo, parece necessário apresentar brevemente a trajetória de seu titular. Isaías Alves nasceu em 1888, em Santo Antônio de Jesus, cidade do interior da Bahia. Formou-se em direito em 1910, mas sua vida profissional direcionou-se para a área da educação. Atuou como professor do Ginásio do Ipiranga e no Ginásio da Bahia e, em 1926, publicou seu primeiro livro, Teste Individual de Inteligência. O livro de Alves defendia a utilidade de testes de inteligência para organizar as classes escolares de uma forma mais homogênea. O critério a ser utilizado, além da idade, seria o QI

(quociente de inteligência). A partir do índice, obtido através dos testes, as crianças seriam agrupadas de acordo com o seu potencial de aprendizagem.

Alves especializou-se nesse assunto no Teacher's College de Columbia, Nova Iorque, em 1931, recebendo o título de Master of Arts and Instructor in Psychology. Neste mesmo ano, foi nomeado Diretor Geral de Instrução na Bahia e membro do Conselho Nacional de Educação (onde permaneceu até 1958).

A partir desta especialização, Isaías Alves desenvolveu o trabalho com testes de inteligência e publicou seu segundo livro sobre o assunto, Os testes e a reorganização escolar. Neste livro, Alves apresentou alguns dos resultados das experiências que havia realizado no Ginásio do Ipiranga, colégio que adquiriu em 1911. Ele também atuou como subdiretor técnico da Instrução Pública Federal e foi chefe do Serviço de Testes e Escalas do Distrito Federal, onde trabalhou ao lado de Anísio Teixeira[2]. Em 1934, passou a atuar como assistente técnico do Departamento Nacional de Educação e em 1938, foi nomeado secretário de Educação e Saúde da Bahia, mesmo ano em que seu irmão, Landulfo Alves, assumiu a interventoria do Estado.

Em 1941, ainda na Secretaria, Isaías Alves, junto com outros professores e intelectuais baianos, fundou a Faculdade de Filosofia da Bahia. Em 1942, ano em que a Faculdade começou a funcionar efetivamente, Isaías Alves deixou o cargo de secretário e passou a atuar exclusivamente nesta instituição, que dirigiu e onde ministrou aulas. Foi na Faculdade de Filosofia da Bahia que, aos 70 anos, Alves encerrou suas atividades profissionais.

A fundação desta Faculdade atendia à necessidade de uma formação mais específica para os professores do ensino secundário. Segundo Dias (2008: 250), Alves esperava que essa orientação "propiciaria a formação de uma 'consciência profissional' própria, mas que deveria ter o mesmo prestígio social de outras categorias profissionais liberais, como os médicos, advogados e engenheiros, por exemplo".

Um momento a se lembrar: a Fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia

No arquivo de Alves, uma das subséries mais significativas é sobre a Faculdade de Filosofia. O titular reuniu notícias de jornais, discursos e cópias das cartas que enviou com pedidos de doações para a fundação da faculdade. O volume de documentos pode ser explicado não só pelo tempo que o titular se dedicou ao ensino nesta instituição, mas

[2] Anísio Teixeira foi um dos principais expoentes do movimento educacional conhecido com Escola Nova. Baiano, nascido em Caetité e filho de um dos chefes políticos do sertão, o médico Diocleciano Pires Teixeira. Formou-se em direito e dedicou sua vida às causas educacionais. Como diretor de instrução, foi responsável por reformas no ensino da Bahia (1927) e do Rio de Janeiro (1931). Dentre outras realizações, podemos apontar a fundação da Universidade do Distrito Federal (1935), incorporada posteriormente à Universidade do Brasil.

também pela importância que a faculdade adquiriu em sua trajetória. Segundo Bertonha (2007: 5), as memórias de algumas pessoas se organizam em torno de um "tempo referencial, aquele em que a pessoa vive seu momento chave, especial e a partir do qual todas as suas experiências posteriores são comparadas e avaliadas". No caso de Isaías Alves, é possível apontar a fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia como seu "tempo referencial".

Este fato parece, para ele, ter sido o coroamento de sua trajetória, o que foi bastante explorado em homenagens recebidas por Alves. Em setembro de 1958, aos 70 anos, quando foi compulsoriamente aposentado por alcançar a idade limite no serviço público, Alves recebeu a primeira "Medalha Universitária da Bahia" concedida pela Universidade da Bahia. No discurso de homenagem, Thales de Azevedo[3] nos remete ao congresso de estudantes em 1909, em que Alves defendeu a criação de Universidades, para ressaltar que sua preocupação com o ensino superior vinha de longa data. O mesmo pioneirismo é lembrado por Hermano Gouveia Neto ao afirmar que Alves foi "o primeiro educador a falar da necessidade de se criar uma Faculdade de Educação" e que dentre suas realizações pode-se citar a "fundação da nossa primeira Faculdade de Filosofia"[4].

A partir dessas referências, é possível compreender que no seu currículo, entendido como uma "autobiografia resumida", nas palavras de Arthières (1998: 13), Alves não tenha incluído sua data de formação em Direito, mas o fato de ter sido representante da Faculdade de Direito da Bahia no I Congresso de Estudantes em São Paulo (1909), em que apresenta a tese em favor da criação de universidades no Brasil. Este tema também foi defendido por ele numa série de oito artigos publicados no Diário de Notícias neste mesmo ano (DIAS, 2008: 244). É também significativo que Alves tenha escolhido justamente os artigos que publicou entre 1906 e 1918, no jornal O Palladio e no Diário de Notícias, para serem datilografados em um dos cadernos que compõem o acervo. Em geral, os cadernos contém originais de jornais recortados e colados nas páginas, reunidos por um mesmo assunto. No caso desse caderno, Alves reuniu e datilografou artigos onde ele versava sobre a educação brasileira e a necessidade de criar universidades. Ao final de um deles encontra-se uma observação escrita com sua caligrafia: "Este artigo foi meu, fazendo esforço por ocultar-me para melhor ser ouvido. Nada valeu."[5] Este trecho, que parece prenunciar a derrota de Alves, ganha outro sentido quando confrontada com sua trajetória, pois reforça a ideia de que a criação da Faculdade de Filosofia era um projeto antigo e que esta conquista foi fruto de longos anos de dedicação.

Vale ressaltar que, apesar do pioneirismo atribuído a Isaías Alves, a fundação da Faculdade de Filosofia foi também fruto de um esforço conjunto de professores, cuja

[3] "O primeiro a receber a Medalha Universitária". A Tarde, 01/09/1958. APIA: Série Jornais, Subsérie Avulsos.

[4] "Isaías Alves, um renovador da educação". A Tarde, 28/08/1979. APIA: Série Jornais, Subsérie Avulsos.

[5] Transcrição do artigo "Idéia Nobre" publicado no jornal O Palladio em 09/01/1907. Arquivo Pessoal de Isaías Alves (doravante APIA).

participação não pode ser aqui subestimada. Para criação da Faculdade, Alves recebeu doações da Liga de Educação Cívica da Bahia que formou a junta mantenedora da Faculdade (DIAS, 2008: 247). Contou também com o apoio de outros 39 professores, convidados por ele a integrar o corpo docente da Faculdade, e que estiveram presentes na primeira reunião em novembro de 1941 como, por exemplo, Thales de Azevedo.[6] Não é possível negar, entretanto, que a figura de Alves foi associada ao protagonismo na fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB), até porque foi ele que liderou a retomada das atividades da Liga, em cuja assembleia extraordinária, no dia 16 de abril de 1941, foi deliberada a fundação da FFB (DIAS, 2008, 247).

Parece ter sido por conta dessa memória, portanto, que a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (doravante FFCH) da Universidade Federal da Bahia recebeu, em 1972, a documentação que constituía o seu acervo pessoal. A ata de doação, assinada por Fernando da Rocha Peres, Helena Sampaio Cruz e Maria Izabel de Pinho e Souza durante a gestão de Joaquim Batista Neves, previa que, em comemoração aos 30 anos da Faculdade, fosse criada uma "Sala Isaías Alves", em homenagem ao seu professor fundador, além da realização de um trabalho sobre a Instituição.

Uma pesquisa mais aprofundada ainda precisa ser realizada para estabelecer a ligação entre os doadores do acervo e o titular. Sabe-se que Fernando da Rocha Peres é escritor e, assim como Alves, membro da Academia de Letras da Bahia. Helena Sampaio Cruz foi bibliotecária da UFBA e filha do professor Philomeno Cruz, que ensinou Desenho Geométrico no Ginásio da Bahia, onde Isaías Alves também foi professor. Sobre Maria Izabel de Pinho e Souza ainda não possuímos mais informações. Essa lacuna impede que a doação do arquivo por estes indivíduos seja corretamente dimensionada.

A doação do arquivo como valorização de uma memória

Como já foi dito, a trajetória de Alves enquanto homem público, apesar de permeada por outras instâncias de interesses, a exemplo dos testes de inteligência por ele defendidos entre os anos de 1920 e 1930, é rememorada a partir da fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia. Assim, a criação da faculdade foi considerada por ele e por seus amigos como seu legado, pela grande importância do fato em sua vida e também porque mudou as perspectivas de formação profissional dos professores baianos. Por isso, podemos entender a doação de seu arquivo como parte de um investimento na memória do titular. Heymann nos alerta que

> Não se deve perder de vista que os investimentos na memória – projetos institucionais, comemorações, homenagens – visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro, sejam eles os próprios titulares ou não, estando em jogo não apenas as condições que permitem criar uma

[6] Pasta sobre Isaías Alves. Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

> instituição de memória, mas também as estratégias de valorização e comemoração que, continuamente, tomam os arquivos como objeto. (HEYMANN, 2009: 75)

Ao discutir a noção de legado, Heymann (2005: 2) ressalta o processo de valorização de uma memória individual que a torna exemplar ou fundadora. Nesse processo de "produção de um legado", é importante que a instituição que recebe o arquivo expresse e ressalte a importância dele, evitando que essa memória seja esquecida. Por isso, a escolha da instituição contemplada com a doação não deve ser ignorada nesse processo de valorização.

O arquivo de Alves poderia ter sido doado à Academia Baiana de Letras, onde Alves ocupou a cadeira n° 32. Esta instituição possui um arquivo em que é possível encontrar informações sobre os acadêmicos, além de consultar os livros publicados por seus membros. O volume de documentos é bastante variável, enquanto Thales de Azevedo possui diversas pastas bastante volumosas, encontramos apenas uma pequena pasta sobre Isaías Alves, que pouco nos revela sobre sua atuação na Academia. É possível inferir, entretanto, que Alves não teve significativo destaque nesta instituição.

A Faculdade de Filosofia, ao contrário, está associada à sua imagem como professor fundador. É também sobre ela que parte dos documentos trata, como já foi apontado anteriormente. A doação torna-se então um "investimento social na memória", que se materializa na doação de seu acervo pessoal à própria instituição fundada por ele.

Ainda que não possamos afirmar que o trabalho sobre a FFCH foi efetivamente elaborado, isto não significa dizer que esse investimento não foi eficiente. É verdade que, atualmente, a FFCH está associada à imagem de Isaías Alves muito superficialmente. Dificilmente um aluno do campus saberá dizer quem foi Alves e tampouco notará que foi este o nome dado à biblioteca. Este era o meu caso antes de ter entrado em contato com seu arquivo pessoal.

Entretanto, as pesquisas acadêmicas que tem como foco o ensino superior na Bahia apontam a centralidade de Isaías Alves nesse processo e se fundamentam nos documentos presentes em seu arquivo. Ao analisar a profissionalização do professor de matemática na Bahia, Dias (2008) explora os esforços de Alves para a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia de onde saíram os primeiros licenciados na matéria. Acompanha a mesma abordagem o trabalho de Bertani (2008) intitulado "A profissionalização do professor de matemática e a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia: contribuições e controvérsias de Isaías Alves". O trabalho de Alba Mello (2005) sobre "Isaías Alves e a educação na Bahia", que aponta a importância de Alves na formação dos professores baianos, também utiliza fontes de seu arquivo pessoal. Dessa forma, a doação de seu acervo pessoal possibilitou que sua atuação fosse lembrada, ainda que apenas através dessas pesquisas.

O trabalho de reorganização do acervo: algumas possibilidades de pesquisa

O trabalho no acervo começou em 2005, quando o professor Antonio Negro reuniu um grupo de alunos dispostos a participar da organização dos documentos doados, que estavam no arquivo da FFCH, junto com outros documentos administrativos da Instituição. A ideia inicial era, através do contato direto com a documentação, incentivar os alunos a desenvolverem pesquisas relacionadas a ela.

Os documentos foram inicialmente organizados por tipo: jornais, cartas, relatórios, entre outros, e depois separados por temas e subtemas relacionados à trajetória do autor. Quando iniciei o contato com a documentação, acredito que parte mais difícil do trabalho já havia sido feita, que era a de reunir o acervo e organizá-lo de uma forma lógica em séries e subséries. Vale ressaltar que a organização não partiu de conceitos arquivísticos básicos, como o princípio da proveniência ou ideia de respeito aos fundos. O principal objetivo foi possibilitar o acesso à documentação, antes dispersa pelo arquivo da FFCH.

A consulta ao arquivo abre grandes possibilidades de pesquisa, a exemplo dos documentos da Subsérie Secretaria de Educação e Saúde da Série Educador. Esta subsérie possui relatórios escolares enviados à Secretaria, que revelam a distância entre o discurso educacional progressista (percebido durante toda a leitura da documentação) e a prática educacional, que encontra como principais dificuldades a falta de estrutura e de recursos financeiros. Apesar de serem escritos em clima de otimismo, é possível perceber problemas recorrentes como a falta de mobiliário escolar, quase sempre improvisados ou insuficientes para o número de alunos nas escolas.

Na série Documentos Pessoais, é possível encontrar cadernos de anotações, endereços, convites, e tem como principal destaque a subsérie Diários e Cadernetas, onde encontramos uma série de cadernos em que o titular registrava sua impressão sobre diferentes momentos da vida política nacional, ao mesmo tempo em que descrevia aspectos do seu cotidiano. Um dos alunos do projeto, Simão Tannous desenvolveu uma pesquisa intitulada Um Baiano Observa a História: Isaías Alves e o Governo João Goulart (1963-1964) que tem como ponto de partida as páginas de algumas dessas cadernetas.[7] É interessante notar que as cadernetas também possuíam recortes de notícias de jornais a partir dos quais Alves baseava suas reflexões, o que possibilitava uma confrontação mais direta entre a notícia veiculada e as impressões do autor.

A Subsérie Produção Intelectual, da Série Estudos, possui tanto discursos e artigos produzidos por Isaías Alves quanto artigos de outros autores, a exemplo do Boletim da Associação Baiana de Educação de 1932. Esta subsérie é importante, porque insere o discurso de Isaías Alves sobre os problemas relacionados à educação num discurso mais amplo sobre reforma educacional, que se desenvolvia no mesmo período. Esses artigos discutem principalmente a responsabilidade pública na condução dos assuntos educacionais

[7] Atualmente, Tannous ampliou o tema de sua pesquisa e analisa a imprensa baiana na conjuntura do governo presidencialista de João Goulart.

e as medidas que foram efetivamente tomadas para resolver os problemas da educação.

Somado aos artigos, o acervo possui inúmeros recortes de jornais relacionados à educação nacional e baiana que complementam a discussão. Dentro da Série "Jornais", a Subsérie "Educação", reúne grande parte das notícias acerca dos testes de inteligência, que é objeto de minha pesquisa. Os jornais demonstraram tanto a recepção dos livros de Isaías Alves sobre o assunto, quanto a ideia de separar os alunos a partir de sua idade mental. Estas tentativas de inovação justificavam-se porque a aplicação de métodos científicos para melhorar a educação dava um caráter menos empirista à prática pedagógica. O desejo de associar ciência e educação fica claro após a leitura desses jornais. É também lá que encontramos as principais críticas feitas aos testes de inteligência, que questionam desde o conceito de inteligência até a possibilidade de medi-la. O contato com a documentação permitiu apontar os testes de inteligência como foco de interesse e, ao elaborarmos um projeto de iniciação científica, eu assumi a responsabilidade de continuar o trabalho de organização do arquivo.

À primeira vista, para um pesquisador, podemos apontar dois benefícios relacionados ao acesso a um arquivo ainda em organização. O primeiro é a ausência de filtros burocráticos: não é preciso preencher fichas, pedir autorização, marcar hora ou contar com a boa vontade daqueles que nos permitem o acesso à informação. O segundo é a possibilidade de consultar documentos ainda pouco explorados, que pode nos trazer novas perspectivas de pesquisa. Foram esses fatores que me incentivaram a desenvolver o trabalho de organização do arquivo. Em contrapartida, desenvolver uma estudo em documentos não catalogados dificulta o trabalho do pesquisador que, imerso nos papéis, não consegue elaborar uma lógica eficiente de pesquisa, uma vez que não sabe o que vai encontrar durante o trabalho.

A consulta em outros arquivos também se mostrou essencial para compreender o caráter fragmentário de seu acervo. Um bom exemplo é o manuscrito intitulado Dois mestiços de gênio, que em linguagem rebuscada fala primeiro sobre André Rebouças[8] e depois sobre Theodoro Sampaio[9]. Esse texto, aparentemente não publicado, prenhe de anotações à margem ou metatextos, apontava para um possível cruzamento com as concepções raciais que encontramos nas entrelinhas dos testes de inteligência. Os resultados estatísticos dos testes demonstravam uma superioridade branca nos índices de inteligência. Pesquisando no arquivo da Academia de Letras, foi possível perceber que o manuscrito era apenas um esboço de seu discurso de posse da cadeira n° 32, publicado por esta instituição, cujo patrono era André Rebouças e o ocupante anterior era Theodoro Sampaio.

[8] André Rebouças nasceu em Cachoeira, no recôncavo baiano, em 1938. Em 1846 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se tornou engenheiro militar. Rebouças foi militante da causa abolicionista junto com Joaquim Nabuco, com quem trocava correspondências. Monarquista e amigo de Pedro II, exilou-se em Portugal após a proclamação da independência.

[9] Theodoro Sampaio nasceu em 1855 na Bahia, no município que hoje tem o seu nome, Formou-se em engenharia em 1877 e foi desenhista do Museu Nacional. Foi também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1894, e membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Além da Academia de Letras, o trabalho no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) é essencial para compreender seu trabalho na Secretaria de Educação e Saúde. A presença de documentos desta pasta em seu arquivo pessoal, também nos remete a discussão entre a difícil fronteira entre os documentos públicos e os que o titular manteve em seu poder e que hoje se encontram em seu arquivo pessoal.

Os relatórios de ensino, enviados pelos diretores de escolas públicas à Isaías Alves, são um bom exemplo. Esses relatórios abordam os problemas estruturais das escolas, assim como o cumprimento dos parâmetros exigidos pela secretaria (que seguia as diretrizes do Estado Novo) como as comemorações cívicas: festas no dia da bandeira, da raça ou do aniversário do então presidente Getúlio Vargas. Esses relatórios podem ser encontrados tanto no seu arquivo pessoal quando no Arquivo do Estado (APEB). Não foi possível, entretanto, compreender os critérios utilizados pelo titular para manter esses relatórios em seu poder.

As questões públicas no universo particular dos arquivos pessoais

Ao analisar o arquivo pessoal de Ruth Landes, Cunha (2004: 297) aborda a dificuldade em delimitar a fronteira entre o profissional e o pessoal em seus documentos. As correspondências trocadas entre Landulfo Alves e Isaías Alves é um bom exemplo de como essa dificuldade é comum nos arquivos pessoais. Classificada como parte da subsérie de Correspondências Familiares, as cartas enviadas por Landulfo a Isaías exploram frequentemente o cenário político baiano. Numa delas, Landulfo comenta a candidatura de Góis Calmon ao governo da Bahia declarando que "tudo leva a crer que o caso não precisa de eleição. O homem já está eleito pelo Catete e é tudo o que se precisa."[10] De fato, Góis Calmon tomou posse em março de 1924 após intervenção do governo federal (SAMPAIO, 1998). Além de discutir questões políticas, as cartas também comentam aspectos da educação americana como no período em que Landulfo Alves especializava-se em agronomia no Agriculture and Mechanical College, Texas (1914).

Por outro lado, são inúmeras as cartas que se concentram em assuntos familiares como a doença da mãe e a situação financeira de ambos. Numa delas, Landulfo escreve de Londres, em 1921, explicando que seu dinheiro para se manter no país acabaria em novembro e necessita de ajuda para conseguir o restante, declara ainda que "para satisfazer o preconceito do povo voltando em dezembro eu terei passado na Europa o tempo suficiente a fazer jus aos muito especiais que atribuem a quem esteve aqui"[11]. Essas cartas mostram um outro lado da relação entre os irmãos, que ainda não haviam alcançado postos significativos na esfera pública.

Se o exame de seu arquivo demonstra como o público e o privado se misturam com

[10] APIA: Série documentos familiares, Subsérie correspondências familiares. Data: 27/12/1923.
[11] APIA: Série documentos familiares, Subsérie correspondências familiares. Data: 30/08/1921 (grifos do autor)

facilidade, as particularidades de sua biblioteca pessoal podem ter se perdido quando esta foi doada por ele à Faculdade. Seus livros foram incorporados ao acervo da instituição, o que impossibilita delinear claramente sua trajetória de leitura. O mesmo não aconteceu com Anísio Teixeira, que teve sua biblioteca doada ao centro de memória da UFBA, onde é possível perceber parte das influências intelectuais que o autor recebeu. É interessante observar que muitos livros presentes na biblioteca de Anísio Teixeira foram lidos e citados por Alves em seus trabalhos, a exemplo de The Intelligence of School Children (TERMAN, 1919). Essas relações contribuem para entender o cenário intelectual da época, uma vez que ambos eram contemporâneos e que certos livros eram frequentemente discutidos pelos educadores, interessados em participar das mudanças da política educacional do Brasil.

A leitura desses exemplares também esclarece os apontamentos avulsos que poderiam ser encarados como "lixo histórico" na definição de Heymann (1997: 51). Segundo a autora, é comum que a organização da documentação priorize determinados materiais considerados importantes para compreender a trajetória de seu titular e organize outros em classificações gerais, que desestimulam a consulta a esses documentos. Dessa forma, a documentação de seu arquivo parece encontrar uma dimensão mais específica e se torna expressiva, principalmente através dessa confrontação entre arquivo pessoal e outros arquivos.

Acumulação e seleção de documentos

Nos trabalhos sobre arquivos pessoais é possível que os pesquisadores, a partir de um levantamento sobre as condições de produção e doação do arquivo, associem a acumulação a uma intenção autobiográfica, como no caso de Priscila Fraiz (1998), que analisou o arquivo de Gustavo Capanema. Ao examinar o acervo, Fraiz pode perceber uma lógica de organização anterior à doação, realizada pelo próprio titular, além de encontrar fragmentos autobiográficos que reforçam sua tese. A partir desta constatação, a lógica inicial de acumulação e de organização da documentação foi redimensionada, assim como deve ser a leitura dos documentos do próprio arquivo.

Não é possível indicar que se Isaías Alves pretendia escrever sua autobiografia, mas percebemos que o titular usou parte da documentação para escrever Matas do sertão de Baixo, livro em que fala do recôncavo baiano e traça sua genealogia. Alves deixou no acervo uma série de cadernos manuscritos (como já dito anteriormente) e um deles contém esboços deste livro. Além disso, é possível encontrar dados estatísticos sobre Santo Amaro (cidade do recôncavo), que também parecem ter sido usados para a escrita do livro.

É possível identificar também uma lógica de acumulação pela quantidade de cadernos e recortes organizados, bem como das inúmeras anotações em lápis vermelho que destacam os assuntos em foco nos recortes de jornais reunidos. Nas atas do Conselho Nacional de Educação (do qual Isaías Alves foi membro), publicadas no Diário Oficial, as anotações e grifos ressaltam justamente as falas do titular durante as discussões. Outros

números do Diário Oficial, em que foram publicadas suas nomeações para cargos públicos, também são circulados ou destacados por com lápis vermelho. Este procedimento facilita, mas também direciona o trabalho de pesquisa. Nesses jornais, com artigos postos em relevo pelas marcações, também encontramos outros textos que interessam a um trabalho que versa sobre educação, como editais para seleção de professores, por exemplo.

A discussão sobre arquivos pessoais nos chama a atenção para as diversas instâncias de organização e acumulação dos documentos que os constituem. O resultado dessa reunião de documentos é sempre fruto de uma construção coletiva que envolve tanto o titular quanto seus familiares, amigos e por vezes, seus funcionários. Uma das dimensões que apontam para a construção coletiva do arquivo de Alves são os recortes de jornais sobre ele, enviados por seus amigos, que possibilitaram o acompanhamento da repercussão da publicação de seus livros em outros estados. É o caso, por exemplo, do recorte da Folha do Norte, de Belém, em que Remígio Fernandez faz uma crítica ao livro Teste Individual de Inteligência. Neste artigo, Fernandez declara que

> Nos moldes da psicologia experimental, o educador não é mais um funcionário público nem um profissional de uma arte liberal. É um homem de ciência, um autêntico sacerdote da religião do ensino.[12]

Esses artigos permitiam que Alves acompanhasse a repercussão de seus trabalhos no país, além de informar sobre o desenvolvimento de novos trabalhos. Alguns desses jornais também eram colados dentro dos próprios livros de Alves. Em uma das edições de Os testes e a reorganização escolar (1930) analisada durante a pesquisa, encontra-se uma anotação na folha de rosto em caneta contendo: "Para uso e anotações para a segunda edição".[13] Além do livro conter anotações sobre o que deveria ser reelaborado, no seu interior encontra-se uma carta assinada por "Alcides Xavier Gouveia, assistente técnico do ensino em Minas". A carta sinalizava erros de cálculos do livro, demonstrados e explicados por Gouveia, que também forneceu indicações bibliográficas. Esta carta, assim como o recorte de jornal enviado por Remígio Fernandez, nos indica que Alves mantinha um diálogo com os educadores que também se colocavam a favor dos testes de inteligência

No período em que ele foi secretário de educação, esta acumulação parece ter ficado a cargo dos funcionários da secretaria, uma vez que os recortes de jornais deste período são classificados e colados em papel timbrado do "serviço de recortes" do gabinete do secretário. Este serviço parece ter ficado a cargo do setor de arquivo de seu gabinete.[14] Essa facilidade pode explicar a diferença significativa entre o volume da série "Secretaria de Educação e Saúde" e as outras séries do arquivo. Se fizermos uma comparação entre as séries, é possível apontar esta como uma das duas séries mais significativas, ao lado da série

[12] Folha do Norte (Belém). 21/01/1930.

[13] O livro foi encontrado na biblioteca da Fundação Clemente Mariani pela bibliotecária Graça, a quem agradeço por ter me informado da existência desta carta.

[14] Organograma da Secretaria de Educação e Saúde. Notação: 3952-57 Fundo: Secretaria de Educação. Seção: Republicano. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

sobre a Faculdade de Filosofia da Bahia.

De acordo com a ata de doação, que faz uma listagem geral dos documentos, é possível perceber que parte da documentação se perdeu durante esses anos. As atas da Liga de Educação Cívica, apesar de constarem na lista, nunca foram encontradas. O mesmo acontece com alguns dos cadernos que continham discursos escritos pelo titular. De fato, encontramos uma agenda de 1961 em que Alves registrou: "escreverei aqui memórias de 1941, quando fundamos a Faculdade de Filosofia da Bahia", entretanto, as páginas seguintes estão em branco. Em 1976 houve uma mudança da sede da Faculdade, que ficava no Terreiro de Jesus, para o atual campus de São Lázaro, o que implicou numa nova intervenção na disposição do acervo. As perdas documentais podem ser explicadas por esse mudança, mas é possível que parte desses papéis ainda estejam misturados aos documentos administrativos da FFCH.

Neste sentido, podemos nos questionar até que ponto a organização inicial que o autor deu aos seus documentos influencie a pesquisa histórica. As perdas documentais e a reordenação do acervo parecem ter deixado poucas pistas sobre a sua disposição original. Como o acervo foi doado à Faculdade e depositado em seu arquivo corrente, não podemos dizer que houve o filtro especializado do arquivista, que elabora temas chaves e pontos de acesso que remetem aos documentos em questão, mas o filtro do titular ou de seus familiares nos parece por vezes evidente.

Luís Henrique Tavares (2001: 424) mencionou o envolvimento de Alves no movimento integralista baiano. Procurei menções de sua participação em seu arquivo pessoal e encontrei apenas duas. A primeira é um recorte de jornal que anuncia a palestra de Alves "especialmente dedicada aos Plinianos e Blusas Verdes",[15] depois cancelada em virtude de uma palestra a ser ministrada por ele neste mesmo dia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A segunda é uma carta enviada por seu cunhado, André Lyrio, em 1938, que declara:

> Você foi integralista, mas com o Estado Novo, de 1º de novembro pra cá, certamente, conformou-se com a situação, mui especialmente ocupando cargo de elevado destaque no governo de seu mui querido irmão e nosso distincto amigo – Landupho Alves.[16]

A ausência de documentos sobre o integralismo dificulta um vasto estudo sobre esse aspecto de sua vida. Essa ausência, contudo, mais explica que decepciona. A escassez de fontes parece coincidir com o interesse de Alves, que se tornou um aliado do regime estadonovista. Vale lembrar que o decreto do Estado Novo, em 1937, teve o apoio dos integralistas, que esperavam ter um significativo espaço de atuação no novo regime. Ainda que apoiasse o golpe, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi incluída no decreto que

[15] "Ação Integralista Brasileira- Secretaria Provincial de Arregimentação feminina – Conf. do Prof. Isaías Alves." In: O Imparcial, 30/11/1937. APIA, Série Jornais, Subsérie Avulsos.
[16] APIA. Série Documentos Familiares; Subsérie Correspondência familiar.

determinava o fechamento de todos os partidos políticos. Em 1938, em reposta, os integralistas tentaram depor Vargas e a partir de então, passaram a ser perseguidos politicamente. Alves, apesar de integralista, conseguiu se manter neutro e assumir o cargo de secretário de educação, por indicação de seu irmão, Landulfo Alves. O silêncio de seu arquivo sobre sua militância política é útil portanto, para pensar que parte da trajetória do titular deveria ser esquecida (ou apagada) nessa seleção de documentos.

A carta de Lyrio segue alertando que os amigos de Alves que atuavam na política do interior baiano declaravam que sentiam-se protegidos, uma vez que eram integralistas assim como ele. A carta era portanto um aviso, para que ele tomasse cuidado e não fosse "visto no governo do Estado como um suspeito". Assim, para continuar na administração com tranquilidade era preciso que Isaías Alves reafirmasse seu compromisso com Vargas.

Em 1942, o jornal O Imparcial publicou uma entrevista com Alves em que ele declara os motivos de ter deixado de ser integralista. Segundo ele, o Partido Integralista havia perdido o seu fundamento desde que "O Estado Nacional, organizado sabiamente pelo presidente Getúlio Vargas, deu ao Brasil a solução de seus problemas políticos e econômicos"[17]. A declaração, concedida no período em que o Brasil declarou guerra ao Eixo, reforçava o vínculo entre Isaías Alves e o regime do Estado Novo, além de assegurar sua recusa de qualquer tipo de afinidade com a ideologia fascista.

É a partir deste quadro de contestação aos regimes fascistas, que se compreende a declaração de Alves de que seu "pensamento mostra-se de, longa data, contrário ao totalitarismo agressivo, anti-científico e anti-democrático das nações que os aliados hoje combatem".[18] Dessa forma, entendemos por que, os poucos fragmentos que encontramos, fazem parte de um conjunto mais amplo de fontes sobre outros aspectos da vida do titular. A carta de André Lyrio, por exemplo, encontra-se em meio às suas correspondências familiares, uma vez que eles eram cunhados.

Segundo Bertonha (2007: 06), mesmo no caso de integralistas famosos como Plínio Salgado, a associação entre o integralismo e as ideologias fascistas europeias, frequente nos anos 30, tornou-se inaceitável na "memória construída no pós 45". Assim, o autor identifica o apagamento dessa memória também no arquivo de Plínio Salgado, onde não foram encontrados documentos que remetessem ao contato entre integralistas e nazistas, por exemplo. O mesmo parece ter acontecido com o arquivo de Filinto Muller, onde Heymann (1997: 55) relata a decepção dos pesquisadores ao perceberem a ausência de documentos que remetessem a participação do titular no grupo germanófilo que atuava no governo Vargas.

Ainda que tenha se posicionado claramente a favor do Estado Novo, as acusações contra seu irmão, Landulfo Alves, afetaram sua posição na secretaria. Segundo Ferreira (2006: 81), Landulfo Alves tornou-se desafeto político de Franklin Lins de Albuquerque,

[17] O Imparcial. 15/11/1942.
[18] O Imparcial. 15/11/1942.

antigo "coronel" do sertão baiano, que iniciou contra ele uma "campanha em que o acusava de ser germanófilo e pró integralista". Ainda segundo a autora, essa campanha desgastou a imagem do então interventor, que foi substituído por Pinto Aleixo. Neste período, o presidente recebeu um telegrama que dizia:

> "Consoante mensagem dirigida ao futuro interventor, na persuasão mudança Governo Estado, assinada quasi unanimidade professores curso Normal, Secundário e Primário da Capital, contando mais de 400 assinaturas, apelamos alto espírito patriotismo e justiça, isenção política V. Ex., para conservação Dr. Isaías Alves Secretaria de Educação Estado, atendendo altos e inconfundíveis serviços jamais prestados Estado por qualquer outro administrador."[19]

Ainda que tenha realizado uma administração satisfatória na pasta da educação, e que isso tenha sido reconhecido pelos professores, os apelos não impediram, entretanto, o afastamento de Isaías Alves da secretaria. Assim, o fato de Alves ter se concentrado nas atividades da Faculdade de Filosofia, que começaram efetivamente em 1943, coincidiu com uma contingência histórica que foi seu afastamento da secretaria em decorrência das acusações de Franklin Lins de Albuquerque. Sem a informação de que Alves era filiado ao Partido Integralista e reconhecido como tal, não seria possível fazer essa associação, e a saída da secretaria parece ter acontecido exclusivamente em virtude da intensificação das atividades na Faculdade.

Evidenciando caminhos: os direcionamentos do arquivo

Outra implicação da seleção de documentos que são doados em um arquivo pessoal, é que uma farta documentação sobre determinado assunto não apenas facilita o trabalho do historiador, como direciona o foco. O interesse pela pesquisa que desenvolvo atualmente foi, em grande parte, despertado pela grande quantidade de recortes de jornais que reconstruíam um debate sobre a questão da inteligência nos anos de 1930. No arquivo, é possível encontrar um caderno que reúne parte desses recortes, dentre eles: O Globo (RJ), O imparcial (BA), Folha do Norte (PA), Diário de Notícias (RJ) e Estado de S. Paulo.

A leitura desses artigos mostrou que, desde a criação dos primeiros testes de inteligência pelo psicólogo francês Alfred Binet[20], em 1904, os psicólogos discutiam sobre a real possibilidade de mensurar a inteligência. Nos Estados Unidos, este debate ganhou novos

[19] Arquivo Nacional: Fundo da casa da presidência da república, código 35, seção SDE, lata 461.

[20] Alfred Binet teve um importante papel para a psicologia experimental. Foi diretor do laboratório de Psicologia da Sorbonne e fundador da revista L'Année Psychologique. Desenvolveu sua escala métrica de inteligência a pedido do governo francês com a ajuda de outro psicólogo: Theodore Simon. Seus estudos serviram de base para os testes de QI desenvolvidos posteriormente. Sobre a experiência de Binet ver: GOULD, Stephen Jay. The mismeasure of man. New York, Norton, 1993.

contornos a partir dos trabalhos de Terman[21] na Universidade de Stanford (Califórnia) e Thorndike[22] na Universidade de Columbia (Nova Iorque). Além de utilizar os testes na escolas americanas, ambos auxiliaram o governo americano na seleção de seus recrutas durante a Primeira Guerra Mundial. O ponto mais polêmico desses estudos era a associação estabelecida entre raça e quoeficiente de inteligência, onde negros e pobres obtinham os piores desempenhos.

No Brasil, a primeira publicação sobre o assunto foi Tests, de Medeiros e Albuquerque[23] em 1924. A partir desse ano, é possível encontrar diversas publicações e adaptações dos testes, principalmente dos americanos. O debate sobre a importância e utilidade dessas classificações para ajudar a racionalizar o sistema de ensino brasileiro encontrou aqui, mais adeptos que críticos. É possível mapear a tentativa de implantar o sistema de classificação por quoeficiente de inteligência em diversos estados como: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentro deste debate, se inserem as publicações de Alves sobre os testes e sua proposta de utilizá-los como ferramenta de seleção e organização escolar.

Somado aos recortes, era possível encontrar indicações de leitura sobre o assunto através das anotações e citações de Alves. Além disso, havia a possibilidade de acompanhar sua trajetória através da documentação presente no arquivo. Estudar a relação do titular com o trabalho desenvolvido sobre os testes pareceu, portanto, um caminho para discutir a relação entre intelectuais e educação durante os anos de 1930.

Considerações finais

Ao rememorar os tempos de organização do arquivo Gustavo Capanema, Bomeny e Costa (2009: 74) nos lembram que "os arquivos guardam as propostas vencedoras e também as que se perderam pela (ou na) história." A defesa de uma implantação em larga escala da ideia de classificar e organizar alunos a partir de seu quoeficiente de inteligência (QI) pode ser classificada como uma das propostas vencidas ao longo da história. Em contrapartida, explorar essa proposta, se apresenta como um ponto de partida para compreender

[21] Lewis Terman desenvolveu, em 1916, na Universidade de Stanford, uma adaptação da escala de Binet que ficou conhecida como Stanford-Binet. Sua adaptação foi utilizada na maior parte das escolas americanas e a publicação de seu primeiro livro sobre o assunto, The measurement of intelligence, influenciou os psicólogos e educadores brasileiros nos anos de 1920 e 1930.

[22] Edward Thorndike, psicólogo norte-americano, foi professor do Teacher's College e um dos pioneiros na psicologia educacional norte-americana. Dirigiu a Divisão de Psicologia educacional da Universidade e trabalhou com o governo dos EUA durante a I Guerra Mundial selecionando oficiais do exército. Sobre ele ver: WARDE, Mirian Jorge. "Estudantes Brasileiros no Teacher's College da Universidade de Columbia: do aprendizado da comparação.". Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema1/0114.pdf acessado em: 07/01/2010.

[23] MEDEIROS e Albuquerque, J. Test. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1924. O autor foi professor, jornalista e Secretário de Educação no Distrito Federal na virada do século XIX para o XIX.

dimensões mais amplas do pensamento educacional deste período.

Ler Alves em seu arquivo pessoal ajuda a pensá-lo em uma perspectiva mais ampla, em que seu esforço foi perpassado por relações sociais que lhe ajudaram a concretizar seus projetos. Assim, podemos entender que, ao mesmo tempo em que a criação de uma Faculdade de Filosofia fosse parte de suas aspirações pessoais, esta respondia à uma tendência nacional onde outras Faculdades de Filosofia e Letras eram criadas neste mesmo período.

A experiência na organização de um arquivo pessoal foi essencial para compreender o que nos alerta Giovani Levi (2001) sobre os "Usos da biografia". A reflexão sobre seu arquivo, enquanto objeto de pesquisa, tem se mostrado importante para evitar "modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas." (LEVI, 2001: 169). Dessa forma, por mais que o indivíduo possa, em uma retrospectiva, entender sua vida com base em um tempo referencial, que no caso de Alves parece ter sido a fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia, o contato com uma documentação extensa e variada tem nos mostrado como os caminhos tomados por Alves não seguiram uma ordem tão coerente quanto pode parecer à primeira vista ou como a documentação organizada sugere.

Já é lugar comum afirmar que o próprio historiador é em si, produtor dos documentos no momento em que os seleciona. A consequência dessa afirmação é encarar que "toda fonte é uma fonte 'inventada', assim como todo 'indivíduo histórico', no sentido em que falava Max Weber, é uma construção, um tipo ideal" (ROUSSO, 1996: 88). Assim, é parte do trabalho do historiador refletir sobre as instâncias de produção na qual ele se encontra diretamente envolvido. A intenção deste trabalho não foi, necessariamente, contestar o protagonismo de Isaías Alves na fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Bahia, mas refletir sobre a memória construída em torno desse acontecimento. Este esforço parece necessário para situar o trabalho que venho desenvolvendo sobre Isaías Alves através de seu arquivo pessoal.

Fontes

Jornais:

A Tarde, 01/09/1958.
A Tarde, 28/08/1979.
O Imparcial, 30/11/1937.
O Imparcial. 15/11/1942.
Folha do Norte (Belém). 21/01/1930.

Arquivo da Academia de letras da Bahia:

Pasta sobre Isaías Alves.

Arquivo Pessoal de Isaías Alves:
Série documentos familiares, Subsérie correspondências familiares

Arquivo Público do Estado da Bahia
Seção: Republicano. Fundo: Secretaria de Educação. Notação: 3952-57

Arquivo Nacional:
Fundo da casa da presidência da república, código 35, seção SDE, lata 461.

Bibliografia:

ALVES, Isaías. *Os testes e a reorganização escolar*. Bahia, A Nova Graphica, 1930.

_____. *Teste Individual de inteligência*. 3ª ed. (rev. e aum.) Rio de Janeiro, Typ. d'A Encadernadora, 1932.

_____. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Reper, 1967.

ARTIÈRES, Philippe. "Arquivar a própria vida". *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 11, n° 21, 1998.

BERTANI, Januária. "A profissionalização do professor de matemática e a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia: contribuições e controvérsias de Isaías Alves". Disponível em: http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/36107.doc. Acessado em 22/01/210

BERTONHA, João Fábio. "A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP)" *Patrimônio e Memória.* Assis, v.3, n°1, 2007. (P.5) Disponível em: http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v3.n1/joao_fabio_bertonha.pdfAcessado em: 13/11/2009

BOMENY, Helena e COSTA, Vanda Ribeiro. "Três sociólogos e um arquivo". In: Felipe Schwartzman et alli (orgs.). *O sociólogo e as políticas públicas*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. "Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo". *Mana*, Rio de janeiro, vol. 10, n° 2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=ptAcessado em: 12/01/2010.

DIAS, André Luis Mattedi. "Profissionalização dos professores de matemática na Bahia: as contribuições de Isaías Alves e Martha Dantas." Disponível em:

http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/641/623Acessado em: 22/01/2010.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. "O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial*." Revista de História Regional, 11 (1), Verão, 2006. Disponível em: http://www.eventos.uepg.br/ojs2_revistas/index.php?journal=rhr&page=article&op=viewFile&path[]=315&path[]=209Acessado em 14/01/2010.

FRAIZ, Priscila. "A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema." *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 11, n° 21, 1998.

GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York, Norton, 1993.

HEYMANN, Luciana. "Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller." *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 1, n° 19, 1997. Acessado em 12/01/2010.

_____. "De 'arquivo pessoal' a 'patrimônio nacional': reflexões acerca da produção de legados". Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf Acessado em: 12/01/2010

_____. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção do "legado" de Darcy Ribeiro.* (Tese de doutorado) Rio de Janeiro, IUPERJ, 2009.

LEVI, Giovani. "Usos da biografia" In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de janeiro, FGV, 2001.

MEDEIROS e Albuquerque, J. *Test*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1924.

MELLO, M. Alba. Guedes M. Isaias Alves de Almeida e a educação na Bahia. Revista FAEEBA, v. 14, p. 125-140, 2005.

Rousso, H. "O arquivo ou o indício de uma falta". ***Estudos Históricos***, Rio de Janeiro, vol. 1, n°17, 1996.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia.* Salvador, Edufba, 2001.

TERMAN, Lewis. *The intelligence of school children.* New York, Houghton Mifflin Company, 1919.

WARDE, Mirian Jorge. "Estudantes Brasileiros no Teacher's College da Universidade de Columbia: do aprendizado da comparação.". Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema1/0114.pdf acessado em: 07/01/2010.

Entrevista de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

Concedida a

Andrea Ribeiro; Mauro Amoroso [1]

Luciano Figueiredo, editor da Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN), historiador formado pela PUC-RJ e especialista em História do Brasil Colônia, atua na área de História desde o início da década de 1980. É professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Publicou, dentre outros, *Rebeliões no Brasil Colônia* (Jorge Zahar Editor, 2005) e *Barrocas Famílias - Vida Familiar em Minas Colonial* (HUCITEC, 1997). Além disso, é organizador da Coleção História de Bolso da Revista de História da Biblioteca Nacional.

[1] Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – CPDOC/ FGV.

Na entrevista à Revista Mosaico, Luciano Figueiredo fala sobre divulgação científica e o diálogo entre historiadores e jornalistas, a partir da sua experiência profissional.

***

Qual a importância da divulgação científica para a área de História e das ciências sociais no Brasil? Qual o balanço que você faz da sua experiência com a divulgação científica nesses últimos anos (desde 2003, com o trabalho na revista Nossa História) na Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN)?

Fazer girar mais rápido a roda da vida cultural, social e política. É isto que induz a difusão do conhecimento, em especial nessas disciplinas. História e ciências humanas têm um expressivo papel mobilizador junto aos indivíduos e grupos, uma vez que lidam com identidade, memória, participação e organização públicas, interação e confrontos, assim como condições de existência. São processos que tem uma linha direta com o debate nas universidades e centros de pesquisa e, por isso, difundir o que pensamos ali é alcançar interlocutores até então alheios, reformular conceitos cristalizados por aí, formar novos referenciais de consciência. Logo, cuidar da formação de um público. Desde aqui deve ficar claro o que chamamos de "divulgação científica" para não embaralharmos a discussão proposta por esta entrevista. Trata-se da apresentação de conhecimento acadêmico, acompanhada por especialistas da área, sob novas formas e suportes para um público ampliado. Sob esse recorte a experiência de uma revista de História como a nossa, destinada ao grande público, e algumas outras iniciativas recentes de difusão (exposições, sites, programas de rádio) feitas a partir da iniciativa da academia representam ainda muito pouco do que devemos e podemos – cientistas sociais - fazer. Quando o cenário envolve nossa área de estudo, prevalece o julgamento de Renato Janine Ribeiro[1] ao lembrar certa vez que o "compromisso das ciências humanas com a formação de um público não tem sido devidamente valorizado". Em nossa esfera de atuação temos procurado responder a isso, contando com múltiplos apoios e o entusiasmo, envolvimento e a confiança do Conselho

Editorial que acompanha de perto nosso trabalho editorial. A Revista é uma gigantesca vitrine do que se faz, pensa e ensina na área de História. Desde novembro de 2003, quando saiu o primeiro número mensal da *Nossa História*, cujo espírito continua na *RHBN,* até hoje se ofereceu uma incrível visibilidade sobre o pensamento da historiografia brasileira e sobre o Brasil. E a engrenagem girou: adensou alguns debates, renovou noções cristalizadas dos leitores, subsidiou o processo de ensino e tornou melhor delineada a figura pública do historiador. Mas por dentro essa vitrine tem circuitos que foram ativados, como as mudanças em nossa cultura profissional. Desacostumados a lidar com o leitor comum em larga escala, tem sido reconfortante o reconhecimento social alcançado quando autores publicam um artigo que pode ser facilmente lido por 20 mil pessoas em todos os estados brasileiros. Historiadores tem um compromisso social inato, são sensíveis às possibilidades asseguradas pelo grande alcance de seu trabalho. Assim, hoje a idéia de preparar um texto mais direto, com linguagem mais descompromissada, simplificado mas sem simplificação das idéias fundamentais, não é vista com a estranheza de outrora. E a abertura que a publicação na revista permite, como o diálogo com os leitores que comentam, criticam e reconhecem o valor da leitura, reforça isto. O conhecimento histórico está hoje democratizado como jamais se viu.

Como você avalia a relação de convivência entre historiadores e profissionais de outras áreas, como jornalismo, na produção de material para um público não-especializado? Qual a influência que isso pode ter na forma do historiador escrever?

É uma convivência carregada de tensões, mas necessária. Ela se desdobra em situações as mais diversas e aqui tratarei apenas do jornalismo autoral e impresso. Jornalistas habitualmente escrevem sobre história para o público não-especializado, embalados por um aguçado senso de oportunidade e gosto por episódios e personagens do passado. Publicam sem o fardo do respeito aos pressupostos teóricos e metodológicos da disciplina, apesar de freqüentarem os arquivos e bibliotecas e muitas vezes percorrerem a bibliografia sobre o tema. A história aparece narrada como ficção sem qualquer compromisso com a busca de compreensão das dinâmicas desta ou daquela época. Às vezes agradam o público – como acontece com Eduardo Bueno e Laurentino Gomes – e raro são os que não ferem princípios

que os historiadores julgamos importantes: elegem nuances que nem sempre tem qualquer representatividade, apelam ao pitoresco, além de cometerem anacronismos. É evidente que jornalistas não têm obrigação de dominar todos os métodos do ofício de historiador e o passado tampouco é exclusividade deste último. Mas vale que conheçam algumas questões elementares da disciplina. Da mesma forma os historiadores podem se beneficiar na troca. Bons textos jornalísticos mobilizam humor, valorizam informações capazes de provocar a sensibilidade do leitor, apreciam dramas individuais, quando o passado aparece em carne e osso; tudo isto diluído em uma boa, ritmada e irresistível narrativa. Na *Nossa História* e na *RHBN* o trabalho ombro a ombro entre jornalistas e historiadores foi e é decisivo, um privilégio que faz toda a diferença. Espírito de colaboração com um exercício diário de paciência mútua sempre resulta em boas saídas. Os jornalistas dominam como ninguém os sortilégios da boa forma de comunicar. Das técnicas que empregam – títulos, *leads*, organização do texto, etc - não se pode abrir mão quando estamos a nos dirigir para leitores leigos, especialmente se se trata de revistas vendidas em banca de jornal. Eles não apenas dominam as formas e técnicas de apresentar este tipo de texto, mas em um trabalho cooperativo pensam a disciplina de uma maneira aberta e criativa percebendo enfoques que nos escapam. Colaboram imensamente para enxergar e retratar a cultura ao redor da história, às vezes invisível para nós.

Em sua opinião, quais seriam as possíveis dificuldades que o grande público poderia ter em relação à forma como a produção historiográfica é veiculada atualmente, como livros e artigos acadêmicos? Além das revistas de divulgação, quais seriam outros meios para que essa produção tenha um maior alcance entre o público não-especializado?

O leitor não-especializado só a muito custo é capaz de atravessar o texto de um livro ou artigo publicado em revistas acadêmicas. Por razões bastante óbvias, desde a forma como as idéias são expostas, a pouca familiaridade com os debates, falta de domínio dos jargões e nenhuma paciência com o vai e vem dos rodapés. A vivência acadêmica exige aprofundamento do debate, tem uma linguagem própria, segura no valor dos conceitos, comprovação dos postulados através da exposição exaustiva e repetitiva de exemplos, no uso

de regras e métodos que exigem a qualificação desse ambiente. A própria organização do texto é pouco convidativa. Sem falar na velocidade, rápida dos meios de comunicação, lenta na produção acadêmica. Notemos que a disciplina à medida que se profissionalizou e tornou-se domínio de especialistas tendeu a produzir uma forma de exposição própria que passou a ser difundida, ensinada e emulada por aqueles que se preparam para a profissão. A linguagem foi se fechando, regrada e abdicando muitas vezes do estilo em nome da forma que se apresentava mais adequada a exposição objetiva dos argumentos para leitores que dominam previamente o assunto. O mesmo aconteceu com os espaços públicos de debate, que encolheram para as salas de aulas, congressos e publicações reunindo especialistas. Sobraram poucas condições para a fruição da leitura. Seria ótimo se os trabalhos acadêmicos saíssem prontos para consumo do grande público. Infelizmente eles são raros. Pagamos um preço pelo triunfo da profissão. Mas o casulo está arrebentando. Se estivermos abertos para formas diferenciadas de produzir discursos, as velhas e novas mídias oferecem alternativas formidáveis. Basta acompanhar os programas de história no rádio – como vem sendo feito na UFMG – e nos programas de TV (como o "De lá para cá", na TV Brasil) ou acompanhar alguns sites (dentre vários posso mencionar o "Café História") e blogs.

Qual é o atual perfil do leitor da Revista de História da Biblioteca Nacional? Como a Revista têm se adaptado às demandas desse leitor?

É um mistério. Ouvimos alguns suspiros quando leitores nos escrevem permitindo sua identificação profissional, sua região e faixa etária. Ou quando colegas professores mencionam a revista. Como ainda não fizemos uma pesquisa qualitativa é apenas seguro afirmar que muitos leitores são professores e pesquisadores da área. O que não chega a surpreender em vista da vitalidade da disciplina em que todos buscam atualização e material para aplicar no ensino em diferentes níveis. Outros são profissionais que batalham em museus, arquivos e casas de patrimônio. A Revista é um lugar de conforto para a leitura de especialistas e profissionais da área. Mas além de todo este público há uma camada cujo perfil somos capazes apenas de suspeitar: um vasto grupo que se interessa pelos temas da cultura histórica. É para eles que a revista se destina primordialmente e por isso nasceu sob o desafio de conquistá-lo. Estamos tateando a procura de maior aproximação, mas isto não é

nada fácil.

A experiência da Revista Nossa História, hoje Revista de História da Biblioteca Nacional, foi pioneira no Brasil e motivou uma série de outras iniciativas similares. Em outros países, como a Inglaterra, iniciativas desse tipo, de "popularização" da História são comuns. O caso da França já é diferente, há uma resistência a esse movimento. Você conhece outras experiências internacionais? Conhece outras publicações da América Latina? Como você avalia a experiência brasileira dentro desse quadro internacional?

Revistas acadêmicas são evidentemente necessárias e não creio que sua finalidade deva ser confundida com as revistas voltadas para o grande público. Sua circulação é mais restrita, mas nem por isso menos importante. O mercado das revistas brasileiras demonstra enorme vitalidade e segmentação. O nascimento e morte de pelo menos 15 títulos dedicados à história nos últimos anos é sinal de que algo acontece. Sem falar das mudanças qualitativas que o espaço das bancas de jornal sofreu com o surgimento de novas publicações de caráter educativo voltadas para literatura, sociologia, geografia. Mas recordo que é preciso diferenciar as publicações de divulgação científica (como a nossa) e aquelas voltadas para o grande público (sem controle editorial por parte daqueles que produzem o conhecimento), como muito bem distingue Oldimar Cardoso, estudioso do tema na USP. Ainda assim quem há alguns anos imaginaria encontrar Hannah Arendt na capa de uma revista nas bancas? Ou Piaget? Ao redor do mundo tenho podido verificar que revistas de história destinadas à popularização são tremendamente parecidas quanto à estrutura editorial. Se as alemãs são as mais bem impressas, os espanhóis têm o maior número de títulos, as francesas carregam uma pesada massa de texto, as inglesas revelam um modelo gráfico vibrante e a nossa distingue-se por pertencer à Biblioteca Nacional. Em todas elas as seções utilizadas e a forma de atrair o público das calçadas são semelhantes. Se percorrermos os quiosques da Plaza Del Sol, o Boulevard San Germain ou Copacabana vamos encontrar inevitavelmente capas sobre “Guerras e batalhas” e “Maçonaria”, temas de grande apelo. O padrão de nosso mercado de revistas de História é muito semelhante ao espanhol pelo seu grande número e variedade e pela segmentação, com títulos destinados ao público

jovem, outros feitos por profissionais da disciplina, e ainda aquelas exclusivamente jornalísticas. Do que conheço há na América a revista argentina *Todo es Historia*, com mais de quarenta anos, e a mexicana *Relatos y Historia en México*, fundada há dois anos. São sinais de alguma vitalidade neste novo campo da disciplina.

In Novaes, O silêncio dos intelectuais. P 139.

A imaginação museal: apresentação

Myrian Sepúlveda dos Santos[1]

Obra:

A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.

Mario Chagas
Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

[1] PPCIS / UERJ, Rio de Janeiro (RJ).

Aos que vierem depois de nós

Bertolt Brecht[2]

Realmente, vivemos muito sombrios!
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas
denota insensibilidade. Aquele que ri
ainda não recebeu a terrível notícia
que está para chegar.
(...)

Também gostaria de ser um sábio.
Os livros antigos nos falam da sabedoria:
é quedar-se afastado das lutas do mundo
e, sem temores,
deixar correr o breve tempo. Mas
evitar a violência,
retribuir o mal com o bem,
não satisfazer os desejos, antes esquecê-los
é o que chamam sabedoria.
E eu não posso fazê-lo. Realmente,
vivemos tempos sombrios.

Aceitei a difícil tarefa de apresentar ao leitor o trabalho de Mario Chagas, autor que não só se auto-define pela poesia, como é atravessado por ela. É, portanto, poeticamente que Mario desfia sua narrativa, em desafio. Eu o conheci como pertencendo ao mundo dos museus, em uma época em que estes ainda se apresentavam para mim como instituições que retiravam os objetos da vida e os mumificavam entre suas paredes, a serviço de narrativas dominantes, freqüentemente opressoras. Frente ao poder institucional de aprisionamento da história, muitas vezes a solução surgia aliada a desejos de destruição. Mario, entretanto, estava em companhia daqueles que me mostraram os museus como arenas públicas, em toda sua possibilidade produtiva e criadora.

O museu, nas mãos do poeta, transformando-se em palco da vida, me faz lembrar a criação do teatro épico por Brecht. Também ele revolucionou a dramaturgia cênica, em voga no período em que viveu, ao rejeitar a representação da mesmice, das hierarquias formadas, da sociedade que a engendrava. No lugar da passividade, propôs a crítica à repetição por meio da poesia. Para o compositor alemão, a poesia não se distancia da política, da intervenção na vida cotidiana, das possibilidades de transformação que lhe são dadas. Ela critica o saber que procura distanciar-se da vida, e, contrariamente, para ela retorna seu

[2] Tradução de Manuel Bandeira. Caderno "Mais!", jornal Folha de São Paulo - São Paulo (SP), edição de 07/07/2002.

olhar. Além disso, faz parte da atividade, que é a um só tempo poética e crítica, o desfazer das ilusões. O cenário do teatro para Brecht não pode iludir o espectador, ele precisa se desnudar e mostrar-se enquanto montagem; as cortinas precisam ser rasgadas de modo a que os refletores, maquinários e estruturas fiquem aparentes. O questionamento do mundo é dado à medida que se questiona o autor do questionamento. Somente desta forma democratiza-se o diálogo; rompe-se com o poder daqueles que detêm o controle sobre as regras que determinam os jogos de linguagem.

A atualidade de Brecht, que após 50 anos de sua morte continua a ser homenageado e relembrado, repousa justamente no caráter inquieto de sua obra, que foge da contemplação e abraça, ainda que em tempos sombrios, a possibilidade de mudança. No caso de Mario, observamos a mesma indisciplina e criatividade de pensamento, pois sua poesia é capaz de iluminar o que muitas vezes se apresenta como fúnebre e intocável. A reinvenção dos museus, respeitando continuidades e descontinuidades, é o que o leitor poderá perceber ao longo da leitura desse trabalho.

O objetivo central da obra é compreender a *imaginação museal* de Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Mario nos mostra que estes pensadores, capazes de oferecer à nação poderosas interpretações sobre seus pertencimentos e distanciamentos da mesma, aliaram suas narrativas às tarefas dos museólogos. Para o autor, a coleta de um acervo no interior de uma instituição, seja a de um catador de pregos, seja a de ideólogos da nação, representa a reinvenção do objeto num campo aberto de possibilidades.

Nas palavras do próprio autor:

> Desses acervos, no entanto, não foi alijada a possibilidade de serem provocadores de experiências afetivas e cognitivas e menos ainda a de serem mediadores de narrativas biográficas, etnográficas, regionalistas e nacionalistas. A musealização de alguns 'inutensílios' não deve ser lida como mera ação acumulativa.

É a partir dessa premissa que este livro, resultado de uma pesquisa de doutorado, nos permite revisitar os museus. Os museus são vistos através de narrativas e práticas sociais em que imaginação poética e práxis política se entrelaçam. Três pensadores, todos consagrados pelas Ciências Sociais, observaram, descreveram e atuaram sobre seu mundo. Os três intelectuais contribuíram para a constituição de coleções que devem ser lidas como parte de suas narrativas e como a intervenção de cada um deles no cenário da nação. Eles criaram imaginários próprios para a nação e a eles associaram os museus ideais.

Gustavo Barroso foi o grande defensor da criação de um discurso histórico e patriótico para a nação. Foi ele o fundador do Museu Histórico Nacional e o grande

responsável pela institucionalização da museologia no Brasil, através do Curso de Museus. Gilberto Freyre, responsável pelo resgate de padrões culturais inerentes às relações entre Casa Grande e Senzala, foi o idealizador e fundador do Museu de Antropologia, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Mais tarde, este museu – associado ao Museu do Açúcar e ao Museu de Arte Popular – deu origem ao Museu do Homem do Nordeste. Em Darcy Ribeiro, a antropologia inicialmente se colocou a serviço da causa indígena. Com o passar do tempo, os primeiros estudos sobre o impacto da civilização sobre os grupos indígenas brasileiros desdobraram-se em análises e políticas intervencionistas mais gerais sobre desigualdades sociais na América Latina. Darcy Ribeiro foi vice-governador do estado do Rio de Janeiro, em 1982; e, Senador, em 1990. Exerceu inegável influência na criação do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, instituição que se voltou contra a opressão de grupos indígenas. Colaborou ainda na criação do Memorial da América Latina, construção modernista com traçado de Oscar Niemeyer, localizado em São Paulo. Em suma, três autores, três sentenças; em cada um deles uma associação particular entre nação e patrimônio. Em Gustavo Barroso, Mario destacou a associação entre história, nação e museu; em Gilberto Freyre, tradição, regionalismo e museu; e, em Darcy Ribeiro, etnia, cultura e museu.

Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro foram responsáveis pela preservação de coleções e pela criação de instituições que desenvolveram perspectivas e práticas bastante distintas. A valorização e institucionalização de determinados acervos, sejam eles biográficos, etnográficos, históricos ou artísticos, os eleva à categoria de patrimônio cultural, ainda que eles façam parte de narrativas contraditórias entre si.

Ao colocar as coleções que são apresentadas em diálogo, Mario ilumina o que é inerente a todas elas, seu caráter mediador. O museu aparece, portanto, em sua dimensão dual: instituição necessária ao poder e espaço de negociação entre o poder estabelecido e as inúmeras vozes que podem ser ouvidas.

Mas, como fica claro ao longo do texto, os museus não se limitam à função de mostrar contradições; sua natureza é a coleção. À semelhança do conjunto de objetos constituído pelo 'Catador' de pregos, a coleção – por mais inútil que pareça – garante ao colecionador a soberania do 'Ser' sobre o 'Ter'. E, justamente, ao desnudar a tarefa do colecionador, que Mario transforma a tarefa do profissional do museu, pois ele dá ao espectador a possibilidade de tomar decisões. Todos nós somos colecionadores e podemos reagir e interferir na formação de coleções.

A função dos museus continua a ser ambígua; eles são locais privilegiados para a representação dos discursos de valor em uma sociedade e arena pública. Para alguns, uma bomba jogada em museus e monumentos ainda representa um favor à humanidade; para outros, ao contrário, eles representam espaços de interpretação e construção social. Mario foge da dualidade, das malhas da ambigüidade, e nos apresenta uma saída; seu desejo é o de

resgatar a natureza desse espaço, e, com isso ser capaz de democratizar as regras do jogo; sua poesia procura diálogo com uma plateia que se constitua de forma ativa, pensante e questionadora, ou seja, que domine a ação de colecionar (e descolecionar, eu gostaria de dizer) e seja capaz de lhe responder o desafio proposto.